



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA JURÍDICA - PPGCJ
MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DIREITOS HUMANOS - LINHA 2

**NA SELVA DE PEDRAS: AS PERFORMANCES DE GÊNERO E SEXUALIDADE
NOS CONFLITOS ENTRE PROSTITUIÇÃO, CRIME E ESTADO**

JOÃO PESSOA
2019

BRENO MARQUES DE MELLO

**NA SELVA DE PEDRAS: AS PERFORMANCES DE GÊNERO E SEXUALIDADE
NOS CONFLITOS ENTRE PROSTITUIÇÃO, CRIME E ESTADO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Ciências Jurídicas - PPGCJ da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Área de Concentração: Direitos Humanos

Linha de Pesquisa: Direito Internacional dos Direitos Humanos, Estado Democrático de Direito e Cidadania, Gênero e Minorias

Orientadora: Prof. Dra. Adriana Dias Vieira

Coorientador: Prof. Dr. Roberto C. Efrem de Lima Filho

JOÃO PESSOA – PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M527s Mello, Breno Marques.

Na selva de pedras : as performances em gênero e sexualidade nos conflitos entre prostituição, crime e estado / Breno Marques Mello. - João Pessoa, 2019.
132 f.

Orientação: Adriana Dias Vieira.

Coorientação: Roberto C. Efrem de Lima Filho.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCJ.

1. Direitos humanos. 2. Prostituição - João Pessoa (PB). 3. Drogas ilícitas. 4. Gênero e sexualidade. 5. Estado Democrático de Direito. 6. Crack (Drogas). I. Vieira, Adriana Dias. II. Lima Filho, Roberto Cordoville Efrem de. III. Título.

UFPB/BC

CDU 342.7(043)





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

RELATÓRIO DA ORIENTADORA

Adriana Dias Vieira, Orientadora do trabalho final do aluno **Breno Marques de Mello**, matrícula 20171017601, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Área de Concentração em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, após exame da vida acadêmica do mencionado aluno tenho a relatar:

A integralização do curso foi feita em 24 meses.

Foi aprovado no exame de verificação da capacidade de leitura em Espanhol (proficiência) no período 2017.1

Na apresentação da dissertação intitulada “**NA SELVA DE PEDRAS: AS PERFORMANCES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CONFLITOS ENTRE PROSTITUIÇÃO, CRIME E ESTADO**” no dia 26 de abril de 2019, às 09h, na sede do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Jurídicas, Campus I da UFPB, o mestrando obteve o conceito “Aprovado”, sendo a banca examinadora formada pelos seguintes professores:

Profª. Drª. Adriana Dias Vieira – Orientadora/UFPB-PPGCJ

Prof. Dr. Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho – Co-orientador/UFPB

Profª. Drª. Ana Lia Wanderley Almeida – Avaliadora Interna/UFPB-PPGCJ

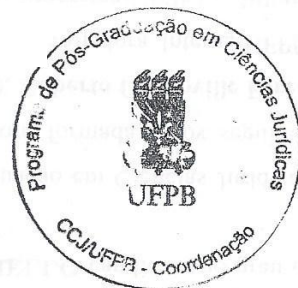
Profª. Drª. Marília Montenegro Pessoa de Melo – Avaliadora Externa ao PPGCJ/UFPE

Profª. Drª. Juliana de Farias Mello Lima - Avaliadora Externa ao PPGCJ/Unicamp

Diante do exposto a dissertação de mestrado do aluno **Breno Marques de Mello** satisfaz, dentro do prazo regimental, todas as exigências do Regime Geral da UFPB, do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFPB e do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Jurídicas a ser conferido pela Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, 26 de abril de 2019.

Profª. Drª. Adriana Dias Vieira
Orientadora do trabalho final



RESUMO

A prostituição e o comércio de drogas ilícitas ocupam uma zona turva na legislação brasileira. Não se pode, atualmente, compreender quais os critérios legais utilizados na criminalização das pessoas que exercem o trabalho sexual, das pessoas que são exploradas sexualmente e das que se beneficiam dos ganhos financeiros das profissionais do sexo. No Brasil, ser prostituta não é crime. Entretanto, todo o entorno da sua atividade é tipificado no Código Penal. Da mesma forma que a prostituição, as leis e ações judiciais não apresentam elementos precisos que indicam quais as condições que alguém poderá ser considerado “usuário” ou “traficante”. As narrativas acessadas durante a pesquisa demonstraram que ao longo dos anos prostitutas e os sujeitos do mercado de drogas ilícitas foram constituindo aproximações, as quais as ambiguidades jurídicas têm participado e oportunizado diversos conflitos. Porém, o consumo e a venda de drogas, em especial o crack, têm produzido embates significativos entre as profissionais do sexo, os sujeitos do mercado de drogas ilícitas e o Estado. Desse modo, as trabalhadoras sexuais passaram a se dividir entre prostitutas e noiadas, após a instauração desses embates. As intersecções entre esses conflitos possuem dinâmicas ativadas por convenções de gênero, sexualidade, raça e classe. Os sujeitos envolvidos contam as suas histórias e manejam as narrativas indicando que os processos de proximidades têm sido atravessados por práticas de violência que têm o Estado e outros sujeitos como protagonistas. Os entrechoques entre esses dois campos, portanto, ocupam o centro das análises. O objeto da pesquisa trata sobre as performances, em gênero e sexualidade, tramadas nos conflitos entre a prostituição, o mercado de drogas ilícitas e o Estado, a partir das narrativas acessadas nas zonas de prostituição em João Pessoa. A metodologia do trabalho priorizou o trabalho etnográfico e a realização de entrevistas em profundidade com as profissionais do sexo.

PALAVRAS-CHAVES: Prostituição; Crime; Estado; Comércio de drogas ilícitas; Noiadas.

ABSTRACT

Prostitution and the illicit drug market are in a blurred zone in Brazilian legislation. It is not currently possible to understand the legal criteria used to criminalize sex workers, those who are sexually exploited and those who benefit from the financial gains of sex workers. In Brazil, being a prostitute is not a crime. However, the whole environment of this activity is typified in the Penal Code. Like prostitution, laws and lawsuits do not have precise elements that indicate what conditions someone can be considered a "drug user" or "drug dealer." The narratives found during the research showed that over the years prostitutes and the subjects of the illicit drug market have developed approximations, whose legal ambiguities have participated and facilitated several conflicts. However, the consumption and sale of drugs, especially crack, have produced significant clashes between sex workers, illicit drug market participants, and the State. In this way, the sex workers began to divide themselves between prostitutes and "noiadas", after the beginning of these clashes. The intersections between these conflicts have dynamics activated by conventions of gender, sexuality, race and class. The subjects involved tell their stories and manage the narratives indicating that the processes of proximity have been crossed by practices of violence that have the State and other subjects as protagonists. The clashes between these two fields, therefore, occupy the center of the analyzes. The object of the research is about the performances, in gender and sexuality, that occur in the conflicts between prostitution, the illicit drug market and the State, from the narratives found in the prostitution zones in João Pessoa. The methodology of the work prioritized the ethnographic work and the in-depth interviews with the sex workers.

KEY-WORDS: Prostitution; Crime; State; Illicit drug market; Noiadas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANNPS – Articulação Nacional de Prostitutas e Profissionais do Sexo

APROS-PB – Associação das Prostitutas da Paraíba

CPP – Código de Processo Penal

CUTS – Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais

EUA – *Estados Unidos*

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

OKD – *Okaida*

ONU – Organização das Nações Unidas

RBP – Rede Brasileira de Prostitutas

SISNAD – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

STF – Supremo Tribunal Federal

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime ou Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime

À Luza, Erimá, Marli, Leninha e Lourdinha

AGRADECIMENTOS

A cada passo, uma pedra. A cada pedra, uma palavra. A cada palavra, um caminho. A cada caminho, uma esquina. A cada esquina, uma puta. Em todas as putas, um abraço. Nos seus abraços, as suas histórias, seus carinhos e minha gratidão.

Agradeço as experiências compartilhadas nos últimos cinco anos com as mulheres que oportunizaram este trabalho. Dedico os primeiros agradecimentos às prostitutas, em especial as que compõem a Associação das Prostitutas da Paraíba. Foram elas, por elas e com elas que pude ver o mundo de outra forma. Agradeço, portanto, a Luza, Marli, Erimá, Marli, Sheilla, Leninha e Lourdinha por estarem comigo nesse processo de escrita.

Por esse caminho, encontrei em outros abraços, muitos afagos. Agradeço a Tayná Lemos por todo amor, todo cuidado, pelos colos dedicados a mim. Nos dias mais difíceis, em que a dureza das pedras cobrara seu preço, foi no seu sorriso que encontrei a paz. Te amo, meu amor!

A minha mãe e meu pai, Edimilson e Socorro, por me apoiarem mesmo não concordando com as minhas escolhas e caminhos.

À Tia Janeide, Vovó Jane, Tia Zeli, Laís, Chris e Marianne por serem a maior quadrilha, a melhor família, o maior amor.

À Adriana Dias Vieira, minha querida orientadora, que me ensinou com leveza que a vida é a arte do possível. Pediu-me para “descer” apenas quando eu estivesse pronto, respeitou meus limites e me quis muito bem.

A Roberto Efrem Filho, meu outro querido orientador (ele continua sendo meu, Emylli), que desde muito antes da monografia acolheu cada devaneio meu, acompanhou quem eu me tornei e os passos trilhados até aqui. Gratidão às nossas conversas, às correções das tantas frases cifradas, aos áudios no whatsapp e o tempo dedicado a mim. Que o Recife seja sempre a nossa casa, que as ladeiras de Olinda continuem tirando seu fôlego. E que os dragões, com seus dentes afiados, te protejam.

À Ana Lia Almeida, por ser amiga e companheira, estar comigo nas lutas diariamente e contribuir para o que penso sobre o mundo.

À Roberta Fernandes, que compartilhou comigo a vida, o cotidiano da APROS-PB e a graduação. Entre presenças e ausências, tenho a alegria e o amor de ser seu amigo.

À Amanda Siebra e Eloisa Slongo, por me apoiarem durante a escrita do trabalho e por acolher minhas tantas choradeiras em tempos difíceis. Amo vocês!

À Raphaella Carvalho, por ser ainda a mulher da minha vida, posição essa incontestável, inegociável e irremediável.

À Luísa Câmara Rocha, minha amiga, minha companheira, que sempre me ouviu e esteve disposta a estar do meu lado nas lutas, nas cervejas (das quais pouco bebi) e nas conquistas.

À Malu e Maylla, por me confortarem com seus abraços, com nossas fofocas e com um mundo inteiro de sonhos e possibilidades.

À Emylli e Júlio, pelo companheirismo e por tantas histórias que vivenciamos nas lutas sociais encampadas pelo Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP).

À Laianna, Laíla, Giovanna, Cides, Laila e Thiago por dedicarem seus tempos, suas casas, seus amores ao me apoiarem no ingresso do mestrado.

À Camila Neves, que acompanha comigo desde 2011 minhas crises profissionais, os dias apertados nos cursinhos e as trajetórias que precisei trilhar longe do Recife.

À Ana Cecília, a melhor psicóloga que alguém poderia ter e a pessoa que me fez ver que eu sou maior do que a minha ansiedade, que eu sou maior do que os meus problemas.

À ansiedade, essa hóspede inesperada que chega e vai embora quando bem quer e tem me feito perceber a necessidade de viver no presente, de me manter vivo e ativo.

Às professoras Juliana Farias e Marília Montenegro pelas considerações e indicações durante a defesa pública deste trabalho.

À CAPES/CNPq por ter financiado os dezoito meses do trabalho de campo.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que estiveram comigo no enfrentamento cotidiano das lutas sociais. A rua é o palco das nossas vitórias e o combustível dos nossos gritos!

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	O “campo” sob suspeitas: “elas metem a mola pra mim”	17
1.1.1	Apontamentos sobre os espaços e conflitos: “Ali só dá <i>noiada</i> ”.....	20
1.2	Discussões metodológicas	26
1.2.1	Descrição dos capítulos	30
	CAPÍTULO 1	33
	As ambiguidades jurídicas entre a prostituição e o tráfico de drogas	33
1.	Crime, violência e <i>facção</i> : “ajuda ela que é o mesmo que tá ajudando nós” ..	33
1.1.	Sobre filhos, famílias e ambientes honestos	39
1.2.	“O tráfico é uma família que tem começo e não tem fim”: as configurações da “ajuda”	50
1.3.	“Na Praça da Gala, quarta é dia de culto”: as ambiguidades sob disputa..	60
	CAPÍTULO 2	70
	“Da pele pra dentro quem manda sou eu”	70
2.	Registros preliminares sobre a <i>prostituição</i> e o <i>crack</i>	70
2.1.	Primeiro movimento: as estratégias narrativas da diferenciação entre prostitutas e <i>noiadas</i>	76
2.2.	Segundo movimento: sobre a vida, a morte e os territórios	88
	CAPÍTULO 3	102
	“Maconha para os <i>trabalhadores</i> , <i>crack</i> para os <i>bandidos</i> ”	102
3.	Os agenciamentos da violência entre “trabalhadores”, “prostitutas” e “bandidos”.....	102
3.1.	As performatividades da violência no “tráfico”	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
	REFERÊNCIAS.....	126

1 INTRODUÇÃO

Os caminhos que desenham estes escritos¹ estão demarcados pelas pedras. Por elas surgiram narrativas, histórias, conflitos, dores e prazeres. O desafio de ouvi-las não parecia uma tarefa urgente, que me movesse a pensar sobre os seus significados. Na primeira vez em que elas resolveram demonstrar a sua importância, eu estava no anexo do Centro de Ciências Jurídicas, localizado na cidade de Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa. À época, em 2015, era estudante de graduação e trabalhava na Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS-PB) há pouco mais de um ano. Na saída da faculdade, após o término da aula, recebi a ligação de uma das coordenadoras da instituição informando da briga entre duas *prostitutas*². Entre muitos socos, chutes e pontapés, uma delas conseguiu atingir a outra com sucessivos golpes de paralelepípedo que estava solto na calçada da rua.

No telefone, no burburinho da confusão, ouvi algumas pessoas conversando: “brigaram por causa de *macho*”; outras diziam: “brigaram por causa de *pedra*”. A Polícia Militar foi acionada e as duas foram detidas. No caminho até a delegacia, não pensei sobre os elementos que constituíam aquela cena, apenas me dediquei a conversar com o delegado, por telefone, para compreender quais trâmites jurídicos seriam seguidos. Após a liberação das duas mulheres, voltei para a sede da APROS-PB e continuei a realizar as atividades cotidianas que preenchiam a pauta da semana. Eu não suspeitava, no momento da briga, que as pedras ocupariam um espaço tão relevante na pesquisa. Sabia que elas rondavam o que eu conhecia sobre prostituição e o que as mulheres falavam. Porém, as pedras não preenchiam a minha atenção, compondo o cenário, para mim, apenas periféricamente.

A agenda da APROS-PB é ocupada pelas atividades de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis³ (IST) e ações de *luta* pelos Direitos Humanos. Desde a sua fundação, em 2001, a instituição conta com a participação diligente de quatro mulheres: *Ana*,

¹ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (CEP-UFPB). O parecer técnico garantiu a possibilidade de realização de entrevistas em profundidade com as mulheres *prostitutas* e o registro etnográfico das ações que acompanhei. O protocolo do parecer é público e pode ser encontrado sob o seguinte número: 91729618.8.0000.8069.

² As palavras destacadas em itálico podem representar categorias êmicas que decorrem do campo de pesquisa, nomes próprios ficcionais, categorias políticas e discursivas em disputa. Além delas, as expressões entre aspas representam as citações bibliográficas, os trechos dos diários de campo e as falas das mulheres entrevistadas.

³ O Ministério da Saúde tem publicado protocolos e manuais de procedimentos em que alteração do termo “Doenças Sexualmente Transmissíveis” tem sido feita pelo termo “Infecções Sexualmente Transmissíveis”. As IST são todas as alterações biológicas causadas por vírus ou bactérias que podem ser transmitidas pela atividade sexual sem a utilização de preservativo e/ou outras exposições de risco. Para mais informações, ver: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist>.

Marta, Janaína e Sueli⁴. O trabalho é compartilhado, também, por membros externos que possuem formações distintas: são psicólogos(as), pedagogos(as), advogados(as), assistentes sociais, professores(as) etc. As contribuições vão sendo construídas coletivamente tendo como resultado principal a organização sistemática de políticas públicas para as *prostitutas*.

A minha chegada à APROS-PB ocorreu em 2014, após a leitura de uma matéria de jornal que tratava sobre *violência policial, prostituição e exploração sexual*. O Jornal do Commercio, de Pernambuco, havia publicado uma série de reportagens sobre exploração sexual e violência policial sofridas por algumas jovens que ficavam às margens dos mangues no centro do Recife, em dezembro de 2013⁵. A edição era comemorativa dos recém-completados oitenta anos do livro Casa Grande Senzala, de Gilberto Freyre. O texto articulava trechos do livro com as situações reais das adolescentes encontradas em situação de exploração sexual. A jornalista, Fabiana Moraes, realizou algumas entrevistas com as adolescentes que transitavam por aqueles lugares e acessou diversas narrativas sobre histórias de *violência policial* contra aquelas jovens. Os *estupros, roubos e espancamentos* eram comuns no cotidiano daquelas adolescentes. O que havia me interessado, nos quatro episódios produzidos pelo jornal, tinha na entrevista com o Secretário de Segurança Pública, Wilson Damázio, o eixo que orientaria o início da pesquisa de monografia.

DAMÁZIO – [...] aqui tem muitos problemas, com mulheres, principalmente... Elas às vezes até se acham porque estão com policial. O policial exerce um fascínio no dito sexo frágil. Eu não sei por que é que mulher gosta tanto de farda. Todo policial militar mais antigo tem duas famílias, tem uma amante, duas. É um negocio. Eu sou policial federal, feio pra c**. A gente ia pra Floresta (Sertão), para esses lugares. Quando chegávamos lá, colocávamos o colete, as meninas ficavam tudo sassaricadas. Às vezes tinham namorado, às vezes eram mulheres casadas. Pra ela é o máximo tá dando pra um policial. Dentro da viatura, então, o fetiche vai lá em cima, é coisa de doido. (grifos originais). (MORAES, 2013).

Ao ler as matérias, decidi que me aproximaria da pauta política das *prostitutas* em João Pessoa. A minha inserção na APROS-PB, entretanto, só foi possível através do trabalho de prevenção às IST que Roberta Fernandes já desenvolvia na instituição⁶. Em abril de 2014, Roberta conseguiu me levar para a primeira reunião com a equipe de mulheres da APROS-PB. Durante aquele mês, auxiliei a equipe a escrever alguns projetos de financiamento para editais públicos do Ministério da Saúde e passei a frequentar a sede da APROS-PB três vezes

⁴ Apenas Ana e Janaína exercem a *prostituição* até o momento de escrita deste trabalho. Sueli e Marta, entretanto, não atuam como *profissional do sexo* há cerca de dez anos.

⁵ A reportagem “80 anos Casa Grande Senzala” ensejou a exoneração do Secretário de Segurança Pública. O texto completo pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/casagrandeesenzala/>.

⁶ Roberta dividiu comigo o cotidiano da graduação em Direito nos anos de 2012 a 2016. Apenas por meio dos seus esforços, eu pude me aproximar da APROS-PB. Sem ela, estes escritos e as análises que surgem neles não poderiam encontrar êxito algum.

por semana. “Quem manda aqui são as *putas*”, disse *Ana* decidida a me indicar qual lugar eu deveria ocupar: “Você pode até ajudar, mas quem manda aqui somos nós”⁷. Aos poucos, as desconfianças sobre a minha presença foram cedendo e pude ser incluído em todas as atividades.

Em junho de 2014, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC/UNESCO), em parceria com o Ministério da Saúde, aprovou um projeto de financiamento de Assessoria em Direitos Humanos. O objetivo do projeto era o de mapear as violações de Direitos Humanos contra alguns grupos, considerados no edital como “populações-chaves”. As *profissionais do sexo*, *pessoas em situação de rua*, *LGBT* e *usuários de drogas* deveriam fazer parte do cotidiano das atividades. *Ana* me convidou para a produção desse mapeamento e compor a equipe da APROS-PB. Nos primeiros dois anos, entre 2014 e 2016, realizei as atividades priorizando as situações de *violência policial* que surgiam das narrativas das *prostitutas* com quem conversava. Durante esse período, fui procurado por muitas mulheres que me confiavam histórias diversas de violência que se encaixavam nas metas institucionais do projeto. O mapeamento consistia em ir até os *pontos de prostituição* com uma ficha que continha dados que deveriam ser respondidos pelas *profissionais do sexo*. A lista de perguntas tinha como conteúdo: dados gerais sobre a identificação pessoal, idade, orientação/condição sexual, identidade de gênero e situação de violência. A execução das atividades permitiu que 146 *prostitutas* fossem entrevistadas e que o mapeamento fosse concretizado.

Paralelamente, a equipe do projeto deveria desenvolver um curso de capacitação em Direitos Humanos com quinze *trabalhadoras sexuais* que fossem alcançadas pelo mapeamento. O curso, intitulado “Na Batalha por Direitos e Cidadania”, deveria abordar durante oito módulos, distribuídos em dois meses, temas sobre violência contra as mulheres, prevenção às IST, direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS, direitos trabalhistas e previdenciários etc. A metodologia de abordagem priorizava a realização de rodas de conversa e o fortalecimento dos laços de convivência entre as escolhidas para participar do curso. O perfil das participantes do curso variava entre mulheres de idade entre 25 e 60 anos que exerciam a prostituição em João Pessoa.

Dentre os módulos, o que havia sido intitulado “Violência doméstica e familiar contra as mulheres” revelou as experiências mais densas sobre as vidas das mulheres que estavam participando do curso. Naquela manhã de realização do módulo, eu tive a certeza de que

⁷ Diário de campo registrado em 16 de abril de 2014.

estava numa zona de guerra, com combatentes reais trazendo as suas marcas e cicatrizes. *Marluce* levantou a calça exibindo uma cicatriz na região lateral da panturrilha com cerca de 40 centímetros provocada por uma barra de ferro utilizada pelo *ex-marido*. *Márcia* me mostrou o seu supercílio marcado por socos impingidos por seu ex-companheiro. *Geni* levantou a blusa, apontou para o braço, afastou o cabelo. Marcas, muitas marcas. O que se podia ouvir naquela manhã era o alarido confuso e perturbador da disputa entre as dores e seus limites mais profundos. Eram lembranças agoniadas misturadas com muitas gargalhadas sobre a impossibilidade de se ter sobrevivido, de se ter libertado.

No final, perto da hora do almoço, *Geni* me chamou para conversar. No corredor, nos sentamos, ela acendeu um cigarro e me contou as histórias que desenhariam cada linha, cada passo e a intensidade das palavras que eu escreveria sobre os fenômenos relacionados a prostituição e violência. “Ele me espancava de farda todas as vezes que nós brigávamos”⁸. “Eu cansei de lavar as fardas dele suja de sangue”. “Minha cabeça ficou mole de tanta coronhada que levei”. “Muito chute de coturno”. As frases soltas aqui se encadeavam numa conversa que duraria cerca de quinze minutos. Durante esse tempo, *Geni* me contara sobre o seu recém-terminado casamento com um *policia*l que perdurou por dez anos. A convivência com o *ex-marido* era demarcada pela violência cotidiana tensionada mais fortemente pela presença de um marido-policia

Após aquela conversa, voltei a ler a entrevista de Fabiana Moraes e a fala do Secretário de Segurança Pública. As correlações entre prostituição e violência policia

⁸ Relato de campo realizado em Março de 2016.

⁹ A versão completa das discussões sobre *Suely* encontra-se publicado na Revista Ciências de Estado (REVICE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ver: MELLO; SANTOS, 2018.

Geni de um lado, *Suely* de outro. Tinha ali uma intensa associação entre cenas de violência policial e *prostituição*. Com aqueles relatos registrados no meu caderno de campo, decidi conversar com Roberto Efrem Filho. A proximidade com o fim da graduação e o encerramento das atividades do projeto de mapeamento permitiram que aquelas narrativas fossem organizadas no meu Trabalho de Conclusão de Curso. Roberto orientou o trabalho, traçou os passos metodológicos que precisariam ser seguidos e me pediu que entrevistasse novamente, dessa vez com a gravação em áudio¹⁰, tanto *Geni* quanto *Suely*.

“Vestida para Matar: fetiche e desejo na violência policial contra prostitutas”, o meu trabalho de conclusão do curso de graduação em direito, nasceu a partir daquelas conversas, do meu convívio com as *prostitutas* e do trabalho do campo que, à época da defesa final, possuía dois anos e nove meses. As entrevistas me colocaram em outros lugares das vidas dessas duas mulheres. Os episódios de *violência*, as escolhas feitas, a *vida errada* e um universo de narrativas me mostraram formas diversas de como crime/criminalização, gênero e sexualidade costuravam aquelas histórias.

As questões que envolveram o trabalho de monografia compreendiam a análise sobre as performatividades de gênero e sexualidade na violência policial contra prostitutas. Os estupros, espancamentos e perseguições contra as *prostitutas* possuíam uma dinâmica *sui generis* que se destacava na utilização dos signos de poder (armas, algemas, coturnos, cassetetes etc.) como instrumentos necessários à prática sexual violenta. As performances eróticas, o erotismo e o fetiche sexual foram os fios condutores na análise da *violência policial* contra as *prostitutas*.

Após o encerramento da graduação, as questões da monografia me levaram a produzir a primeira versão do projeto de mestrado. Durante os meses que precederam a seleção do Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ), continuei a pensar sobre a violência policial contra as *trabalhadoras sexuais*, porém analisando o espaço ocupado pelas discursividades de Estado nas práticas de violência. O aprofundamento das questões da monografia tinha como objetivo ratificar a presença do Estado nas cenas de violência. Defendi, à época da banca de seleção, que não existiria a figura de um “cliente” apartado do “policial”. Mesmo que parte significativa das narrativas de agentes de Estado produzisse essa distinção para afastar o “Estado” do epicentro das violências.

Durante o tempo em que conduzi meu olhar para essas questões, eu me preocupei em analisar a complexidade de como a violência praticada pelos policiais nas ruas de João Pessoa

¹⁰ As entrevistadas assinaram novamente um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

se articulavam com práticas sexuais e eróticas. Ouvi de *Suely* sobre o *programa* com o policial. *Tânia* me informou que um *policial* a obrigou a realizar *sexo oral* atrás da viatura. Registrei vários relatos de “policiais que fazem programa e não pagam”. Assim como percebi a presença do “Estado” nos episódios de violência doméstica em que *Geni* foi vítima, especialmente no momento em que ela havia sido espancada pelo ex-marido fardado. Todas as narrativas que acessei fundamentaram o projeto preliminar de pesquisa que eu havia submetido no início de 2017.

Entretanto, passei a ser alcançado por narrativas que colocaram em xeque a ideia que eu havia desenvolvido do “Estado” sendo o único causador das violências contra as *profissionais do sexo*. As relações conflituosas entre *crime* e *prostituição* me fizeram perceber que o mercado de drogas ilícitas estaria ocupando um espaço relevante no cotidiano das atividades de pesquisa. As pedras ganharam destaque no que antes eu havia desconsiderado. O consumo e a venda do *crack* transformaram a dinâmica dos conflitos e apresentaram, inclusive, uma linha divisória entre as *prostitutas*. As que consomem *crack* são chamadas de *noiadas* e as que não fazem uso da substância não recebem nenhuma outra denominação distintiva.

A partir desse caminho, decidi retomar a cena da briga entre as duas mulheres e comecei a alinhar algumas questões. As pedras ocuparam a centralidade das narrativas e tematizaram alguns embates entre *prostitutas*, *noiadas* e os sujeitos dos mercados de drogas ilícitas. A cena da briga, que eu trouxe nas primeiras linhas deste texto, envolveu *Joana* e *Socorro* – ambas *noiadas* – e tinha no *crack* o seu eixo central. As duas brigaram por conta da disputa entre um cliente – que em alguns momentos se comportava como “namorado” – e pela quantidade de pedras que cada uma possuía. Havia uma desconfiança de traição e de furto entre as duas.

Porém, outros conflitos foram se somando à cena da briga. Anos antes, *Socorro* foi expulsa de uma praça por haver sido acusada de ter roubado uma *prostituta*. A briga foi televisionada por uma emissora que passava, coincidentemente, no local. As mulheres que se juntaram para banir a presença de *Socorro* daquele local revelaram aos repórteres que a “vítima” do roubo era uma *prostituta* (logo, não era *noiada*) e “trabalhadora”, não merecendo sofrer com as ações de *Socorro*. Nas narrativas, que pude ter acesso, a ação de roubar estava inexoravelmente ligada ao fato de *Socorro* consumir *crack* e ser considerada uma *noiada*. Em ambas as situações envolvendo *Socorro*, foram as pedras que intitularam as justificativas elaboradas pelos sujeitos que viram ou se envolveram nos conflitos.

As novas questões suscitadas no campo de pesquisa ajudaram a alinhar o novo objeto que seria delineado. Decidi que as narrativas sobre as *pedras* seriam analisadas na

pesquisa a ser desenvolvida nos anos subsequentes. Após a aprovação na seleção e ingresso no mestrado, passei a ser orientado pela Professora Dra. Adriana Dias Vieira, com quem eu já havia tido contato na banca de monografia e nos debates sobre gênero e sexualidade com o Professor Dr. Roberto Efrem Filho, co-orientador deste trabalho. No momento em que passei a frequentar os entornos das comunidades periféricas em João Pessoa, conheci algumas pessoas que produziam diversas narrativas sobre o mercado de drogas ilícitas e a *prostituição*. A consolidação do objeto se deu quando pude articular as cenas das brigas envolvendo *Socorro*, e os relatos que chegaram até a mim, sobre as relações entre crime e criminalização, tecidas por *Alana*. A partir da minha inserção nesses novos lugares, e o contato com outras pessoas, a organização dos elementos analíticos puderam ser alinhavados. Atualmente, o objeto desta pesquisa de mestrado consiste nos conflitos entre prostituição, crime e Estado. A partir dos quais passei a ouvir e observar as *prostitutas* e pessoas próximas a elas, compreendendo que o fio condutor desses embates tem nas performances de gênero e sexualidade a sua questão central.

1.1 O “campo” sob suspeitas: “elas metem a mola pra mim”

Em julho de 2017, o trabalho de campo conheceu a reviravolta que transformou as bases desta pesquisa. Numa das tardes em que estava caminhando pelo centro de João Pessoa a caminho da APROS, fui parado por *Clara* na *Praça Catolé do Rocha*. Ela me contou que *Alana*, sua *amiga*, estava em prisão domiciliar e que estava precisando tirar algumas dúvidas sobre o processo judicial que estava enfrentando. A conversa não durou muito tempo e marquei um dia para ir até a casa de *Alana* na mesma semana. No dia do encontro, fui sozinho e me identifiquei como o “rapaz da universidade” que iria tirar as dúvidas sobre os trâmites jurídicos de alguém que figurava como réu num processo criminal.

Alana me contou que não era *prostituta* e que estava naquela situação porque havia sido presa junto com seu irmão, *Márcio*, na rodovia, em direção a *Águas Claras*. Os dois haviam ido buscar *cocaína* com alguns fornecedores. No caminho de volta para casa, *Alana* e *Márcio* foram alcançados pelo Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil da Paraíba (GOE-PB). Após a prisão, *Márcio* foi conduzido ao *Presídio da Capital* pelos fatos relacionados ao *tráfico de drogas* e por outras condenações criminais, às quais respondia em

liberdade condicional¹¹. *Alana*, por ter filhos menores de dezoito anos e não possuir condenações criminais, teve o direito de responder ao processo em semiliberdade ou prisão domiciliar¹².

Em nossa conversa, *Alana* me contou sobre o cotidiano de boa parte das *prostitutas* que ficavam na *Rua das Traças*. A rua é conhecida por ser um ponto em que o *tráfico de drogas* e a *prostituição* acontecem. Porém, não é comum que alguém saiba sobre as *prostitutas* que transitam por essa rua, sobretudo se esse alguém não é uma prostituta. Decidi, então, que marcaria outros encontros com *Alana* para saber mais sobre ela e entender essa relação. Nas outras visitas, pude garantir um lugar de confiança e as narrativas sobre a sua vida e a relação com as *profissionais do sexo* da *Rua das Traças* foram ficando mais profundas. Numa dessas visitas, perguntei se aquelas mulheres eram suas amigas. *Alana* não titubeou em responder: “não. Elas metem a mola pra mim”. “Meter a mola” ou “meter a minha mola” são expressões utilizadas pelos sujeitos do mercado de drogas ilícitas e indicam a execução de alguma tarefa complexa a ser realizada, seja ela relativa ao trabalho ilegal, legal, informal ou formal. A origem da palavra vem da expressão portuguesa “bergar a mola” que significa trabalhar com afinco, desenvolver alguma ação laboral com dedicação. É comum ouvir os jovens nas comunidades periféricas utilizarem a “mola” como sinônimo para muitas situações referentes à jornada de trabalho formal que enfrentam no dia a dia, bem como a crimes de *tráfico* e/ou *roubo* que deverão cometer.

Aquela resposta de *Alana*, contudo, deixou-me inquieto sobre a relação entre a *prostituição* e o mercado de drogas. Entretanto, manejar qualquer tipo de análise sobre essas categorias parecia uma tarefa ingrata e descabida. Primeiro, porque eu já estava inserido

¹¹ A liberdade condicional é o direito conferido a pessoa privada de sua liberdade após o cumprimento de uma fração da pena imposta na sentença penal transitada em julgado. Em geral, algumas condições deverão ser seguidas durante o período de liberdade, dentre elas o não envolvimento em crime novo.

¹² A prisão domiciliar foi instituída pela alteração do Código de Processo Penal (CPP) e prevê a substituição da prisão preventiva em regime fechado pela prisão domiciliar. O CPP foi alterado em 2011 e incluiu as seguintes mudanças:

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

I - maior de 80 (oitenta) anos; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

IV - gestante; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

nacionalmente nos movimentos de *prostitutas* e *profissionais do sexo* há mais de três anos¹³. A pauta dos movimentos, dentre tantas outras, era a de desconstituir qualquer relação óbvia entre a *prostituição* e o *tráfico de drogas*, combatendo a criminalização das prostitutas, portanto. Eu tinha o receio de me colocar na contramão dos avanços que já haviam sido conquistados pelas organizações de *trabalhadoras sexuais* de que me dispus a estar perto. Segundo, porque as visitas à casa de *Alana* se tornaram mais frequentes e as narrativas sobre o *tráfico de drogas* se tornaram mais densas. Tinha o receio de realizar um trabalho que estivesse preocupado em desvendar as múltiplas estratégias de contraposição e sobrevivência que os sujeitos haviam desenvolvido nos conflitos entre crime, criminalização e “Estado”.

As imagens das *pedras* que levaram *Alana* àquela condição me fizeram perceber que era necessário repensar os rumos da pesquisa. Foi então que retomei algumas cenas que apresentavam narrativas sobre o consumo e a venda de drogas ilícitas. Algumas dessas cenas surgiram quando eu estava entrevistando *Geni*, ainda na época da monografia. Com o gravador prestes a ser desligado, ela me trouxe a história sobre “o filho nas drogas”. Aparentemente era mais um episódio de uma mãe, moradora de comunidade periférica, que enfrentava as dificuldades de ter um filho que estava “envolvido com drogas”. Entretanto, havia algo muito mais denso do que apenas um quadro comum e repetitivo. Ao falar sobre as dívidas que *Marcelo*, seu filho, contraiu devido ao uso de *crack*, *Geni* trouxe à tona um fato que me deixou perplexo. Não tendo como garantir a dívida com o *dono da boca de fumo*, ele empenhou a mãe. “Ele já me deixou de esmola. Eu tou morando na casa do meu filho. Eu já perdi tudo na minha vida que você pode imaginar. Tudo, tudo, tudo. Na minha vida. Ele já me empenhou dentro de uma boca.”

As duas brigas envolvendo, em momentos distintos, mulheres *noiadas* somadas aos relatos de *Geni* me fizeram perceber o lugar fundamental das pedras. Os relatos retrataram como o consumo e o *tráfico de drogas* se constituíam nas narrativas sobre violência. Resolvi sistematizar essas narrativas e ampliar o número de visitas que fazia à casa de *Alana*, aprofundar as conversas sobre o lugar do *crack* no cotidiano das prostitutas e ler alguns trabalhos acadêmicos, como os de Taniele Rui (2012) e Roberto Efrem Filho (2017), para conseguir lidar com as novas demandas do campo. Dessa vez, era eu quem precisava “meter a minha mola”.

Reuni os relatos de campo e marquei uma conversa com Adriana Vieira – orientadora deste trabalho – para pensar os passos que precisariam ser seguidos. Expus, naquela reunião, as minhas preocupações sobre a minha relação com os movimentos de *prostitutas*. Adriana me fez perceber que quando o “campo” expõe questões de forma reiterada significa que as

¹³ No Brasil, atualmente, existem dois movimentos de abrangência nacional: A Central Única de Trabalhadores e Trabalhadoras Sexuais (CUTS) e a Rede Brasileira de Prostitutas. Na CUTS, ocupo a função de Assessoria Jurídica em Direitos Humanos.

análises produzidas por ele e a partir dele são urgentes e necessárias. À época, contou-me sobre as dificuldades enfrentadas por muitos(as) pesquisadores(as) ao analisarem a correlação entre pobreza, crime, criminalização e violência. E demonstrou que se fazia necessário adentrar as relações que poderiam não encontrar espaço em algumas organizações políticas, inclusive nos movimentos de prostitutas, mas que mereciam o desenvolvimento de análises em virtude da relevância das narrativas. Decidi, a partir disso, ouvir as *pedras*.

1.1.1 Apontamentos sobre os espaços e conflitos: “Ali só dá *noiada*”

A *Rua das Traças*¹⁴ está localizada em João Pessoa. A sua extensão percorre quase um quilômetro e se divide entre os pequenos estabelecimentos comerciais. A rua dá acesso a alguns pontos importantes e possui várias saídas para algumas comunidades que se formaram ao longo dos anos. Em regra, a rua é conhecida pelo exercício da *prostituição*, pela presença de usuários de drogas e pessoas em situação de rua. *Alana* morava numa das entradas que recorta a *Rua das Traças* e foi por esses acessos que descobri os lugares onde muitas *noiadas* dormiam à noite ou guardavam os seus pertences. A rua é o palco onde parte significativa das *prostitutas* transitam para realizar os seus *programas*. As pousadas, por exemplo, são utilizadas para encontros com clientes e como lugar para moradia de algumas *noiadas* que conseguem o valor cobrado pelo pernoite.

No dia em que *Socorro* foi expulsa, em 2012, de uma praça onde as “*noiadas* que roubam não ficam”, o lugar que lhe deu espaço para continuar realizando os seus *programas* foi a *Rua das Traças*. A briga posterior, em 2015, dessa vez com *Joana*, aconteceu também nessa rua. O trânsito de pessoas que circulam no mercado de drogas ilícitas encontra nesse lugar uma de suas rotas de passagem. Os exemplos que citei até esse momento têm por objetivo ilustrar como a rua é significativa para mim e para os esforços que envidei ao longo da pesquisa.

Quando comentava sobre a minha presença na *rua*, era comum ouvir de diversos sujeitos uma frase uníssona que, seguida de um silêncio marcante, dizia: “ali só dá *noiada*”¹⁵.

¹⁴ Escolhi as traças como nome para a rua em virtude do aspecto corrosivo das narrativas. Os insetos são considerados pragas urbanas que depois de instalados nas residências consomem boa parte dos objetos. Conversar sobre o cotidiano dessa rua é retomar histórias de destruição e abjeção das mulheres usuárias de *crack* que transitam por esses espaços.

¹⁵ *Noiada* ou *noiado* são termos êmicos, presentes em alguns estados da região nordeste, que designam formas de vida em que os sujeitos possuem uma relação de extremo pertencimento à droga, especialmente o *Crack*. Em alguns estados das regiões sul e sudeste, diz-se comumente “nóia” para indicar o mesmo fenômeno, como é possível ler em trabalhos acadêmicos como o de Taniele Rui (2012).

Ao silenciar qualquer explicação sobre o que é ser *noiada*, as pessoas reproduziam diversas convenções de raça, classe e gênero que tinham no corpo e nas imagens dessas mulheres uma resposta óbvia. Óbvia o suficiente inclusive para, em determinadas narrativas, diferenciá-las das *prostitutas*. Os critérios diferenciadores entre as *prostitutas* e as *noiadas* se concentram, no primeiro plano dessas narrativas, na utilização compulsiva e dependente do *crack*. A minha primeira tarefa, portanto, era a de entender como a *prostituição* e o *tráfico de drogas* se cercavam. O giro da análise *priorizou* as *noiadas* porque são elas que estão na linha que demarca a diferenciação. Além do fato de boa parte dessas mulheres terem me relatado que participaram, em algum momento de sua vida, do mercado de drogas ilícitas. “Teve uma época que o *Luzia Pacheco*¹⁶ parecia mais a *Rua das Traças*, a gente entrava e passava a maior parte o tempo cumprimentando as *prostitutas*”, narrou uma das pedagogas que participou da fundação da APROS-PB.

O comércio do sexo e o mercado varejista de drogas ilícitas resguardam proximidades em diferentes níveis. Uma primeira dimensão dessas proximidades, que iniciaria a delimitação do objeto de pesquisa, está na forma como a legislação penal brasileira trata a *prostituição* e o *tráfico de drogas*. No Brasil, exercer o trabalho sexual não é crime, porém todas as atividades e pessoas que circundam os entornos das *profissionais do sexo* poderão sofrer as consequências descritas nos artigos 228 a 230 do Código Penal. A dificuldade de regulamentação da *prostituição* e as investidas legislativas de setores conservadores representam ameaças políticas às *prostitutas*. Além disso, a imprecisão conceitual entre os limites do que poderá ser *exploração sexual* e *prostituição* deslocam ainda mais o comércio do sexo para o centro da criminalização.

De outro lado, o consumo de substâncias entorpecentes e sua venda sofrem com a ambiguidade do que pode, a partir de diversas variáveis, caracterizar o mesmo fato como sendo objeto de consumo ou de comércio. Os sujeitos do *tráfico* estão localizados em espaços urbanos, e mais recentemente nos espaços rurais, na mesma linha tênue que desloca violentamente as *prostitutas* para as dinâmicas repressoras do “Estado”. As experiências delinqüenciáveis, portanto, aproximam *prostitutas* e *traficantes* nos mesmos campos em conflito, no interior de uma pretensa guerra às drogas e na corrida salvacionista, não menos bélica, pelo fim da *prostituição*.

No entanto, a convivência com o mesmo inimigo nos conflitos, “o Estado”, apresenta a segunda dimensão. Durante a realização das entrevistas com *Alana*, *Flávio*, *Joana* e *Márcia*

¹⁶ O “*Luzia Pacheco*” é uma penitenciária feminina responsável pelo cumprimento de pena das mulheres na Paraíba.

pude entender que as lógicas de Estado se atravessam pelas vidas desses sujeitos. O ponto de encontro dessas engrenagens estatais se deu a partir de como os sujeitos agenciam as narrativas sobre o “Estado”. *Joana* e *Márcia*, por exemplo, são *prostitutas* e conhecem quais as dinâmicas violentas, produzidas por agentes de estatais, que afetam as suas vidas. Elas também desenvolveram estratégias de como agenciar os conflitos entre a polícia, o judiciário e outras esferas políticas do Estado. Do mesmo modo, *Alana*, por vivenciar processos de criminalização por conta do mercado de drogas ilícitas enfrenta o mesmo adversário, tendo que criar as suas próprias táticas cotidianas de enfrentamento.

Não quero, por esse caminho, demonstrar que as *trabalhadoras sexuais* e os sujeitos do mercado de drogas ilícitas são cúmplices e soldados das mesmas *batalhas*¹⁷. O conteúdo político dos embates diverge a partir da compreensão das relações entre os sujeitos. Sobre tudo porque mesmo o “Estado” aparecendo no centro das discussões como o precursor das práticas de violência e criminalização, algumas tensões entre *prostitutas*, *noiadas* e os sujeitos dos mercados de drogas ilícitas indicam alguns movimentos difusos. A presença da atividade estatal nem sempre se perfaz na totalidade em que essas disputas acontecem. Os conflitos e agenciamentos entre os sujeitos são rarefeitos à medida que dos interesses que estão em questão. As *prostitutas* e os sujeitos do mercado de drogas ilícitas são alcançados pela violência direta dos agentes de estado, mas também se conflitam entre si constituindo outras formas de violência. Essas relações recortam e são recortadas por performances de gênero e me permitiram investigar quais as dinâmicas sexuais dos conflitos e seus principais matizes. Se as trincheiras são compartilhadas pelo comércio do sexo e pelo comércio varejista de drogas ilícitas, o cerne da guerra responde a questões que tensionam as relações de poder. A partir desse eixo, as narrativas em profundidade, alcançadas através das entrevistas, demonstrariam a necessidade de analisar as dinâmicas dessas *batalhas*, suas tréguas e as intersecções entre as relações de gênero, sexualidade, raça e classe.

Os principais questionamentos surgiam pelas minhas indagações acerca das diferenças entre o que é ser *prostituta* e o que é ser *noiada*. Quais os caminhos de “entrada” e “saída” para que alguma *prostituta* fosse considerada uma *noiada*? Em que momento era possível

¹⁷ O termo “batalha” - repetido inúmeras vezes - possui fluidez cotidiana entre as *prostitutas*. A princípio, “batalha” se refere ao cotidiano laboral das *profissionais do sexo*. A categoria em questão suscita que existe uma peleja - ou uma *luta*, como elas preferem - elementar e constitutiva à construção das narrativas. A pluralidade de significados que emergem desse conceito demonstra que ele é acionado a partir dos sujeitos que protagonizavam esse fenômeno. O trabalho diário e a “batalha” são sinônimos, mas não são empregados de forma indistinta. As *prostitutas* - diferentemente de outras mulheres trabalhadoras - batalham porque carregam consigo as marcas das *lutas*, das *dores*, dos *sofrimentos* do fazer-se *prostituta*. Mas também ostentam os deleites, amores, gozos e alegrias das histórias vivenciadas no exercício da profissão (OLIVAR, 2011, p. 93). *Batalha* é a própria guerra e guerra é o cotidiano.

identificar que alguém deixou de ser *noiada* e voltou a ser *prostituta*? Haveria algum tipo de fluidez que permitisse a alguém ser ora *noiada*, ora *profissional do sexo*? Questões como essas me instigaram a dar mais valor analítico ao lugar do *crack* no exercício da *prostituição*. Os usos dessa substância definem os valores do *programa*, os lugares em que eles serão realizados, os perfis dos *clientes* e as demarcações territoriais em que *prostitutas* ou *noiadas* transitam. O consumo sintetizaria as imagens de feminilidade e de atração sexual que marcam os polos da diferenciação. Os contornos do conflito excedem as análises que vinculam automaticamente a utilização do *crack* à degeneração humana. “Eu ando assim na rua toda arrumadinha, quem me vê nem sabe que eu fumo *pedra*”, disse *Joana* na entrevista que ela me concedeu.

A sustentação desse conflito se dá a partir de variadas performances de gênero e sexualidade. Ao silenciar sobre a *noiada* ou ao inferir sobre a sua condição degenerada, os sujeitos evocam imagens sexuais, potencialmente eróticas, que transitam nas narrativas. As *noiadas* seriam mulheres menos passíveis de conquista afetiva e menos sexualmente desejáveis. Há, nesse movimento, formas de manejo das ambiguidades jurídicas – consumidor/traficante; prostituta/exploração sexual; crime/trabalho – que são geridas pelos sujeitos que estão implicados no conflito. O exemplo disso se dá nas formas como os comerciantes e donos de pousada com quem conversei escorregam nas narrativas ao indicar que as *noiadas* são vítimas do uso do *crack* e são exploradas pelos clientes que oferecem valores mais baixos com a certeza de que a proposta será aceita. Mas, também, deslizam na forma como narram que o comércio de drogas ilícitas, que algumas delas exercem, deve ser reprimido pela polícia. Os modos em que esse tipo de agenciamento acontece têm no comportamento sexual e nas performances de gênero o centro do argumento. A forma como os sujeitos produzem narrativamente vítimas e algozes se dão no modo como as relações de poder são generificadas e sexualizadas (EFREM FILHO, 2017b).

As discussões que pretendo desenvolver, portanto, têm como objetivo geral analisar como as narrativas de *prostitutas*, *noiadas*, sujeitos que estão nos entornos do mercado de drogas ilícitas e profissionais ligados ao trabalho com prostitutas materializam convenções sexuais e de gênero sobre *prostituição*, “Estado” e *tráfico de drogas*.

Profissionais do sexo, clientes, comerciantes e transeuntes, ao elegerem a *Rua das Traças* como o lugar das *noiadas*, tornariam o “sexo” uma questão, uma ameaça. O contato estabelecido com essas mulheres aparece nas narrativas desses sujeitos como sexualmente perigoso. Quando a APROS-PB está realizando as atividades de prevenção às IST, muitas pessoas abordadas fazem menção à suspeita de que as mulheres daquela rua possuem alguma

Infecção Sexualmente Transmissível, em especial a AIDS¹⁸. As mulheres que permanecem nesses lugares são conhecidas pelo “sexo barato”, mal pago. As produções discursivas disputam os limites da sexualidade e determinam quais corpos são mais desejáveis à medida do grau de envolvimento com o consumo de drogas e com o mercado varejista de drogas ilícitas. O critério diferenciador entre *prostitutas* e *noiadas* transita pelas imagens de mulheres que são deslocadas entre as performances de gênero e de sexualidade que constroem o passado e o presente, a vida e a morte.

Histórias sobre como o *crack* destruiu as famílias e as vidas das *noiadas* preencheram os meus registros de campo na maioria do tempo. Foi a partir delas que passei a reconhecer que a nebulosidade entre as categorias “prostituição/exploração sexual”, “tráfico de drogas” e “consumidor/usuário” articulavam questões que não se explicavam unicamente pela via das práticas estatais de criminalização e violência. Haveria aí uma constituição estética que demonstrava outras possibilidades de se fazer gênero e sexualidade. A afirmação da qual partirei indica que, ao produzirem narrativas de criminalização, os sujeitos estão criando também imagens sexuais das *noiadas*. Seriam os corpos magros, os dentes mal cuidados, as roupas sujas e as noites em claro que demonstrariam onde o exercício sexual é mais perigoso, menos prazeroso e intensamente mais sujo. Essas características estéticas passaram a alcançar o trabalho de campo que realizei através das atividades que a APROS-PB realiza nos pontos de prostituição, bem como na observação etnográfica do cotidiano da instituição e dos sujeitos que a frequentavam.

A escolha analítica de pensar sobre essas imagens sexuais produzidas pelo consumo de *crack* poderia aparentar, num primeiro momento, que estou preocupado apenas com a apropriação do exterior estético do conflito¹⁹. Como se, tão somente, a compreensão estivesse dedicada à superfície plástica da experiência. Entretanto, a batalha dos sentidos transita e excede a simples existência de um espaço que está “fora” e outro que permanece “dentro” das experiências das *noiadas*. As estratégias políticas dos sujeitos tomam parte do lugar que ocupam e das atividades que exercem. As formas de visibilidade que surgem por esse caminho denunciam questões maiores que organizam a base das disputas entre a *prostituição* e o *tráfico de drogas*. O esforço, portanto, não é o de captar imagens, mas o de registrar

¹⁸ A APROS-PB realiza testes de HIV/AIDS através da coleta de fluido oral desde 2014. O teste dura cerca de vinte minutos e é executado pela instituição através de financiamento do Ministério da Saúde. Não existem dados institucionais, da APROS-PB, que indiquem a prevalência do vírus do HIV/AIDS em profissionais do sexo que utilizam *crack*.

¹⁹ Agradeço a Adriana Dias Vieira por cuidadosamente trazer a preocupação sobre a superficialidade que as análises poderiam recair ao tratar sobre a discussão de estética sem os tensionamentos críticos necessários. As valorosas contribuições acerca dessas questões permitiram que o objeto de pesquisa pudesse ser delineado com maior precisão e cautela.

formas de contraposição, estados de sobrevivência e intenções políticas de visibilidade. Em linhas gerais, o que se constitui é o que se vê e o que se vê é o que se constitui.

Ao compartilharem as margens violentas do Estado – e os sentidos das ambiguidades jurídicas –, as *prostitutas*²⁰ e os sujeitos do mercado de drogas ilícitas transitam pelos valores eróticos da diferenciação. As discursividades de Estado caminham no sentido de produzir estratégias na guerra cotidiana contra o *tráfico de drogas*. Nos lugares por onde esta pesquisa passou, as vidas que valiam menos eram necessariamente os corpos menos sexualmente desejados e os potencialmente mais puníveis. O desejo atuaria como fio condutor na produção de táticas que tornam algumas experiências mais criminalizáveis do que outras. O problema não está localizado apenas nos modos de se fazer as leis e aplicá-las, mas no acionamento de convenções de gênero e de sexualidade que produzem imagens de sujeitos mais desejáveis e puníveis.

A construção das imagens delimita como as ações se concretizam. O que tratei anteriormente sobre o fato de algumas mulheres usuárias de *crack* possuírem corpos sujos, dentes sem o devido cuidado e estarem, via de regra, em situação de rua concretiza os fundamentos das táticas de criminalização. “Eu ando assim na rua toda arrumadinha, quem me vê nem sabe que eu fumo *pedra*”. Ao evocar a figura da mulher que anda “arrumadinha”, *Joana* cria uma das estratégias para passar despercebida nas rondas policiais. O corpo dela se torna desejável, menos vitimável e potencialmente mimético. *Prostitutas*, *noiadas* e *traficantes* desenvolvem uma relação que demarca os territórios não apenas pela organização do comércio de drogas ou pela localização dos lugares onde a *prostituição* acontece. O que se desenvolve é um jogo complexo que demanda formas de contraposição, afetividades, questões geracionais, relações identitárias entre *facções* e a violência. Por esse caminho, as disputas se esteiam a partir de performances de gênero e sexualidade que constituem as relações entre os envolvidos no conflito. As discussões aqui travadas se preocupam também em analisar que o Estado não é o único produtor da violência, sobretudo porque apreendi formas de violência que foram narradas indicando a presença de outros sujeitos como sendo os causadores desses episódios. .

²⁰ Há uma incongruência inescapável no texto quando trato sobre as *prostitutas* e *noiadas*. Todas as mulheres que entrevistei, exceto *Alana*, são profissionais do sexo. Inclusive, reforço essa característica no decorrer dos capítulos para deixar claro essa condição. Entretanto, em alguns momentos chamo algumas entrevistadas de *noiadas*. Isso se dá porque elas são usuárias de *crack* e as pessoas acessadas pela pesquisa as nomeiam assim. No texto, não utilizo uma nomenclatura padrão porque nem mesmo as pessoas denominadas dessa forma utilizam nomenclaturas lineares. Às vezes são *putas*, outras vezes são *prostitutas* e em algum momento também são *noiadas*. De qualquer forma, deixarei marcado em nota de rodapé quais são trabalhadoras sexuais que afirmaram não fazer uso da substância e quais delas consomem o *crack*.

1.2 Discussões metodológicas

O corpus desta pesquisa consiste nas anotações dos diários de campo, bem como nas narrativas sobre violência, gênero e sexualidade acessadas através do acompanhamento etnográfico de atividades promovidas pela Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS-PB). Além das entrevistas em profundidade realizadas junto a *profissionais do sexo* integrantes dessa organização e com pessoas que circularam nos espaços de *prostituição* encontradas através de caminhos independentes que resolvi trilhar. Tive acesso também a alguns autos de processos judiciais nas varas criminais da Paraíba e de processos em julgamento no Supremo Tribunal Federal. Pretendi, de início, com a participação nas atividades realizadas pela APROS, captar falas e posicionamentos públicos acerca da tematização central desta pesquisa. As entrevistas, por sua vez, destinaram-se a conhecer os relatos das *profissionais do sexo* sobre suas trajetórias de vida e suas experiências com o trabalho e a violência – vivenciada por elas ou por outras *prostitutas*. Tais entrevistadas foram empreendidas a partir de um roteiro semi-estruturado de perguntas.

As atividades observadas durante a realização do mapeamento, que executei na APROS, e as idas três vezes por semana à sede da instituição se estenderam durante toda pesquisa, permanecendo até a defesa final deste trabalho. Os registros de campo forneceram os critérios de inclusão das pessoas que seriam entrevistadas. Em regra, *prostitutas*, *ex-prostitutas*, profissionais ligados ao trabalho com a *prostituição*, pessoas que conheciam o cotidiano dos embates entre a *prostituição* e o mercado varejista de drogas ilícitas e clientes foram entrevistados(as). Em todas as entrevistas, eu me certifiquei de que as pessoas eram maiores de dezoito anos. Os critérios de exclusão escolhidos envolviam questões relacionadas à maioridade penal e civil, casos em que eu havia atuado como advogado e situações que poderiam colocar a mim e a APROS em risco.

O trabalho de campo teve início ainda na época em que estava na graduação e se estendeu à medida em que as questões foram se adensando. As primeiras atividades foram realizadas a partir de abril de 2014 e seguiram até setembro de 2016, quando iniciei a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso. Durante os meses de escrita, entretanto, não me afastei do cotidiano da APROS-PB, porém não registrei nenhuma narrativa, apenas me dediquei a realizar as atividades de assessoria que já desempenhava. No início de 2017, organizei o trabalho de campo e reiniciei as atividades de pesquisa. Escrevi novas anotações sobre as situações que presenciei e passei a compor as minhas observações com as leituras indicadas

nas reuniões de orientação com a Prof. Dra. Adriana Dias Vieira e o Prof. Dr. Roberto Efrem Filho.

Entre os meses de novembro de 2017 e junho de abril de 2018, realizei dez entrevistas. Entrevistei sete prostitutas, um cliente, um psicólogo e *Alana*. Todas as pessoas tinham uma relação com a APROS-PB em algum nível de profundidade, excetuando *Alana*. Extraí do mapeamento, realizado com cerca de 144 *profissionais do sexo*, apenas as que produziram narrativas sobre a *prostituição* e o comércio varejista de drogas ilícitas. O mapeamento foi realizado nos bairros de João Pessoa e em algumas cidades do interior da Paraíba. A entrevista com *Alana*, entretanto, não foi possível que seu registro em ocorresse em áudio. Em virtude das questões relacionadas à minha segurança pessoal e à de *Alana*, preferi anotar o máximo das suas narrativas, bem como das visitas que fiz em sua casa.

O contato com as narrativas demandou alguns cuidados necessários à execução da pesquisa. O primeiro deles deve garantir que as análises compreendam como as construções sociais possibilitam aos sujeitos a ressignificação das suas histórias e a reorganização das ideias a partir das suas experiências cotidianas. Sendo assim, ao conhecer e analisar as narrativas – sejam as das falas das *prostitutas*, sejam as dos outros sujeitos –, é preciso considerar as condições de possibilidade de sua produção, o contexto de vivência da experiência que as oportuniza e que, dialeticamente, é por elas oportunizado.

O adensamento dessa discussão, dentro dos limites do objeto de pesquisa, aponta para as reflexões de Veena Das (2011, p. 16) sobre o trabalho etnográfico e as superações metodológicas que o trabalho de campo enfrenta. As categorias que se debruçam sobre os estudos da dor e do cotidiano são fundamentais na compreensão de como as *prostitutas*, *noiadas* e os sujeitos do mercado de drogas ilícitas lidam com e incorporam o sofrimento social às suas histórias de vida. O trabalho que se segue tem como característica prioritária a observação etnográfica do cotidiano das *prostitutas*, *noiadas*, *laranjas*²¹ e de outros sujeitos que exteriorizaram narrativas relevantes sobre violência, crime e “Estado”.

O segundo cuidado, por sua vez, refere-se ao respeito aos procedimentos de pesquisa e exposição dos dados obtidos com o trabalho de campo. Fez-se necessário submeter a proposta ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP-UFPB) antes da execução do trabalho de campo. A aprovação do projeto pelo CEP-UFPB garantiu que todas as entrevistas estivessem sob o crivo ético disposto nos regulamentos da Plataforma Brasil e das resoluções que disciplinam a

²¹ Laranjas são sujeitos implicados no mercado de drogas ilícitas que ocupam uma posição hierarquicamente inferior ao dono da boca de fumo. Na divisão de tarefas, ele é o responsável por fiscalizar a venda nas ruas, avisar a chegada da polícia e repor as mercadorias para as pessoas que estão na linha de frente das vendas.

pesquisa com seres humanos. As entrevistas demandaram, sempre, a explicação anterior e detalhada da temática da pesquisa e de seus objetivos. Garantiram, além disso, o sigilo sobre as identidades das pessoas entrevistadas, mantendo, assim, a sua segurança – tendo em vista que se trata de uma pesquisa sobre violência – e a sua privacidade. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi lido no momento anterior ao da entrevista e assinado antes da escuta, gravada em áudio.

As narrativas seguiram um roteiro semi-estruturado de perguntas que foi, ao longo da conversa, sofrendo adaptações na medida em que as pessoas entrevistadas organizavam as histórias. Segui algumas observações trazidas por Gabriel Feltran (2008, p. 58) na organização de sua tese de doutoramento. Utilizei maneirismos linguísticos, roupas leves, palavrões e gírias para diminuir a distância entre a figura do “pesquisador” e a do “entrevistado(a)”. As conversas com todos(as) envolvidos(as) seguiram os mesmos “padrões”. Entretanto, com quem tinha construído uma relação mais próxima nos anos anteriores à entrevista, a conversa parecia mais fluida, possibilitando o surgimento de histórias mais profundas.

O terceiro cuidado refere-se ao manejo das narrativas. Ao transcrever os áudios, percebi que precisaria realizar alguns ajustes metodológicos que pudessem impedir – ou dificultar – a possibilidade de que as pessoas sejam identificadas. Nesse sentido, alterei datas, nomes de lugares, distâncias, nomes próprios e quaisquer formas de identificação que pudessem expor as pessoas entrevistadas. No capítulo 1, por exemplo, trato de uma briga ocorrida num *ponto de prostituição* que foi filmada e televisionada. O link em que o vídeo pode ser encontrado não aparecerá nas notas de rodapé, muito menos no corpo do texto, para que as mulheres não sejam identificadas.

O quarto cuidado tem na articulação entre auto-identificação e experiências de criminalização as suas maiores preocupações. Os termos “traficante”, “noiada”, “noiado” e “tráfico de drogas” só aparecerão entre aspas ou em itálico. A ocorrência dessas denominações surge das entrevistas e nos documentos oficiais e autos judiciais a que tive acesso. No entanto, a suspeita sobre a sua veracidade depende de inúmeros fatores e disputas argumentativas que me impedem de transferir essas palavras para o texto sem as devidas ressalvas e rasuras. Além dessas questões, “traficante” e “tráfico de drogas” são categorias jurídicas que municiam as práticas de crime/criminalização do Estado, da mídia e de setores conservadores. Crime e criminalização se formam como amálgamas. As disputas e diferenciações dependem do que Foucault (2009, p. 75) considerou como “gestão diferencial das ilegalidades” e que Roberto Efrem Filho (2014, p. 523) tratou de compreender sobre as

narrativas produzidas pelos sujeitos que circundavam o mercado de drogas ilícitas na Paraíba. Preferi, portanto, abrir mão das denominações tradicionais e passei a utilizar sinônimos que conheci em muitos trabalhos respaldados na pesquisa social no Brasil.

O quinto cuidado se ancora nas disputas políticas acerca da atividade sexual remunerada e suas formas de identificação. *Prostitutas, Garotas de Programa, Profissionais do Sexo, Putas e Trabalhadoras Sexuais* são termos identitários disputados fortemente no interior das organizações de *prostitutas*. A escolha das denominações reflete a historicidade do momento político experienciado por cada categoria discursiva. As narrativas das *lideranças* dos movimentos acessadas nesta pesquisa, nos encontros e seminários nacionais, assim como aquelas acessadas por Olivar (2013, p. 94) durante a sua pesquisa, comunicam sobre a historicidade das denominações escolhidas pelos *movimentos de prostitutas* e as arenas políticas em que emergiu cada terminologia. No início dos anos de 1990, os *movimentos de prostitutas* foram fortemente influenciados pela política nacional de IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais que sugeria insistentemente a adoção do termo *trabalhadoras sexuais* como melhor forma de conferir às mulheres o lastro da categoria do trabalho nos enfrentamentos políticos.

Nos anos 2000, o termo foi sendo superado e a retomada do nome *prostituta* como forma de radicalização do enfrentamento ao *estigma* e ao *preconceito* foi ganhando espaço nas discussões do *movimento*. Atualmente, a Central Única de Trabalhadores(as) Sexuais (CUTS), a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e a Articulação Norte e Nordeste de Prostitutas e Profissionais do Sexo (ANNPS) divergem sobre quais termos devam utilizar. As compreensões giram em torno da entrada dos homens *cis* e *mulheres trans* no movimento - eis a hipótese que configura a utilização do nome *profissionais do sexo* e *trabalhadores(as) sexuais* – ou a manutenção da hegemonia e totalidade das *mulheres cis* configurando o “autêntico” *movimento de prostitutas*.

O sexto cuidado tem nas disputas entre *prostitutas* e *noiadas* a sua questão central. O trabalho de campo demonstrou que tanto *prostitutas* quanto *noiadas* desempenham o trabalho sexual. As diferenciações, marcadas por relações de raça, classe, gênero e sexualidade são fixadas nas narrativas dos sujeitos e pelas disputas políticas e territoriais. Dessa forma, preferi registrar aqui como um “cuidado”, algo que de fato parece mais um “resultado”, para que as pessoas que acessarem este texto compreendam que não fui eu que produzi ou criei essas distinções, apenas as utilizo porque chegaram até mim durante o trabalho de campo. No entanto, não compreendo que exista um conflito contínuo que ocupe todo o espaço-tempo das mulheres que acompanhei, como se as *prostitutas* estivessem a todo momento disputando

com as *noiadas* um espaço no exercício do trabalho sexual. As rupturas, agenciamentos, coalizões e conflitos serão registrados ao longo dos capítulos e têm por objetivo demonstrar que as relações entre os sujeitos superam as dicotomias que, possivelmente, as discussões possam aparentar.

1.2.1 Descrição dos capítulos

O primeiro capítulo intitulado “As ambiguidades jurídicas entre a *prostituição* e o mercado varejista de drogas ilícitas” tem por objetivo analisar como as imprecisões normativas, que gravitam entre a *prostituição* e o *tráfico de drogas*, participam das experiências de violência e criminalização. A discussão têm como ponto central as dinâmicas de gênero e sexualidade que sustentam as práticas de “Estado” e expõe outras dinâmicas políticas na formulação das normas.

O corpus analisado neste capítulo é formado pelas narrativas produzidas pelas histórias de *Joana* e *Alana* e pelas observações que fiz do cotidiano das *profissionais do sexo*, *noiadas* e dos sujeitos do mercado varejista de drogas ilícitas, registradas em meu caderno de campo. Além dessas narrativas, trago as análises sobre o Recurso Extraordinário 635.659/2011 que trata do porte de drogas para consumo pessoal que vem sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal. As discussões articulam posicionamentos oficiais e extraoficiais dos ministros e organizam análises sobre a questão das drogas e a *prostituição*.

O capítulo 2, intitulado “Da pele pra dentro quem manda sou eu”, tensiona a dinâmica dos usos de *crack* no conflito entre atração sexual e valor erótico que confronta as *prostitutas* e as *noiadas*. Em 2015, como dito, *Socorro* se envolveu em uma briga com *Joana* devido a uma disputa por um “homem” e por suposto furto de pedras de *crack*. *Socorro*, anos antes, em 2012, foi expulsa da *Praça Catolé do Rocha*²² após ser acusada de ter roubado outra *prostituta*. A briga foi televisionada por uma emissora de João Pessoa. No vídeo, e nas narrativas que acessei, pude perceber que as justificativas acerca da expulsão envolviam

²² Catolé do Rocha é uma cidade do interior da Paraíba, localizada a 393 km de João Pessoa. A cidade carrega em sua história muitas referências populares sobre a violência cotidiana, as vendetas entre famílias e as disputas territoriais dos latifúndios do Nordeste. A escolha ficcional, no texto, do nome da principal praça onde a *prostituição* é exercida no centro de João Pessoa se deu pela referência musical trazida por Chico César na música “Béradêro”. O cantor ao visitar a Praça Catolé do Rocha no Rio de Janeiro descobriu que o nome homônimo a sua cidade natal nomeava a praça carioca por conta de um episódio que envolveu a morte de “policiais” e “traficantes”. “Catolé do Rocha, praça de guerra/Catolé do Rocha onde o Homem-bode berra”. (Para mais informações: <http://gafieiras.com.br/entrevistas/chico-cesar/19/>)

convenções de gênero, raça, classe e honra que confrontam as noções de trabalhadores(as) e bandidos(as).

Por esse caminho analítico, a briga entre *Joana* e *Socorro* me parece emblemática para a compreensão de como se sustentará o objeto e o desenlace do segundo capítulo. Inicialmente, a celeuma acontece na *Rua das Traças*, no centro de João Pessoa. Caracterizada como uma “briga por macho” entre duas *noiadas* num contexto de *prostituição*, a briga é gerida por noções que ativam e tornam inteligíveis as performatividades de gênero e sexualidade no conflito. Se as duas mulheres são *prostitutas* e *noiadas*, a briga é o palco que entrecruza os elementos simbólicos que as constituem no emaranhado de narrativas sobre o episódio. Mesmo sem saber qual o conteúdo, ou os motivos que a ensejaram, mesmo até sem ter presenciado as cenas em que as agressões ocorreram, as pessoas que passaram no local ou ouviram falar do que aconteceu acionaram o *sexo* e as *drogas* automaticamente. “Brigaram por causa de *macho*”; “Brigaram por causa de *pedra*”.

As narrativas de *Joana* sobre esse episódio demonstraram algumas nuances que trouxeram à tona as categorias que pretendo analisar. Durante a briga, algumas *pedras de crack* caem do seu bolso e são encontradas por um dos policiais militares que foram responsáveis pela detenção e pela condução das duas mulheres até a Central de Polícia. Ao invés de realizar a apreensão das *drogas*, o policial esconde as *pedras* e retorna, em outro momento, encontra *Joana*, avisa onde deixou os seus pertences e a convida para a realização de um *programa*. A gestão do conflito, portanto, entre *policiais* e *prostitutas*, *prostitutas* e *noiadas*, retoma a discussão sobre as tensões entre violência, fetiche e desejo na construção dos conflitos e de suas nuances eróticas, que travei durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, em 2016. Diferentemente da minha hipótese inicial, na monografia, de que as violências contra as prostitutas compunham as práticas e narrativas estatais, tão somente, agora estou preocupado em registrar que existem outros lugares e pessoas que produzem estratégias de violência.

O título do capítulo é dado pela entrevista de *Flávio Costa*, redutor de danos, psicólogo e *usuário de crack*, que problematiza o lugar da morte e os desejos pela vida que transitam pelo cotidiano dos *usuários de drogas* e *prostitutas*. Morte e vida, nesses contextos, respondem a questões estéticas sexuais que elegem símbolos específicos nas mortes de *prostitutas* e nas formas de controle, repressão e agenciamento da polícia. Os sentidos são apreendidos a partir dos mesmos caminhos percorridos por Taniele Rui (2012). Passo a seguir as *camisinhas*, as *latas*, as *brigas*, as IST/HIV/AIDS e as narrativas que evidenciam as armas e as estratégias numa guerra que demarca sexualmente os territórios onde acontece a

prostituição e o *mercado de drogas*, suas aproximações, seus distanciamentos e suas continuidades.

O terceiro capítulo, intitulado “Maconha para os trabalhadores, *crack* para os bandidos”, tematiza as relações entre *clientes*, *usuários*, *laranjas* e *noiadas*. O título do capítulo é dado por *Luiz*, quem me convida a pensar a necessidade de exterminar os bandidos através do uso do *crack*. Ele, assumidamente usuário de *maconha* há mais de vinte anos, conta-me histórias que envolvem diversas narrativas em que as “drogas mais leves” promoveram a tônica das conquistas, das seduições, das amizades entre ele, cliente, e muitas *prostitutas* da *Rua das Flores*²³ e da *Praça Catolé do Rocha*. Aqui também apresento as narrativas mobilizadas por *Márcia*, quem me descreve diversas histórias acerca dos conflitos que são recortados pelas mortes, pela periculosidade, pelas brigas e demarcações territoriais na constituição do que é ser *prostituta* e ser *noiada*.

O conteúdo do capítulo abordará os diversos conflitos que colocam *trabalhadores* e *bandidos* no entrechoque das experiências delinqüenciáveis. Entretanto, os conflitos entre *prostitutas* e os sujeitos do mercado de drogas ilícitas desvelam outras experiências que excedem o *modus operandi* que qualifica o “Estado” como o protagonista das violências. A conversa com *Joana* revela que as performances sexuais de que falei anteriormente tensionam ainda mais esses embates. As narrativas de *Joana* cambaleiam entre a violência desmedida dos *laranjas* e do *tráfico de drogas* e as possibilidades que demandam desejo e afeto pelos sujeitos do *tráfico*.

²³ A *Rua das Flores* compõe o cenário geográfico da *prostituição* em João Pessoa. A rua concentra cerca de oito casas de *prostituição* e representa uma parte importante do centro histórico da cidade. A diferença mais fundamental entre a *Rua das Traças* e a *Rua das Flores* está na presença das *noiadas* na primeira e não na segunda rua.

CAPÍTULO 1

As ambiguidades jurídicas entre a prostituição e o tráfico de drogas

1. Crime, violência e *facção*: “ajuda ela que é o mesmo que tá ajudando nós”

Nos muros, *OKD*. Na cadeira de rodas, *OKD*. As crianças jogavam bola. Na bola, à caneta, *OKD*. Na disputa, um tiro cruzado. Frente a frente com o goleiro, *Luquinhas* foi impiedoso. Matou. Gol! Nos braços da pequena torcida, uma comemoração. *OKD*. A *Menina* tinha um *menino* em seus braços. Por onde passei, as *Meninas* carregam seus *meninos*. Ela falava ao telefone. Pelas conexões e grades da saudade, *OKD*. Na perna dela, tatuagens, todas elas *OKD*. *Carpas*, *Coringas*, *Palhaços*, *Borboletas*. Nas mensagens escritas na pele, às peles, à liberdade. Aos irmãos trancados, esperança. No choro do *menino*, um lamento. Nas comunidades, os *Meninos* não carregam seus *meninos*. Pais. Prisão. Consolo. Bolas. *OKD*. (Registro de campo realizado no dia 08 de maio de 2018 após uma visita à casa de *Alana*)

A *Okaida* (*OKD*) é uma das *facções* que compõem o mercado de drogas ilícitas na Paraíba. O nome representa um neologismo criado a partir da organização islâmica “Al Qaeda”. O grupo islâmico, considerado como “terrorista” pelas principais agências internacionais de segurança²⁴, foi responsável pelos ataques ao World Trade Center, em Nova Iorque, no dia 11 de setembro de 2001. A Al Qaeda e os Estados Unidos América, desde então, disputariam os domínios políticos no Oriente Médio e no mundo através de estratégias diversas de terror e violência. Na Paraíba, o surgimento da *OKD* transita entre as narrativas. Estima-se que sua fundação compreende o período entre os anos de 2005 e 2008.

A *facção* rival à *Okaida* se auto intitula *Estados Unidos* (ou apenas *Estado*) e sua aparição também responde ao mesmo período. A guerra traz nos nomes o primeiro contato com o conflito. As demarcações territoriais se comportam de variadas formas e excedem a simples importação dos protagonistas de um conflito internacional. Os bairros periféricos de João Pessoa possuem *comandos* específicos que respondem às ordens dos principais membros de cada *facção*. As pichações desenham os muros e indicam qual a extensão que os domínios da *OKD* e dos *EUA* alcançam²⁵. Entretanto, as imagens desse conflito transbordam os muros e inscrevem em outras práticas a capilaridade das *facções*.

²⁴ Dentre elas, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, Agência Central de Inteligência Estadunidense (CIA), Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), entre outras.

²⁵ O conflito entre as *facções*, especialmente entre as adolescentes em conflito com a lei, foi analisado por Luísa Câmara Rocha (2016) em seu trabalho de campo. A observação das pichações feita pela autora trouxe até mim uma preocupação sobre os seus significados. Dedico, portanto, este primeiro capítulo à nossa amizade e às importantes reflexões sobre as *facções* que dividi com ela durante a escrita da dissertação.

A primeira vez em que tive contato direto com essas imagens estava a caminho da casa de *Alana*. O nosso encontro foi oportunizado através de *Clara*, uma *prostituta* que ficava na *Praça da Catolé do Rocha*. No caminho, até chegar à sede da APROS-PB, era comum que eu passasse pela *praça* e conversasse com as mulheres que ficavam por lá. *Clara* me parou e contou que uma *amiga* havia sido presa, mas que atualmente estava em casa em prisão domiciliar, como expliquei na introdução deste texto. *Alana*, segundo *Clara*, estava sendo acusada de “tráfico de drogas” e precisava entender algumas questões relacionadas aos próximos passos de um processo judicial. No primeiro momento, hesitei em ajudar. Por alguns instantes, acreditei que me envolver naquelas questões iria tirar o foco do objeto que havia delineado para a pesquisa. Tentei explicar a *Clara* que minhas atividades se resumiam ao trabalho com as *prostitutas* e que, se o problema a envolvesse, eu estaria disposto a lhe prestar informações jurídicas, mas uma mulher que não exercia o *trabalho sexual* fugia das minhas competências. *Clara* argumentou: “ela é menina boa, que não merecia isso, todo mundo gosta dela aqui, ajuda ela que é o mesmo que tá ajudando nós”. Avisei a *Clara* que não iria me envolver, mas aceitei ir “apenas uma vez” para conversar com *Alana*. Pedi que ela me ligasse para explicar o que havia acontecido e marcar uma hora na sua casa. Na semana seguinte, *Alana* me ligou.

A casa de *Alana* estava localizada numa região próxima à *Rua das Traças*. O centro de João Pessoa tem como marco geográfico de divisão a *Praça Catolé do Rocha* e a *Rua das Traças*. Na parte de cima dos dois lugares, encontra-se o comércio, o Tribunal de Justiça da Paraíba, a Faculdade de Direito, a Assembleia Legislativa, a Câmara dos Vereadores etc. O baixo centro, entretanto, concentra os monumentos históricos, os camelódromos, as ruas dedicadas à boemia dos anos 1960 e os *pontos de prostituição*. Com a urbanização precária²⁶ dos centros urbanos e os processos de industrialização, o centro de João Pessoa sofrera uma cisão entre uma parte “abandonada” – “histórica” – que concentrou as comunidades periféricas, as “cracolândias”, o “tráfico de drogas” e, outra parte, destinada ao turismo, ao comércio e às atividades institucionais de órgãos de Estado.

As imagens que mencionei estendiam os sentidos de uma possível observação apressada que poderiam limitar as pichações apenas a demarcações territoriais no centro da cidade e nos bairros por onde passei. O significado delas, entretanto, ganhou outras percepções no momento em que cheguei à casa de *Alana*. A rua está situada numa travessa sem saída para carros. No final dela, há uma plataforma por onde descem duas escadarias do

²⁶ Para mais informações sobre a urbanização, segregação e os processos de globalização, ver: Maricato (2000), Caldeira (2003).

lado direito e do lado esquerdo que dão acesso à *Favela da Gávea*. A rua é pequena e concentra cerca de oito casas. Estacionei o meu carro próximo à rua e fui andando. Nos quase cem metros que precisei caminhar, vi um jogo de futebol com crianças, um rapaz numa cadeira de rodas, uma *menina* segurando um *menino* com uns quatro ou cinco anos de idade e alguns rapazes conversando na calçada. A maioria deles(as) parou para me observar. “O moço tá passando, para a bola”. Eu congelei aquelas imagens durante muitos dias após aquela visita. O sujeito estranho que parou o jogo de futebol, que recebeu os olhares desconfiados(as) daqueles(as) moradores(as), nunca tinha ido àquela rua. Da esquina, ouvi o *rap* que tocava enquanto os rapazes conversavam, vi a bola, a *menina* no telefone, a cadeira de rodas e todos os elementos me apresentaram duas siglas, um conflito, uma *guerra*: *OKD x EUA*.

Alana abriu a porta e pediu que eu entrasse. Na perna esquerda me mostrou a sua primeira marca de *guerra*: uma tornozeleira para monitoramento eletrônico. No primeiro momento, fiz poucas perguntas sobre o que havia acontecido e me dediquei a observar a casa, o movimento com os vizinhos e a forma como *Alana* me contaria sobre sua vida. De início, ela se dedicou a demonstrar que era *inocente* e que havia sido presa porque estava junto do seu irmão, *Márcio*, no caminho para *Águas Claras*. *Márcio* tinha combinado com *Lúcia* e *Elizabeth* de trocar cerca de 50 gramas de *cocaína* que ele havia adquirido e “não tinha gerado”²⁷. Na primeira versão da história, *Alana* me contou que foi com seu irmão “só pra ele não ir só”, mas “sabia que ele tinha ido pra fazer coisa errada”. Ao encontrar com *Elizabeth* na casa de *Lúcia*, *Márcio* foi abordado pelo Grupo de Operações Especiais (GOE) da Polícia Civil da Paraíba e os três (*Márcio*, *Elizabeth* e *Lúcia*) foram detidos imediatamente. No momento em que a polícia iniciou o procedimento de revista, os agentes encontraram um “papelote”, enrolado em uma fralda descartável da filha de *Alana*, com a *cocaína* que seria trocada. O problema se agravou quando *Elizabeth* se abaixou para ser presa. Um pacote com 1.474,60 gramas²⁸ de *cocaína* caiu no chão. A *droga* veio de *Rio Verde* para abastecer a casa que servia como ponto de apoio e abastecimento para o comércio varejista de drogas ilícitas.

Alana, entretanto, não foi presa nesse primeiro momento da abordagem. Ao ver a movimentação dos policiais, ela voltou para casa. Em seguida, cerca de duas horas depois, a polícia chegou até seu endereço e efetuou a sua prisão.

²⁷ “Gerar” é um verbo utilizado como gíria. O significado é sinônimo das expressões “deu certo”, “bom”. A *cocaína* “não gerou”, logo não era boa e não produziu os efeitos esperados. A expressão em aspas foi dita por *Alana* em maio de 2018 e registrada no meu caderno de campo.

²⁸ A quantidade exata foi obtida após a juntada do laudo toxicológico emitido pelo Instituto de Polícia Científica da Paraíba (IPC-PB) ao processo a que *Alana* e *Márcio* responderam. O processo é público, entretanto, o número de localização dos autos não será revelado em nenhum momento nestes escritos. A opção metodológica que fiz compreende que a identificação do processo revelará as identidades das pessoas, seus endereços e produzirão situações de insegurança, pessoal e jurídica, entre as pessoas envolvidas.

Os homi botaram ele (*Márcio*) no saco²⁹ e ele disse meu endereço. Com *Paulo* (marido de *Alana*) – contando sobre outra ocasião –, eles rodaram isso aqui tudinho e ele não falou. Nós guardava, na época, as parada tudo aqui em casa. Mas bateram nele – em *Márcio* – e ele não teve mais como esconder. Quando eles chegaram aqui já disseram: ‘você é apressadinha, né?’ (Relato de campo registrado em 08 de maio de 2018).

Ao ser encaminhada para a Central de Flagrantes da Polícia Civil, *Alana* foi inquirida por duas autoridades. A primeira delas, um *agente*, relatou a *Alana* a possibilidade de ela ser liberada, em virtude de não haver sido encontrada nenhuma substância ilícita com ela. “Eu ia ficar só como usuária, *boy*”. No decorrer da oitiva, dirigida pelo *agente*, o “*Delegado* chegou e disse que todo mundo ia descer³⁰”. As chances de liberdade haviam acabado. *Alana* estava prestes a ser “enquadrada” pelos crimes relacionados ao “tráfico de drogas” e à “associação criminosa para o tráfico”. Isto porque as versões produzidas por *Elizabeth* e por *Lúcia* indicavam a participação de *Alana* em ocasiões anteriores àquela tarde de domingo. A distância, mantida por ela, não foi suficiente para garantir a sua liberação.

No dia seguinte à prisão, *Márcio*, *Lúcia*, *Alana* e *Elizabeth* foram encaminhadas ao Núcleo de Custódia do Fórum Criminal de João Pessoa. As audiências de custódia foram instituídas em 2015 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e têm por objetivo auferir as condições de legalidade das prisões em flagrante. Se alguma irregularidade for percebida pelo(a) magistrado(a) ou caso a prisão não responda aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, a pessoa acusada responderá ao processo em liberdade. *Alana* não havia sido, até aquele domingo, alcançada por nenhum processo judicial. A condição de ré primária garantiu uma das possibilidades para a sua liberação. Todavia, a condição de “mãe” foi preponderante para que ela pudesse ser alcançada pelas alterações do Código de Processo Penal (CPP) realizadas em 2011. O CPP permitiu às mulheres, mães de filhos menores de doze anos, a possibilidade de serem beneficiadas pela conversão da prisão em regime fechado - em uma instituição prisional - pela prisão domiciliar (ou semiliberdade).

A mudança nas explicações sobre a cena da prisão e seus desdobramentos começa a acontecer quando as minhas visitas a *Alana* se tornam mais frequentes. As narrativas sobre o seu não envolvimento no comércio de drogas ilícitas começam a desaparecer. *Alana* passa a

²⁹ O “saco” é um instrumento de tortura. O sujeito que está controlando o processo de inquirição coloca um saco plástico na cabeça da vítima e fecha qualquer passagem de ar, provocando o sufocamento. Com o tempo, a falta de ar vai garantindo que a vítima revele as informações objeto do procedimento. É comum que aconteçam alguns sangramentos pelas vias aéreas, em virtude da pressão a que os vasos sanguíneos são submetidos. Paralelamente, sessões de espancamento podem acontecer, ou não, como estratégia de intensificação do método. As imagens da execução dessa prática foram exibidas no filme “Tropa de Elite - 1”, dirigido por José Padilha e disponível em plataformas *stream* na internet.

³⁰ “Descer” também é um verbo utilizado como gíria na linguagem prisional. O ato de “descer” se refere a ser encaminhado(a) ao presídio.

me apresentar aos seus amigos como o “rapaz da universidade” e a me telefonar várias vezes para que eu tirasse as dúvidas deles sobre outros processos criminais. As estratégias de justificação sobre aquela situação e a tentativa de dissimular o *envolvimento* com o crime desapareceram. Tentativas de homicídio, roubos, furtos, tráfico de drogas, porte de arma... Os amigos(as) de *Alana* testaram todos os meus conhecimentos sobre Direito Penal e Direito Processual Penal.

Alguns parentes, seu irmão *Márcio* e o seu marido também respondiam a processos criminais ou estavam presos. Depois de alguns meses da sua prisão, *Alana* já me contava sobre as dinâmicas das *facções*, as divisões nos presídios e a forma como cada sujeito se comportava diante das demandas do *comando*. Mesmo que suas narrativas sobre o crime se tornassem mais fluidas e menos devotadas a provar a mim a sua inocência, *Alana* não afastava de si (ou dos seus) a figura do “trabalhador honesto” que só havia “entrado para essa vida por falta de oportunidade”. Numa das tardes em que a visitei, ela me contou sobre a prisão do seu marido, *Paulo*. Ele estava preso depois de ter cometido uma “falta grave³¹” enquanto respondia pelo crime de “tráfico de drogas”. O regime de cumprimento de pena ao qual ele estava submetido regrediu do regime semiaberto para o fechado.

Durante a conversa, *Alana* foi até seu quarto e trouxe uma pasta com alguns documentos. Dentre os papéis, havia muitos contracheques de pagamento de salário, comprovantes de horas extras, recibos de prestação de serviços e documentos pessoais. Todos eles afirmavam que *Paulo* era um “trabalhador”.

Alana: “Ele sempre meteu a mola dele. Trabalhava de pedreiro, tínhamos um bar, fazia uns bicos de servente. Mas quando a *menina* da gente nasceu, ele endoidou. Não queria ir mais dormir (no presídio) e foi preso”

Breno: “Endoidou? Como assim?”

Alana: É! Não queria mais ir dormir lá. Não queria me deixar só com a *menina*.

Paulo havia decidido que, após o nascimento de sua filha, ele não mais cumpriria com as obrigações impostas pela sua pena. “Ele é um marido muito bom, criou até *Luquinhas* que nem dele é”. Passei um tempo lendo as páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de *Paulo*. Aqueles carimbos, das construtoras e empreiteiras em que ele havia trabalhado, representavam as mesmas imagens que vi na bola, na cadeira de rodas e na

³¹ A Lei de Execuções Penais (LEP) estabelece que os sujeitos que são beneficiados por regimes mais brandos de cumprimento de pena deverão atender a alguns requisitos. No caso do regime semiaberto, é obrigatório que o “apenado” durma todos os dias na instituição prisional no período estabelecido pela Vara de Execuções Penais. O descumprimento deste dispositivo legal, considerado “falta grave”, importa em regressão do regime mais benéfico para o regime fechado.

Menina no telefone. De um lado, *Paulo* foi arregimentado pelo “trabalho”. O “picho” da carteira diz até onde ele pode ir. A *bola* rolando nos dribles de *Luquinhas* também. Entre bolas e carteiras de trabalho, lá do outro lado, *Paulo* foi arregimentado pelo “crime”. No encontro entre os dois – do *Paulo* que trabalha e do *Paulo* que “mete mola” – percebi que *Alana* havia colocado em meu colo as marcas de uma *guerra* que cancelavam as disputas políticas entre os limites do que é ser “trabalhador” e do que é ser “bandido”. Mais ainda, lançavam outras indicações sobre um “pai”, “chefe de família”, que enfrentava qualquer obstáculo, incluindo a possibilidade de ser preso novamente, para manter os cuidados com a esposa e seus filhos.

Alana, Paulo, Elizabeth, Márcio e Lúcia protagonizaram, cada um a seu modo e a seu tempo, histórias que davam conta de ilustrar o funcionamento do comércio de drogas ilícitas e seus desdobramentos. No entanto, nenhuma dessas personagens exercia o *trabalho sexual*. A articulação, portanto, entre a *prostituição* e as experiências oriundas do comércio varejistas de drogas ilícitas parecia impossível. Nas conversas de *Alana*, entretanto, nas muitas questões que ela me trazia, alguns sinais aparentavam que ela conhecia bem demais a rotina das mulheres na *Rua das Traças*. É que não é comum que as pessoas saibam, com os detalhes que *Alana* conhecia, sobre os nomes, os horários e os locais onde essas mulheres podiam ser encontradas. Numa dessas conversas com *Alana*, eu vi uma mulher dormindo num colchão perto da sua sala. Depois de algum tempo, ela se levantou, agradeceu a *Alana* pela ajuda e foi embora. Em outro episódio, vi mais uma mulher saindo de sua casa e agradecendo por algum auxílio que *Alana* havia prestado. As duas, curiosamente, eram *prostitutas* e também *noiadas*. Depois de algum tempo, perguntei a *Alana* se aquelas pessoas eram ligadas a alguma *facção*. Ela me respondeu que para frequentar a sua casa e andar pela sua rua tinha que “fechar com a *OKD*”³².

A descoberta sobre a relação entre aquelas mulheres e *Alana* foi fundamental no meu processo de compreensão da relação entre a *prostituição* e o mercado de drogas ilícitas. Primeiro, porque *Alana* me confessou que algumas *prostitutas* “metiam a mola pra ela”³³. Segundo, porque as zonas de prostituição passaram a ser o palco de várias disputas entre os territórios onde o *trabalho sexual* era desenvolvido e o “tráfico de drogas” era exercido. A

³² Compreendi, através de outras narrativas, que nem sempre “fechar com a *OKD*” significava uma filiação orgânica às demandas e à rotina da *facção*. Os(As) moradores(as) de determinado bairro, por exemplo, devem respeitar as determinações da *facção*, muito embora não participem da agenda de atividades e de empreendimentos criminosos.

³³ *Alana* sempre deixou claro que após a sua prisão as atividades relacionadas ao “tráfico de drogas” haviam cessado. Das vezes que estive em sua casa nunca presenciei nenhum evento em que qualquer atividade ilícita pudesse estar sendo desenvolvida.

proximidade dessas disputas, e os agenciamentos produzidos por elas, demonstravam que algumas alterações nas dinâmicas históricas sobre as categorias “tráfico de drogas” e “prostituição” oportunizaram outros fenômenos que atravessavam os objetivos de controle do “Estado”. As discussões sobre gênero e sexualidade enunciariam a confluência entre a produção normativa e constituição da violência.

Já tendo em mente as proximidades entre *Alana* e as *prostitutas* ou *noiadas* de quem ela sabia tanto, passei a tentar entender como ambiguidades jurídicas sobre o “tráfico de drogas” e a “prostituição” oportunizam várias ações e efeitos na vida de *Alana*, no que ela me narrava sobre sua trajetória de vida, no que eu próprio observava. Por exemplo, nas narrativas que ela agencia para explicar a sua condição e a de sua família, é possível observar os saltos sobre as suas percepções entre as convenções do que é “certo” e “errado”, do que deveria ser considerado crime ou não e as estratégias utilizadas na produção narrativa de sua condição de “inocência”. “Como é que eles podem me prender? Eu não fui pega com nada, *boy*, pelo menos me colocassem como usuária e me liberavam”.

Com essas mobilizações produzidas por *Alana*, precisei compreender a fundo alguns movimentos institucionais que manejavam essas ambiguidades. Nesse sentido, resolvi consultar a Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas) e acessar as narrativas judiciais, que julguei relevantes para registrar no texto, para entender alguns significados sobre como as ambiguidades jurídicas se localizam entre as discursividades estatais”. Para compor o repertório das análises, fui até o portal do Supremo Tribunal Federal (STF) e acessei os votos dos ministros no Recurso Extraordinário 635/659 de 2011, interposto pela Defensoria Pública de São Paulo. O processo trata do porte de drogas para consumo pessoal. A leitura dos votos dos ministros sobre o caso abriu margem para que eu pudesse perceber como as ambiguidades jurídicas se movimentam oxigenadas por convenções de gênero e sexualidade, raça e classe. Sobretudo porque passei a confrontar os posicionamentos dos ministros do STF com as narrativas obtidas no trabalho de campo através de *Alana* e *Joana*. Nelas, pude encontrar pontos de articulação que me permitiram compreender as dimensões de aproximação entre crime, Estado e *prostituição*.

1.1. Sobre filhos, famílias e ambientes honestos

A legislação brasileira engendrou, através do Código Penal, um embaraço entre os conceitos de *prostituição* e *exploração sexual*. Ao tratar sobre a *prostituição*, os artigos 228 a

230 se referem sempre a “prostituição ou outra forma de exploração sexual”. O mais simples exercício de interpretação leva a crer, portanto, que a prostituição consiste numa forma de exploração, ainda que diferente de “outra forma”. O exercício autônomo da *prostituição*, todavia, não se configura enquanto um crime. Entretanto, o artigo 229 fixa que a manutenção de “casa de prostituição” representa uma conduta ilegal. Na leitura do enunciado do artigo, a expressão “estabelecimento em que ocorra exploração sexual” preenche o seu conteúdo. No artigo 230, a lei criminaliza as pessoas que se beneficiam “participando diretamente dos seus lucros”. Os cônjuges, irmãos, pais e mães, padrastos, madrastas, companheiros e enteados se tornaram o alvo do artigo. A legislação sobre drogas e o Código Penal incidem, a um só tempo, na construção de dois perfis que demandam cuidados e proteção: “usuários de drogas” e “pessoas exploradas sexualmente”. Essas mesmas imagens também podem ser transmutadas no seu revés abominável: a *prostituta* e o *traficante*.

Do mesmo modo, ao promulgar a lei 11.343/2006, o “Estado” instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). O fundamento do SISNAD, portanto, era o de produzir estratégias de controle que permitissem a redução do consumo e da venda de substâncias ilícitas. As medidas adotadas pela lei seguem o roteiro típico das leis penais brasileiras. No primeiro tomo, compreendido entre os artigos 1º e 26, as noções relativas aos “cuidados” pretensamente democráticos e constitucionais acerca dos fenômenos relativos às drogas preenchem os seus incisos. Nesse espaço-tempo do texto normativo, as expressões “consenso nacional”, “projeto pedagógico de prevenção” e “inclusão social” ilustram, dentre tantas outras, esforços políticos que objetivam demonstrar a preocupação do “Estado” com o bem-estar social. Em linhas gerais, a figura do “usuário”, prestes a ser recuperado pelas “políticas públicas sobre drogas”, aparece de forma mais contundente.

Na segunda parte da lei 11.343/2006, a versão “cuidadosa” do “Estado” desaparece. As ações se concentram em demonstrar o percurso legal de como o “usuário” se converte em “traficante”. Entre os artigos 27 e 75, as palavras-chave revelam a “repressão”, o “crime”, as “penas” e os “procedimentos penais” como instrumentos de controle. As condutas que indicam quais as possibilidades em que alguém poderá ser considerado “usuário” ou “traficante” não estão, porém, descritas de forma clara. A ruptura do texto normativo se dá sem ressalvas sobre quais critérios, ou qual quantidade, as pessoas alcançadas pela lei sofrerão o fenômeno da conversão. Os desdobramentos jurídicos da lei transitam entre os processos judiciais, cortes superiores e o Supremo Tribunal Federal, e delineiam novos limites acerca de punições mais severas. A consideração da hediondez do “tráfico de drogas”, o aumento da fração para a progressão do regime de cumprimento de pena e o impedimento de liberdade

condicional, em caso de reincidência, são os exemplos mais firmes sobre como o judiciário e o legislativo têm redefinido essas fronteiras.³⁴

O que se tem discutido acerca da forma como essa ambiguidade jurídica se dá externa alguns elementos narrativos que compuseram os posicionamentos de grande parte das pessoas que acessei durante a pesquisa. Os argumentos sobre a quantidade e a qualidade das substâncias ocupam os esforços das entidades que buscam a legalização das drogas ou a descriminalização das condutas. Trata-se de compreender quais limites objetivos as normas deverão prever para que alguém com determinada quantidade possa ser considerado *traficante* ou *usuário*. No mesmo viés, a pretensão é estabelecer também o grau de dependência provocada por cada substância e fixar a porção que cada pessoa poderá carregar consigo.

As ambiguidades legais vivenciadas por *Joana*, *Alana* e *Márcio* referem-se a essa questão fundamental, no que tange à quantidade e à qualidade das substâncias encontradas. Na construção política das normas sobre drogas, a figura do “usuário” e a do “traficante” se alteram à medida dos esforços políticos de criminalização. Não há, na legislação brasileira, uma quantidade específica que garanta a certeza de que *Márcio* com cinquenta gramas de *cocaína* seja considerado usuário de drogas ou não. Entretanto, se *Márcio* é um consumidor contumaz de *cocaína* aquela poderá ser sua quantidade mensal (ou bimestral) de uso, como também poderá ser uma quantidade comprada para ser repartida com outras pessoas³⁵. Também não é possível compreender, pela legislação atual, quais critérios as condutas de *Alana*, na cena da prisão, são suficientes para torná-la uma agente do “tráfico de drogas”. Não à toa, o primeiro policial, que fez a sua oitiva na delegacia, estava prestes a liberá-la na condição de usuária – sim, mesmo que com ela não fosse encontrada nenhuma substância ilícita.

Por esse caminho institucional, o Supremo Tribunal Federal (STF) vem, nos últimos anos, recebendo ações judiciais que tratam sobre a temática das “drogas”. Ao tomar

³⁴ A lei de Crimes Hediondos (n. 8072/90) foi promulgada em 1990 e teve como objetivo listar quais os crimes considerados mais graves que receberiam uma ação mais enérgica do “Estado”. O tráfico de drogas passou a ser considerado crime hediondo e, por esse motivo, algumas mudanças foram inseridas no tratamento das pessoas acusadas. A progressão de regime é o benefício concedido ao preso sentenciado para que ele possa gradualmente experimentar a liberdade e como extensão dos acordos internacionais e normativas constitucionais que vedam o cumprimento de pena apenas em regime fechado. No primeiro nível, ele sai do regime fechado, onde cumpre a pena 24 horas por dia para o regime semiaberto. Nesse modelo, o “apenado” fica recluso das 20:00h até às 05:00h. Por último, ele recebe a liberdade condicional, ficando obrigado a exercer algum tipo de trabalho, estudar e não frequentar bares, boates, festas, muito menos consumir drogas e/ou álcool. Para os outros crimes, a fração de pena cumprida para que alguém possa sair do regime fechado para o semiaberto ou aberto é de 1/2 ou 1/3, de acordo com o art. 83 do Código Penal. Porém, se o crime for hediondo a fração passará a ser de 2/3, ou seja, o dobro necessário para que alguém possa ter seu regime de cumprimento progredido.

³⁵ Estou elegendo aqui apenas possibilidades que tensionam as ambiguidades legais entre o uso e a comercialização de drogas ilícitas. Porém, não consigo afirmar se alguma delas se encaixaria nos episódios envolvendo *Márcio*.

conhecimento sobre o conteúdo dos processos, a Corte tem sido provocada a estabelecer quais as orientações jurisprudenciais que os Tribunais, Instâncias Judiciais e Delegacias deverão seguir ao lidar com os crimes da lei 11.343/2006. Em 2011, por exemplo, a Procuradoria Geral da República, representada por Deborah Duprat, ajuizou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 187 contra a proibição das manifestações a favor da legalização das drogas, em especial da maconha. O STF, na ocasião, considerou que a livre manifestação seria o pressuposto para que os sujeitos pudessem ir às ruas reivindicar do poder público um posicionamento sobre as drogas. Os(as) ministros(as) indicaram que o conteúdo das manifestações tinha caráter informativo, demonstrando, inclusive, os benefícios de uma possível legalização. A ADPF 187 foi emblemática para as discussões jurídicas sobre as drogas no Brasil. As “Marchas da Maconha” – como ficaram amplamente conhecidas – têm como pauta base a legalização da maconha e a possibilidade de gestão pública de sua produção. Os movimentos que compõem as frentes antiproibicionistas defendem que o atual modelo legislativo incide diretamente na criminalização e no extermínio de jovens negros e pobres. A “guerra às drogas”, nas narrativas desses movimentos, assumiria o papel de “encarcerar” e “matar” os jovens, bem como oneraria os gastos do “Estado” com a pasta da Segurança Pública.

A legalização da maconha, nesse sentido, desafogaria o sistema penitenciário e permitiria que os sujeitos fossem tratados como usuários garantindo, aos que se interessassem, o tratamento em saúde adequado. Ademais, a possibilidade de auferir lucros com tributos, através da taxação sobre a produção da maconha, encontra respaldo em parte dessas narrativas. A escolha da maconha como bandeira de reivindicação é defendida pelas organizações antiproibicionistas por ser uma planta de pequeno custo de produção e com níveis baixos de dependência. Os exemplos de países que já promoveram a legalização apenas da maconha são utilizados como plataforma para garantir a legitimidade da defesa pública da substância.

Entretanto, a ADPF 187 representa apenas uma das camadas dos processos judiciais com que os servidores do STF lidam todos os dias. O comércio de outras substâncias, como o *crack* e a cocaína, tem ocupado a agenda jurisdicional do tribunal. Diferentemente da discussão aberta, plural e unânime que os ministros do STF intentaram transparecer no julgamento da ação das marchas, os processos relativos ao “tráfico de drogas” têm demonstrado acirramentos ideológicos que merecem destaque. O “Supremo” tem relativizado questões que antes eram consideradas absolutas afetando diretamente os sujeitos que enfrentam processos judiciais que impõem sanções a fatos relacionados ao mercado de drogas

ilícitas. A flexibilização constante das condições de réu primário, do cumprimento de sentença antes do julgamento em segunda instância e o endurecimento das possibilidades de liberdade são exemplos dos posicionamentos, nos últimos anos, da Corte.

Nos anos subsequentes a 2011, porém, o universo de argumentações e teses defendidas sobre o comércio e o consumo de drogas ilícitas passou a se adensar após a interposição do Recurso Extraordinário 635.659/SP no Supremo Tribunal Federal. O recurso trata do caso de Francisco Benedito de Souza, preso na detenção provisória do município de Diadema, São Paulo. Após uma inspeção feita pelos agentes penitenciários no pavilhão em que Francisco morava foram encontrados cerca de três gramas de maconha que estavam escondidos na cela. Ao identificar a substância, Francisco foi encaminhado para a direção prisional e à Vara de Execuções Penais para que fosse iniciado o procedimento de sindicância. Após a constatação das propriedades químicas e a confirmação pelo laudo pericial da Polícia Civil de São Paulo, Francisco foi condenado a cinco meses de prestação de serviços comunitários, conforme o artigo 28 da lei 11.343/2006. A Defensoria do Estado de São Paulo recorreu da decisão junto ao STF, indicando que a condenação criminal por porte pessoal de drogas constrangia o direito à intimidade e à vida privada. Os defensores requereram dos ministros do STF a decretação da inconstitucionalidade do artigo 28 da lei 11.343/2006.

O ministro relator ao receber o Recurso Extraordinário (RE) 635.659/2011 reconheceu que o conteúdo da ação possuía “repercussão geral”, significando que a importância da matéria discutida estava demonstrada pela sua relevância política, econômica e cultural. A relatoria do recurso ficou a cargo do Ministro Gilmar Mendes, que proferiu seu voto em 20 de agosto de 2015, sendo favorável ao réu e decidindo sobre a inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas. Logo em seguida, no dia 10 de setembro de 2015, os Ministros Edson Fachin e Luís Roberto Barroso defenderam seu posicionamento por meio do voto apresentado à Corte. Seguindo o entendimento do relator do processo, os ministros assinalaram que a criminalização do porte pessoal de drogas era inconstitucional, mas restringiram a possibilidade de descriminalização apenas à maconha³⁶.

Os três votos evidenciaram questões que preencheram a pauta dos movimentos sociais e organizações não governamentais que defendem a legalização das drogas ou, tão somente, da maconha. Porém, o posicionamento antecipado de outro ministro colocou sob rasura alguns elementos que passaram despercebidos por mim nos primeiros momentos da leitura

³⁶ Após a morte do Ministro Teori Zavaski, em janeiro de 2017, os ministros aguardaram a colocação do recurso em pauta novamente. Em março de 2017, o Ministro Alexandre Moraes assumiu a vaga deixada por Teori Zavaski e devolveu os autos. A presidência da corte agendou o julgamento do Recurso Extraordinário 635.659/2011 para julho de 2019. .

dos votos. Num congresso jurídico a que foi convidado, em agosto de 2015, o Ministro Luiz Fux declarou ser contrário ao entendimento do relator e dos votos divulgados até aquela data. “Como vou falar para o meu filho não usar drogas se ele vai rebater: ‘Então por que você votou pela descriminalização?’”. Ao articular sua reputação familiar perante seu filho e os fundamentos do seu futuro voto, Luiz Fux me fez retornar aos votos, já proferidos, daqueles ministros.

Ao revisitar os documentos e ler as reportagens sobre o caso, percebi que alguns elementos consolidariam a centralidade do gênero e da sexualidade na análise sobre as ambiguidades jurídicas. A “família” esteve presente em todos os votos, inclusive nas ocasiões extraoficiais em que os ministros estiveram presentes. Gilmar Mendes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso a tratavam como um bem social e jurídico a ser “tutelado”, protegido da “tragédia moral” que as drogas haviam inaugurado. Além disso, a conversão do “usuário de drogas” em “vítima” sustentaria a necessidade de garantir às famílias um ambiente seguro para a criação pacífica dos seus filhos e a recuperação dos que estavam em estágio de dependência. A partir desse percurso, eu me concentrei em analisar duas questões que me pareceram relevantes: a) a gestão da “família” como vetor de direitos; b) a constituição da “irmanação da ajuda” entre os sujeitos do mercado de drogas ilícitas e da *prostituição*.

A “família” vem sendo, frequentemente, palco de disputas na rotina institucional do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. A princípio, as noções sobre formato, direitos, limites e objetivos abrangem questões fundamentais que cercam os embates sobre a legitimidade de cada entidade familiar. Os recursos jurídicos para tratar do tema transitam entre projetos de leis, processos judiciais, editais de financiamento e ações de Estado. O STF tem sido provocado em diversas ocasiões para fixar qual o entendimento jurisprudencial que os tribunais e instituições deveriam adotar sobre as possibilidades de existência de outros perfis familiares. As “uniões homoafetivas”, a equiparação de direitos entre o casamento civil e as uniões estáveis e outros processos judiciais são exemplos de como a pauta da Corte foi sendo preenchida. A luta por direitos passou a instituir estratégias de acesso a garantias constitucionais acionadas historicamente tanto pela argumentação institucional do STF quanto pelos sujeitos que expuseram as suas demandas ao tribunal.

As convenções, travadas em gênero e sexualidade, sobre a “família” percorreram os posicionamentos públicos dos(as) ministros(as) nas principais sessões de julgamento³⁷ que o STF protagonizou. No RE 635.659/2011, as narrativas judiciais seguiram o esquema retórico reproduzido nas faculdades de direito. Primeiro, os ministros demonstraram que a discussão sobre a posse de drogas para consumo pessoal era uma questão que não poderia ser atingida pela moral. “É preciso não confundir moral com direito”, disse Luís Roberto Barroso ao proferir seu voto (BRASIL, 2015, p. 7). Ao estabelecer essa questão como tópico preliminar, Barroso indicou a partir de alguns exemplos que, embora a “sociedade” reprove moralmente determinadas condutas, não caberia aos membros do judiciário absorver esses posicionamentos interferindo na vida privada dos sujeitos. Edson Fachin, na mesma linha argumentativa, antevê qualquer intenção moralizante que prejudique a proteção dos direitos. “Os ideais de excelência humana que integram preciso sistema moral individual não devem ser impostos pelo Estado, mas devem ser produto de escolha de cada indivíduo” (BRASIL, 2015, p. 4). O afastamento da “moral” oferece, para os ministros, uma espécie de possibilidade de decidir sem que outros fatores influenciem a construção dos seus votos. Muito embora a tarefa seja a de garantir a certeza nas decisões, o movimento que sustenta essa atividade parece ser outro. Ao afugentar – tão somente no plano retórico – a “moral”, os ministros buscam demonstrar que as relações de classe, de gênero, de sexualidade e de raça não provocariam nenhuma interferência na decisão final.

Entretanto, os esforços empregados por Gilmar Mendes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso ganharam as primeiras desconfianças quando outro ministro resolveu antecipar a fundamentação que será, em algum momento posterior, defendida no plenário. Como dito, Luiz Fux afirmou que não poderia votar em favor do porte pessoal de drogas porque seu filho lhe questionaria numa situação em que ele, possivelmente, poderia, na condição de pai, adverti-lo sobre o não uso de drogas. “Como vou falar para o meu filho não usar drogas se ele vai rebater: ‘Então por que você votou pela descriminalização?’”. Com menos pudores, Luiz Fux trata abertamente de colocar sob suspeição a “neutralidade” e a “certeza” científica dos métodos decisórios. Agora, diferentemente dos três primeiros ministros que proferiram os votos no plenário, Fux se investe da condição de pai. Do pai que decide, que admoesta. Do pai que ama.

³⁷ Para a compreensão dos posicionamentos dos(as) ministros(as), sugiro a leitura dos votos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, bem como o texto em que Roberto Efreim Filho (2014b) procede à análise desses votos.

Foi a partir desse contexto que passei a reler os votos e perceber que o ideal de família, apresentado por Fux extraoficialmente, não era estranho à retórica do tribunal. As tramas entre família, cuidado e afeto recebem atenção especial no desenlace das argumentações. A cada página, os ministros trazem à tona como o mercado de drogas ilícitas influencia no cotidiano das famílias brasileiras. Barroso registra que o tráfico de drogas atinge e impede as famílias de “criar seus filhos”.

Entre nós, o maior problema é o poder do tráfico, um poder que advém da ilegalidade da droga. E este poder se exerce oprimindo as comunidades mais pobres, ditando a lei e cooptando a juventude. O tráfico desempenha uma concorrência desleal com qualquer atividade lícita, pelas somas que manipula e os pagamentos que oferece. A consequência é uma tragédia moral brasileira: a de impedir as famílias pobres de criarem os seus filhos em um ambiente de honestidade.

O movimento discursivo que marca o voto de Barroso caminha na mesma esteira que as declarações de Luiz Fux. Os vestígios deixados por um e outro confirmam algumas questões da dinâmica das conversões que tratei anteriormente sobre a lei 11.343/2006. Ao alegar que seu filho o questionaria sobre seu voto, Fux atravessa a fronteira do papel, aparentemente, público do juiz. É o pai que está decidindo sobre o futuro do seu filho, que o protege das possibilidades nefastas que o consumo de drogas poderia causar em sua vida. O pai protege. As convenções masculinizadas da heroificação da figura do “pai” expressam as nuances do que venho argumentando sobre como as performances de gênero e sexualidade ocupam a centralidade dos conflitos. A postura do pai em resguardar seu filho e a necessidade inquebrantável de demonstrar a sua coerência entre a vida pública e a condição paterna desenham as primeiras linhas de composição dos embates.

As análises de Veena Das (2011, p. 12) sobre Antígona e Creonte³⁸ dão conta de garantir a leitura do quadro inaugurado por Luiz Fux e Luís Roberto Barroso. Nas faculdades de direito, Antígona representaria o “direito natural”. Seria ela quem carregaria a sensibilidade, o amor fraterno e os ideais de justiça inscritos no coração dos seres humanos (ou das mulheres). Creonte, por sua vez, representaria o direito positivo, a força e a racionalidade do direito posto, legislado. As conclusões de parte dos juristas recorrem a convenções feminizadas do afeto e do cuidado como característica fundamental do que é natural e juridicamente apropriável pelo ordenamento. Nas discussões de Das (2011, p. 14),

³⁸ Antígona, Polinices, Éteocles e Creonte representam personagens nas tragédias de Sófocles. Polinices e Éteocles foram mortos mutuamente num duelo pelo governo de Tebas. Creonte, ao assumir a direção política de Tebas outorga uma ordem que impede o sepultamento de Polinices, considerado inimigo do governo. Polinices, irmão de Antígona, deveria ser largado às ruas sem qualquer funeral. Antígona, ao descobrir a existência dessa proibição, desafia Creonte, e se coloca na linha de frente para garantir o sepultamento do seu irmão, mesmo que essa ação possa resultar em sua morte.

entretanto, ao enfrentar Creonte, Antígona se coloca na “zona entre as duas mortes”: a morte do seu irmão e a sua própria morte ao descumprir as ordens de Creonte. Ao desafiar a representação do Estado, Antígona registra a sua capacidade de agenciar o conflito, argumentando sobre a singularidade da vida do seu irmão. A “zona entre duas mortes”, no que lhe concerne, também representaria o espaço-tempo em que o público e o privado disputam seu alcance. Nas discursividades tradicionais do direito, Antígona carregaria a instituição familiar – ou “o instintivo amor familiar”, nas palavras de Hegel (1920, p. 210) - e Creonte seria o responsável por impor os interesses públicos do direito estatal.

Luiz Fux se coloca, a seu modo, na linha que Das chamou de “zona entre duas mortes”, mas não do modo como Antígona se posicionou. Ele ocupa simbolicamente a posição de Creonte, afinal o poder de decisão e a investidura estatal reveste a sua função e a sua existência. Ao indicar que seu filho o interpelaria sobre seu voto – “como vou falar para o meu filho não usar drogas [...]” – Fux elimina as fronteiras, defendidas retoricamente, entre público e privado, entre moral e direito. A tomada de posição também é movida por interesses próprios. Quando constitui seu filho como possível usuário a ser repreendido, o ministro evoca o papel da família como lugar do afeto. Ele seria, até então, um dos sentimentos favoráveis para que as famílias possam criar seus filhos em um “ambiente de honestidade”.

Ao analisar as narrativas dos ministros do STF nas decisões relacionadas à estabilidade das *uniões homoafetivas*, Roberto Efrem Filho (2014b, p. 24) compreende um movimento de “afetualização jurídica” da identidade homossexual. O objetivo seria o de transformar, narrativamente, o “sexo” (e o exercício da sexualidade) numa categoria mais aceitável entre as dinâmicas do direito. Homossexualidade, nesse caminho, converter-se-ia em homoafetividade. A “afetualização jurídica”, nas pistas deixadas por Efrem Filho (2014b, p. 24), promove “meu filho” à imagem do usuário palatável. Do mesmo modo que o “ambiente de honestidade”, de que tratou Barroso, encadeia-se ao universo familiar e paternalmente estável inaugurado por Fux em sua fala. A possibilidade de evitar a conversibilidade do “meu filho” em “usuário” se sustenta nas imagens de gênero e sexualidade, raça e classe que as famílias – as que asseguram “ambientes honestos” – carregam no interior das narrativas dos ministros.

Paralelamente, a “zona entre duas mortes” qualifica “meu filho” no sujeito passível de recuperação. Ele carregaria a bandeira da vida, tornando-se uma espécie de corpo etéreo, eleito imagetivamente como menos “matável” e potencialmente menos delinquenciável. A elevação desse corpo funciona a partir do acionamento dos “ambientes honestos” e daquilo que, em outros contextos, Cláudia Fonseca (2000) notou como sendo “honra”. Segundo

Fonseca (2000, p. 11), a honra aparecia na Vila do Cachorro Sentado em diversos elementos do cotidiano dos(as) moradores(as). Preliminarmente, a questão do “trabalho” surgia nos estudos de Fonseca (2000, p. 14) como fio condutor que mobilizava o respeito e o orgulho na sociabilidade comunitária. Seria a honra, proveniente da imagem do “trabalhador”, que provocaria alguns comportamentos na vida comunitária. O caso, por exemplo, do guarda noturno que andava pelas ruas da comunidade fardado, mesmo sem estar a serviço da empresa, demonstra como a ostentação da categoria “trabalho” confere aos sujeitos as imagens de honra e honestidade (2000, p. 12).

O movimento de sublimar o corpo do “meu filho”, de torná-lo exemplo, só é possível nos lugares familiares legítimos que propiciariam o desenvolvimento de jovens honrados e honestos, que necessariamente ouviriam os conselhos coerentes de seus pais sobre o não uso de drogas. Tais lugares familiares compreendem as famílias dos ministros do Supremo, mas não, ao que parece, as “famílias pobres”, de que fala Barroso, as quais são obrigadas a lidar com a “tragédia moral” de não poderem criar seus filhos em um “ambiente de honestidade”.

Entretanto, as estratégias discursivas sobre “família”, “honra” e “honestidade” não se resumem aos acórdãos judiciais e às sessões do STF. A pasta com documentos de *Paulo*, que *Alana* me entregou, tratava de demonstrar a viabilidade prática da conversão do “traficante” em “trabalhador”. Comportando-se também como estratégia para atestar que a prisão, ocorrida por contra da regressão do regime semiaberto para o fechado, acontecera porque “depois que a menina nasceu, ele endoidou”. Afinal, é o pai que protege. Além de ratificar a ideia de que eu, “rapaz da universidade”, o “advogado”, estava presente num “ambiente honesto”. “Eu que não vou querer essa vida para os meus filhos, não”. Meus filhos.

A priori, os posicionamentos de Barroso e Fux apenas parecem indicar ilustrações que são utilizadas para matizar didaticamente os argumentos. Decerto, compreendo que Barroso atravessa anos-luz à frente de Luiz Fux na arguição sobre o porte pessoal de drogas, indicando medidas, promovendo soluções e questões relevantes sobre a necessidade urgente de legalização das drogas. Porém, ao dissecar as chaves de ativação das declarações de cada um, a “família” apareceu como um vetor de direitos e de regulação.

Ao meio-dia, *Alana* assiste aos programas policiais que fazem a cobertura das prisões e das ações da polícia no estado da Paraíba. O apresentador fala às famílias. Direciona sua performance de palco em instruir as “famílias paraibanas” a educar seus filhos e libertá-los do “mundo das drogas”. A “família brasileira” se tornou um projeto de gestão de Estado, levando em seu seio múltiplas convenções morais sobre as definições de “honestidade”. O direcionamento dos setores institucionais tem dedicado tempo e esforços políticos em colocar

a família no patamar em que as transformações acontecerão. É nas circunscrições familiares que os ideais de trabalho, de educação e escolarização, de respeito e de prevenção ao crime ganham destaque.

No entanto, o vetor de direitos em que a família se tornou restringe os seus limites em gênero e sexualidade. Apenas alguns modelos de família puderam angariar a legitimidade de ingresso na linguagem dos direitos. Isso se dá em virtude da forma como o parentesco ocupa as narrativas de gestão que disputam os limites da reprodução, da vida e da morte (BUTLER, 2003, p. 221). As convenções sobre o parentesco não emergem para além do Estado e suas instituições. Elas fundamentam as posições estatais sobre as políticas públicas de governo, as decisões judiciais e a formulação de direitos. Ser juridicamente reconhecível exige, nos quadros protagonizados pelo STF no RE 635.659/2011, que apenas formas estáveis de famílias possam recuperar e converter os jovens usuários de drogas. Ao investigar o parentesco, Judith Butler (2003, p. 224) argumenta que a variabilidade das relações provoca “efeitos perturbadores” nos projetos de nação que sustentam o Estado. Os apelos utilizados, cada um a seu modo, ao “meu filho” e aos “ambientes honestos” demonstram as facetas de gestão da sexualidade e do gênero tendo o casamento como fio condutor. A validade garantida a determinadas formas de relacionamento está intimamente ligada à extensão da atuação estatal. Nos espaços em que as famílias exercem performances sexualmente legítimas, as discursividades sobre as experiências de criminalização se arrefecem.

Butler (2003, p. 234) nota como o Estado é atravessado pelas malhas das relações de gênero e de sexualidade, confirmando os ajustamentos históricos que produzem discursos universais sobre geração, casamento e estabilidade sexual.

O Estado se torna o meio pelo qual uma fantasia se torna literal; desejo e sexualidade são ratificados, justificadas, conhecidas, declaradas publicamente instaladas, imaginadas como permanentes, duradouras. E, nesse mesmo momento, desejo e sexualidade são despossuídos e deslocados, de modo que o que alguém “é” e o que o relacionamento desse alguém “é” não são mais assuntos privados; de fato, ironicamente, poder-se-ia dizer que, através do casamento, o desejo pessoal adquire certo anonimato e intercambialidade, torna-se mediado publicamente e, nesse sentido, um tipo de sexo público legitimado. Mais do que isso, o casamento conduz, pelo menos logicamente, ao reconhecimento universal: todos devem deixá-lo adentrar a porta do hospital, todos devem honrar sua reivindicação de pesar; todos respeitarão seus direitos naturais sobre um bebê; todos considerarão sua relação como elevada para a eternidade. Dessa maneira, o desejo por reconhecimento universal é um desejo de se tornar universal, de se tornar intercambiável na própria universalidade, de esvaziar a particularidade solitária da relação não-ratificada e, talvez, acima de tudo, de ganhar tanto o lugar como a santificação naquela relação imaginada com o Estado (BUTLER, 2003, p. 234).

As declarações públicas sobre o espaço familiar também produzem zonas de legitimidade e ilegitimidade na compreensão sobre a questão das drogas. As “famílias desestruturadas”, às quais se referem os jornalistas comumente, as “famílias pobres” do voto de Barroso se tornaram uma das justificativas que estabelecem os pontos de origem em que possíveis usuários de drogas surgiriam com maior prevalência. As imagens desses lugares foram tonificadas em diversas audiências judiciais, espaços de discussão e eventos acadêmicos de que participei. Entretanto, no processo de delimitação em que espaços legítimos e ilegítimos se manifestam, os sujeitos que conduziam essas ocasiões olvidavam o que Judith Butler considerou como “regiões híbridas” (2003, p. 229) em que as fronteiras variavam e as denominações comuns se conflitavam. Nesses campos, outras famílias aparecerão ocupando os lugares que as zonas de legitimidade e ilegitimidade não explicam. São linhas tênues que ponteam relações complexas entre os exercícios da *prostituição*, do comércio de drogas ilícitas e das experiências delinqüenciáveis. Por essas linhas, passarei a delimitar como as discussões desenvolvidas até agora se relacionam com as narrativas sobre prostituição. Nelas, pretendo desvendar aproximações, distanciamentos e táticas de gestão produzidos pelos sujeitos.

1.2. “O tráfico é uma família que tem começo e não tem fim”: as configurações da “ajuda”

As ambiguidades jurídicas, e as narrativas que as disputam, demonstraram que a família possui um lugar central nas dinâmicas de gênero e sexualidade acionadas pelos ministros do Supremo Tribunal Federal. O ato de descer até o cotidiano, também proposto por Das (2011, p. 16), fez com que eu pudesse captar falas sobre como os sujeitos produzem familiarizações e relações de parentesco que não se encaixam nos moldes indicados pelos ministros. As entrevistas que realizei com as *prostitutas* e com os sujeitos que circundavam o mercado de drogas ilícitas trouxe elementos de vivências e experiências em “espaços de destruição” muito diferentes dos “ambientes honestos” e dos perfis dos filhos dos ministros. É *Joana* que contará como essas novas construções revogam, em diferentes estratos, as convenções sobre família, gênero e sexualidade (DAS, 2011, p. 16).

Joana tinha apenas cinco anos quando seu pai abandonou a família. A mãe enfrentaria sozinha as tarefas de cuidar das outras duas irmãs e de sustentar a casa. À época, no início dos anos de 1980, a mãe de *Joana* conhecera um dos piores momentos da economia brasileira: a

“década perdida”. Com chances mínimas de emprego e possibilidades escassas de geração de renda, a família de *Joana* sobrevivía com trabalhos informais desempenhados pela sua mãe e pelas suas irmãs. As ajudas de alguns vizinhos e amigos mais próximos complementavam as contas e asseguravam que as adversidades pudessem ser contornadas. A infância difícil, as cenas de abandono e o sofrimento marcam as narrativas de *Joana* sobre sua vida.

Quando eu comecei foi assim: logo meu pai abandonou a gente, eu e minhas irmãs. Eu tinha cinco anos, né? Eu nunca tive amor de pai, nem de mãe juntos. E nem separado. Tá entendendo? Aí começou o sofrimento da minha mãe trabalhar pra poder criar a gente. [...] Aí eu não tive uma infância boa. Chegava fim de ano, eu não tinha nada. Queria uma roupa, não tinha. Via os outros usar. Minha mãe se desse a parte de cima não dava a parte de baixo. (*Joana*, 20 de abril de 2018)

Os episódios traumáticos foram se tornando mais frequentes. Aos doze anos, foi vítima de um *estupro* na cidade onde morava. *Walter*, amigo da família, abordou *Joana* no caminho de volta, que fazia todos os dias, entre a escola e sua casa. As irmãs, a mãe e a vizinhança iniciaram a “luta por justiça” e conseguiram que a polícia efetuasse a prisão de *Walter*. Houve um ano e oito meses de prisão em que as famílias disputavam as narrativas sobre o crime. De um lado, a família de *Walter* não media esforços para que ele pudesse conseguir a sua liberdade. As tentativas variavam entre idas e vindas à casa de *Joana*, incluindo ameaças e perseguições. Do outro lado, as irmãs e a mãe “tomavam de conta” e tentavam produzir estratégias de proteção e cuidado frente às tentativas de dissuasão para que a denúncia fosse revogada por *Joana*. Os planos para o futuro não encontraram mais possibilidade de existência, o fio que alinhavou a sua história traçou caminhos ainda mais difíceis. “Eu tinha meus sonhos, Breno”.

Depois, quando eu completei 12 anos, aí foi quando ocorreu meu ‘estuprimento’. Eu nunca falei pra tu? Meu primeiro homem foi de estupro, eu tinha 12 anos. Eu nem pude estudar. Ele perseguia demais na porta do colégio, perseguia demais. A família dele pra tirar ele da cadeia. Depois ele passou um ano e oito meses preso, ele saiu, aí ele queria perseguir de novo. Aí foi minhas irmãs, foi lá falar com ele. Aí, com mais ou menos uns 17 anos, eu vim para João Pessoa. Ele morava próximo de lá. A família dele era próxima, cantava na igreja e tudo com a gente. E a gente nem esperava. Eu tinha meus sonhos, Breno. Meus sonhos de terminar meus estudos. Que meu sonho era trabalhar ali no Fórum. Eu achava muito chique e acho muito chique. Aí eu não pude porque se fosse para o colégio, era perseguição na porta do colégio. A família dele de carro, tarde da noite, batendo com o revólver na porta minha casa. Então, ali foi se juntando, se juntando e eu vi que não dava mais pra eu ficar.

- Breno: Ele era dono de fazenda?³⁹

- Não. Ele não era nada. Ele já tinha violentado a prima do tio dele. (*Joana*, 20 de abril de 2018).

³⁹ A pergunta foi originada a partir de uma questão: *Joana* morava na zona rural e a existência de um “carro” e de um “revólver” demarcava experiências assimétricas de como as famílias se estruturavam e defendiam a sua “honra”. Nos interiores dos estados do Nordeste, as vinganças entre famílias latifundiárias e as perseguições contra grupos familiares de trabalhadores(as) rurais se consolidam enquanto prática política corriqueira.

As condições para que *Joana* permanecesse na sua casa exigiam esforços cada vez maiores da sua família. Aos dezessete anos, recebeu o convite de uma vizinha para trabalhar num bar em João Pessoa. “Aí foi quando a minha vizinha do lado me chamou. A primeira vez que conheci a Paraíba foi com ela”. *Joana* não sabia ao certo quais atividades iria desempenhar, mas aceitou a ajuda porque naquele lugar “não dava mais para eu ficar”. O trabalho de garçoneiro dividia fronteiras com a *prostituição*. Em poucos meses, a possibilidade de realizar o primeiro *programa* foi se tornando mais concreta. Até que esse dia chegou.

Aí foi quando a minha vizinha do lado me chamou. A primeira vez que conheci a Paraíba foi com ela. E ela não disse que era para a prostituição. Ela disse simplesmente que era para trabalhar num bar. Aí foi quando eu vi, eu entrei numa boate. Eu não sabia o que era boate, eu não sabia o que era nada. Eu tinha 17 anos. No primeiro programa, eu chorei para fazer, o homem pagou meu programa. Ele teve pena de mim porque eu estava chorando. Eu me lembro como se fosse hoje, ele era universitário, aí pagou o programa e não quis. Minha vida sempre foi aquela polêmica. Eu nunca tive uma vida boa. Alguém pode chegar e dizer assim: você não terminou os estudos porque não quis. Não. Eu não tive oportunidade e também trauma. (*Joana*, 20 de abril de 2018)

O trauma do primeiro *programa* fez com que a transferência para outro estado se tornasse uma necessidade. Novamente, *Joana* contou com a ajuda de uma tia, mas essa segunda tia morava no *Rio de Janeiro*. Depois de perceber que não poderia continuar exercendo aquele trabalho⁴⁰, após o episódio com o “universitário”, aceitou o convite de morar em outro lugar e iniciar uma “vida nova”. As marcas deixadas pelas cenas no bar provocaram novas retomadas dos significados do *estupro* sofridos na infância. As violações sexuais que sofrera tornaram as suas narrativas caminhos em que a dor encontrou passagem. A força para encontrar uma saída sempre vinha de alguém próximo que podia oferecer algo para aliviar o sofrimento. Com as passagens compradas para o *Rio de Janeiro*, *Joana* estava às portas de novas oportunidades para estudar e trabalhar. “Aí me mandaram também para o *Rio de Janeiro* para a casa da minha tia. Quando eu cheguei lá, eu tinha acabado de ser violentada e o marido da minha tia ficava me assediando. Eu fui dizer a ela e apanhei que só [...]”

Os assédios constantes, as surras empreendidas pela sua tia e a distância de casa fizeram com que a volta para casa surgisse como uma medida urgente. Voltou para João Pessoa. “Ali também não tava dando mais pra mim”. O trabalho como auxiliar de serviços

⁴⁰ A idade que *Joana* possuía configurava o crime de exploração sexual. Compreendo que o uso da palavra “programa” é problemático em virtude de se tratar de um crime e não de uma prestação de serviços. Alinho-me à ideia de que adolescentes não exercem a *prostituição*, mesmo que elas indiquem narrativamente que são *prostitutas*. Coloco-me nas mesmas trincheiras analíticas dos movimentos de *prostitutas* e *profissionais do sexo* que rechaçam a possibilidade de existir trabalho sexual anterior à maioridade penal.

gerais em algumas pousadas do centro a colocou novamente nos entornos da *prostituição*. Entre uma cerveja e outra no fim do expediente, os convites de algumas amigas e possíveis *clientes* começaram a aparecer. *Joana* passou a frequentar a *Rua das Flores*, as boates e as zonas de *prostituição* da cidade. Os valores que recebia nas pousadas e o trabalho extenuante foram sendo substituídos por alguns *programas*. Pouco a pouco, *Joana* ia percebendo que a *prostituição* garantiria a ela mais tempo para outras atividades e remunerações mais atrativas. Desse momento em diante, poderia retribuir a ajuda recebida pelos seus parentes, mãe e irmãs. Viajava para o interior de Pernambuco, visitava a família e podia reconstruir os laços que havia perdido. Porém, a vida de *Joana* “sempre foi aquela polêmica”.

Meu primeiro *programa* foi no *Bar de Anita* e na *Metrópole Show*. Mas aí quando eu cheguei lá, foi o caminho e o fim. Eu cá nessa vida. Aí eu conheci a droga, que eu não conhecia. (*Joana*, 20 de abril de 2018)

No repertório narrativo desempenhado por *Joana*, três rupturas reiniciam a linha histórica sobre sua vida. É como se cada *trauma* se comportasse como o “zero”, fosse a derrota das tentativas antecedentes de uma “nova vida” e a exigência de reconstruir os caminhos destruídos pelo evento traumático. A primeira ruptura, nesse processo de recontagem, foi o *estupro* na infância. A segunda corresponde aos *assédios* que sofrera pelo marido da sua tia⁴¹. A terceira diz respeito à entrada no “mundo das drogas”. Ao perceber as interrupções que provocam essa recontagem, compreendi que *Joana* seguia um roteiro semelhante ao que Veena Das (2011, p. 16) apreendeu no “ato de testemunhar” das mulheres que sofreram com a Partição da Índia em 1947. O cotidiano passara a ser explicado a partir dos eventos que produziam as memórias traumáticas. No transcurso da entrevista, as estratégias de recontagem produziam apagamentos dos eventos anteriores. De início, o *estupro* aos doze anos explicava a sua atual condição. Posteriormente, seriam as constantes mudanças de lugar e as violências sexuais que explicavam as infelicidades que ela experienciava até aquele dia. Por último, foram “as drogas” que deram origem ao seu “fim”. O encadeamento das narrativas ia compondo um quadro em que o sofrimento sufoca qualquer outra possibilidade de existência estável. “Minha vida sempre foi aquela polêmica [...]; Eu nunca tive uma vida boa [...]; Eu não tive oportunidade e também *trauma*”.

Dentre as recordações familiares de *Joana*, a “ajuda” sempre esteve presente. Foi por meio dela que a sua mãe pode experimentar algum alívio no momento de abandono do seu recente ex-marido. Também foi através de auxílios que sua vizinha conseguiu um lugar para ela trabalhar em João Pessoa. Quando o “trabalho” no bar não deu certo, foi a vez de sua tia

⁴¹ A experiência de exploração sexual sofrida no bar que a recebeu, aos dezessete anos, não aparece nas narrativas com força de recontagem.

lhe oferecer abrigo na cidade do *Rio de Janeiro*. Em nenhuma dessas ocasiões, o desfecho pareceu favorável à *Joana*. Todavia, eram as articulações mais próximas de amigos(as), parentes e vizinhas que possibilitaram que sua história pudesse voltar ao zero que ela defende narrativamente. É a partir de ações assistenciais que as pessoas puderam entrar na casa de *Joana*, participar das decisões para quais lugares ela iria e enfrentar as situações mais difíceis. Os sujeitos que compuseram rotas de saída para os problemas de *Joana* se comportavam como pessoas que, segundo ela, eram “quase da família”. A “ajuda” recebida surgia quando as situações se tornavam incontornáveis. Ela apareceria pela percepção das pessoas que conviviam com a família de *Joana* ou através do pedido da sua mãe. Porém, o trabalho incessante desempenhado pela mãe não se afastou das narrativas de *Joana*. Não à toa, “pedir” seria uma ação menos recorrente. A demonstração de que em nenhum momento *Joana* e suas irmãs viviam em estado de dependência vai paulatinamente delineando os limites da ajuda, retomando a honra de terem conseguido superar sozinhas os tempos difíceis. As “familiarizações” – extensões do núcleo interno da casa - entre a família de *Joana* e os outros grupos podem ser lidas a partir das compreensões sobre a construção de novas formas de parentesco e de organização comunitária.

As contribuições de Adriana Piscitelli (2008) sobre a “ajuda” são fundamentais nesse movimento de compreensão. A partir das discussões, travadas pela autora, sobre a *prostituição* e o “tráfico de pessoas” é possível decifrar algumas narrativas sobre a ajuda. Nos entornos das mulheres, que desejavam sair do país para exercer o trabalho sexual, vão se formando redes de sociabilidade que garantiriam um suporte para o trânsito entre países. Entretanto, para a legislação penal brasileira, a facilitação do ingresso em outro país com o objetivo de trabalhar como prostituta é considerado crime. A “ajuda”, portanto, se comportava ambigualmente, ora como crime, ora como auxílio de pessoas próximas. Do mesmo modo, os contextos da “ajuda” são analisados por Guilherme Passamani (2017, p. 13), no Pantanal do Mato Grosso do Sul, entre homens com “condutas homossexuais”, demandavam uma série de questões. Segundo Passamani (2017), o cuidado, o respeito e a consideração são valores imprescindíveis para que alguém possa receber e oferecer ajuda.

Numas das oportunidades em que visitei *Alana*, soube que *Márcio* – seu irmão - havia contraído alguma *infecção urinária* na penitenciária. A equipe médica não “descia” até o pavilhão por algum desses motivos burocráticos que nunca entendi. *Alana* me pediu ajuda. Disse que “não gostava de pedir”, mas eu era de “casa” e podia confiar em mim. Fui até a

penitenciária e solicitei da equipe médica que examinasse *Márcio*⁴². Pedi, também, que *Paulo* fosse chamado, por questões de segurança. Como os dois moravam na mesma cela, fui informado por *Alana* que não era bom “deixar meu *marido* sozinho com os outros lá”.

Durante a consulta de *Márcio*, conversei com *Paulo* sobre o que estava acontecendo. Disse que havia ido até o presídio apenas para garantir o atendimento médico de *Márcio*. “Tu é gente boa, essa mola que tu tá metendo pra gente, nós num vai esquecer não. Aqui é o crime, todo mundo se ajuda, e cada um que meta a sua mola”. É a ajuda que qualifica o parentesco, a intimidade, a geração e permite qual extensão as pessoas poderão percorrer na convivência umas com as outras. A minha presença já era de “casa”, sair das minhas atividades e ir até uma penitenciária me colocava no lugar dos que se solidarizam. As ajudas, portanto, vão produzindo irmanações, formas em que os sujeitos compartilham laços parentais de existência através de situações em que a violência e a violação marcam as suas trajetórias. Elas aproximam as “vidas precárias”, os corpos pouco passíveis de luto e as experiências de dor e sofrimento social (BUTLER, 2015, p. 31). “Ajuda ela que é mesmo que tá ajudando nós”. A irmanação da ajuda, portanto, é um movimento análogo ao que Karina Biondi (2009, p. 65) observou na formação do *Primeiro Comando da Capital* (PCC) e na construção da figura do “irmão”. Nas pesquisas que Biondi desenvolveu, o “proceder” e as experiências de criminalização seriam dois critérios imprescindíveis para que alguém pudesse ser considerado um “irmão”. Da mesma forma que a pobreza e as imagens de vulnerabilidade – produzidas pela família composta por mulheres abandonadas – dialogavam com as pessoas mais próximas a *Joana* e as elevavam à condição de “quase da família”.

Contudo, os protagonistas da prestação da ajuda sofreram mudanças fundamentais. Se na época em que *Joana* era adolescente, entre 1980 e 1990, os mais próximos (formados predominantemente por trabalhadores(as)) ofereciam o “pouco do pouco que tinham” para auxiliar sua família, agora as novas formas de sociabilidade conduziram a outros fenômenos. Vera da Silva Telles e Daniel Hirata (2009, p. 39) relatam que as alterações históricas ocorridas com as demandas do modo de produção capitalista e a circulação de riquezas produziram novas relações entre os sujeitos. O resultado dessas mudanças desembocou na multiplicação de trabalhos informais que transitam nas fronteiras incertas entre o legal e o

⁴² A minha ida até o presídio não se constitui enquanto uma entrada formal no processo de *Márcio*. Qualquer advogado poderá entrar em instituições de privação de liberdade, em qualquer hora do dia ou da noite, e até mesmo fora do horário de expediente. Apenas fui na condição de militante em direitos humanos, pesquisador e advogado popular. Tomei os cuidados éticos necessários para que a minha ida fosse exclusivamente para garantir a ele atendimento médico. Não conversamos sobre o processo que envolvia ele e *Alana*, muito menos me posicionei como seu advogado. A conversa com *Paulo* também se deu nos mesmos moldes, com a diferença de que pude conversar minimamente sobre sua vida, no período em que *Márcio* estava sendo atendido.

ilegal. Os(As) trabalhadores(as) urbanos transitam entre esses limites, percorrendo o que Telles e Hirata (2009, p. 40) chamaram de “zona cinzenta”: espaço em que experiências de sobrevivência, trabalho precário e atividades ilegais se atravessam. *Alana*, por exemplo, vendia roupas. *Paulo*, quando estava em liberdade, tinha um bar e trabalhava nos setores da construção civil. É a partir dessas novas dinâmicas do “trabalho” e do “crime” que o cotidiano das comunidades periféricas vivenciou mudanças significativas. Mas também foi a partir de como as facções, em João Pessoa, entraram nas disputas e alteraram as formas de se fazer “crime”. As experiências de sujeitos mais delinquentes que outros atuaram, nos campos desta pesquisa, como intermediárias de relações que se aproximaram, coletivizaram-se e se ajudaram. “Ajuda ela que é o mesmo que tá ajudando nós”.

Foi nesses contextos que as *prostitutas* e os sujeitos do mercado de drogas ilícitas compartilharam as suas vivências. E será neles que eu me dedicarei a compreender os modos de agenciamento utilizados pelas *prostitutas* e pelos agentes do mercado varejista de drogas ilícitas, bem como os lugares ocupados pelo “Estado” nesse percurso. A forma como as soluções são definidas – arquitetadas – pelas *prostitutas* reivindicam o sexo, sua gestão e performances de gênero, na disputa pelo território com o “tráfico de drogas”. Entretanto, é na “ajuda” que a trégua vai apaziguando os embates mais violentos e introduz categorias analíticas que ironizam as convenções de gênero e sexualidade sobre a “família” e os “ambientes honestos”. *Joana* se posicionou no entrechoque dessas categorias ao relatar sobre sua condição atual e a relação com as drogas e seus mercados.

Breno: Tu já chegou a vender?

Joana: Já sim. Mas é uma vida sem futuro. É uma vida de adrenalina. O tráfico é uma família que tem começo e não tem fim. Tu tá entendendo esse negócio de droga? Se eu pego a parada com você, você já tem marcado de pagar a outra pessoa, a outra pessoa já marcou de pagar a outra. Tem começo e não tem fim. Aí só tem dois caminhos para quem vende: ou o cemitério ou a cadeia. Aí eu parei.

Breno: E no teu bairro como é que funciona?

Joana: Eu moro numa boca, perto da maré. Onde mora muitas pessoas lá. E nenhum dos traficantes fez mal a mim. Encostaram na minha porta e passaram a noite todinha vendendo perto da minha casa. Na porta praticamente da minha casa. Pra você ver, se eu sou má pessoa, eles lá me deram cobertura pra ninguém entrar pela minha janela. Eu moro perto do matadouro, onde mata gente.

Breno: E tu tem uma boa relação com os traficantes?

Joana: Quando eu tava doente, quando eu tava precisando assim de uma carne, que eu não estava podendo ir para a rua, aí eles chegavam, davam o dinheiro da minha carne. Não deixava faltar o dinheiro pra comprar minhas coisas [...]. E não deixava faltar nada. Se chegasse neles pedindo um remédio, eles me davam. Eles me apoiaram e não deixaram ninguém entrar na minha casa. Se fosse outro, tinha

deixado entrar na minha casa. Eu dormindo, tinha me matado. E eu também não faço questão de fazer um ‘comer’, se tinha alguma coisa dava a eles. Agora nunca dei cobertura dentro da minha casa, meu negócio é da porta pra fora. Chegava, falava com todo mundo, tava ali o tráfico rolando e eu entrava e fechava as minhas portas. Sempre que eles precisassem de alguma coisa, eu tava ali para ajudar. Agora, eu nunca dou apoio dentro da minha casa. E não era isso que eu queria para mim. Eu bebia, conversava, fazia a unha deles e tudo. Fazia unha deles normal, a sobrancelha e eles me ajudavam normal. Agora eles não me ajudavam com droga. Às vezes, os *meninos* diziam: toma uma coisinha. Toma, *Joana*, tu tá precisando de um remédio, uma carne. Tu cozinha hoje pra gente? Que a gente vai passar a noite na correria. Tu faz uma sopa? Faço. Eu sempre me dei normal com eles. Eu não tenho o que dizer deles não. Agora, se dever a eles, comprar e não pagar... É a mesma coisa de comprar num mercadinho e não pagar. Ali é o trabalho deles. (*Joana*, 20 de abril de 2018)

As novas configurações da “ajuda” vivenciadas por *Joana* revelam que, nas tessituras das estratégias de criminalização, os sujeitos vão produzindo formas de articulação política. As “familiarizações” passaram a gerenciar outras dinâmicas de atuação, equilibradas sob as lâminas afiadas da violência nas margens do Estado. É que ao receber e dar ajuda a solidariedade e a fraternidade comunitárias vão arrefecendo os efeitos das violências produzidas pelo “Estado”. Segundo *Joana*, “Se o presidente olhasse pra gente. Olha pra *sem-terra*, olha pra *sem-teto*, olha pra num sei o que e não olha pra gente”. No momento em que o “presidente” não olha e não constrói estratégias que possibilitem os sujeitos se desenvolverem, outras possibilidades surgirão. De fato, esse “presidente” direciona o olhar para *Joana*, mas o faz por vias diferentes das que ela deseja. O acesso à direitos que ela almeja não parece ser um objetivo desses agentes estatais. O que a alcança são outros “olhares” muito mais afetos a criminalização e a violência. E mais. Se a violência ocupa esse lugar do “não olhar”, se ela tece as narrativa e as relações, a “ajuda” permite algum conforto quando se passa a noite na “correria”.

À vista disso, as alterações que Telles e Hirata (2009, p. 41) denunciavam aprofundaram o corte. O equilíbrio perde a sua estabilidade e as margens do Estado passam a conviver com outras figuras, que transitam por outras imagens, não estando mais concentradas na gravura do “trabalhador”. As “ajudas” surgem intersectadas por experiências de criminalização. Não à toa, *Alana* surgiu nesta pesquisa pela “ajuda”. A *noiada*, no colchão da sua casa, dormia no seio tranquilo da “ajuda”. E na primeira oportunidade que teve, compartilhou a “ajuda” que estava recebendo do “rapaz da universidade” com seus(as) amigos(as). O ato de compartilhar chancela como o crime e a criminalização deixaram de ser apenas o que estava “da porta pra fora” e se converteram em comportamentos que escorregam por entre as dificuldades que surgem.

O que estava “da porta pra fora” também pode estar “da porta pra dentro”. O fluxo de entrada e saída não possui um desempenho fixo, observável em elementos rígidos. Nas narrativas de *Joana*, o caminho passa quase despercebido pela sopa depois da “noite na correria”, pelos remédios comprados na enfermidade e no cuidado das unhas e sobrancelhas. Algo similar ocorre nas pesquisas desenvolvidas por Gabriel Feltran (2008). Ao identificar que as narrativas de seus interlocutores faziam a defesa das diferenciações entre o “público” e o “privado” na feitura do crime, Feltran (2008, p. 124) percebeu que elas se diluíam na prática cotidiana. Os interlocutores de Feltran (2008, p. 127) deslizavam ao indicar que mesmo o crime estando apenas do “lado de fora” da casa, do espaço doméstico, a renda da família recebia complementos pelas ações dos sujeitos envolvidos em atividades ilícitas.

O cuidado e o afeto também produzem indícios sobre como gênero e sexualidade tomam parte nessa “família”. A maneira de lidar com o “tráfico de drogas” exhibe alguns aspectos que *Joana* deixa escapar durante a entrevista. A proteção da casa e a defesa da sua vida eram realizadas ora pelos *meninos*, ora pelos *boys*. A diferença entre as duas figuras parece, de fato, inexistente. Contudo, nas comunidades periféricas de João Pessoa, os “boys” são os sujeitos envolvidos, em algum nível, em atividades ilegais. Os “meninos” também são “boys”, mas aparecem como recurso imagético mais apazível. Ao transformar *boys* em *meninos*, *Joana* devolve a proteção que recebera. No processo de metamorfose dos *boys* em *meninos*, *Joana* atravessa os caminhos percorridos por *Rosa*, interlocutora das pesquisas de Roberto Efrem Filho (2017, p. 144). Ao tratar os rapazes que moravam em sua comunidade, *Rosa* maneja a distinção entre os que seriam *homens* – os quais poderiam estar implicados na morte do seu filho – e os que seriam *meninos*, adolescentes ou jovens ligados ao mercado de drogas ou vitimados por “grupos de extermínio” (EFREM FILHO, 2017, p. 144)

As performances de gênero constroem o corpo vitimável, o que está suscetível à criminalização e à violência pelo “Estado”. As diferenças geracionais também cobram a sua parcela nesse tipo de relação. *Joana* tem cerca de 42 anos e os *meninos* possuem entre 16 e 25 anos. A maioria deles “tem a idade de ser meu filho” e as idades dos rapazes coincidem com as das filhas de *Joana*. O despontar dos *meninos* também anuncia como as performances de gênero atuam na centralidade das experiências de criminalização. É só após o crescimento dos *meninos*, das crianças se tornando adolescentes e adultos, que a proteção se torna possível e o cuidado se organiza de outras maneiras. O sujeito-homem, o que pode a qualquer momento se tornar pai, agora tem as competências de cuidar da casa e garantir a segurança da “família”. A “idade de ser meu filho” qualifica a existência simbólica da mãe esperando o “menino” que,

aos seus olhos, nunca crescera: chegar da “correria” com o “comer” à mesa. O pai protege, a mãe cuida.

As “familiarizações”, protagonizadas por *Joana* e pelas ajudas, atuam num movimento oposto do que presenciei quando frequentava a *Ocupação Horizonte* e que também se apresentava na forma como Roberto Efrem Filho (2017, p. 143) registrou as falas de *Marcela*, uma das lideranças da ocupação. Quando do assassinato de *Alexandre*, nas dependências da ocupação, a estratégia narrativa de *Marcela* era de demonstrar que naquele prédio apenas moravam “famílias normalmente, homens solteiros não. Homem solteiro dá problema”. Entretanto, o contexto de *Marcela*, naquele momento, é distinto do que *Joana* vivencia. *Marcela* está inserida nas lutas sociais por moradia e a estratégia narrativa proposta por ela indica que as regras produzidas na ocupação priorizam trabalhadores e não sujeitos que poderão cometer crimes. *Joana*, não. Ela se encontra distante desse espaço-tempo das organizações populares e movimentos sociais. As narrativas sobre o “crime” e sobre a “ajuda” vão sendo dissimuladas numa movimentação de garantir legitimidade aos contatos que ela estabelece com os *boys/meninos*, mas também fixa a imagem de que ela não está envolvida diretamente em práticas criminosas.

De acordo com considerações de Efrem Filho (2017, p. 143), as palavras de *Marcela* mobilizavam convenções morais de gênero e de sexualidade para construir “masculinidades beligerantes” que fixavam o “problema” e as práticas criminosas na condição de “solteiro”. Porém, com *Joana* o caminho parece ser outro. O contexto vivido por ela experiencia exatamente a convivência com “homens solteiros”, os mesmos que poderiam causar “problemas” na *Ocupação Horizonte*. Agora, no entanto, a “familiarização” atua no trabalho de “feminizar”, de garantir passividade e pacificidade ao que pode parecer publicamente perigoso (EFREM FILHO, 2017, p. 144). “Se chegasse neles pedindo um remédio, eles me davam. Eles me apoiaram e não deixaram ninguém entrar na minha casa.”; “Eu sempre me dei normal com eles. Eu não tenho o que dizer deles não”.

Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2017, p. 25) indicam que as costuras entre gênero e “Estado” apresentam algumas dinâmicas que podem ser analisadas a partir da óptica da violência. Por exemplo, as mães das vítimas assassinadas em incursões policiais em favelas do Rio de Janeiro compunham narrativamente enunciados em que o “Estado” apareceria tramado pelo gênero. Foi lendo o texto das autoras que pude tensionar analiticamente as falas dos ministros na consolidação da “família” e do parentesco como espaços estáveis. As “regiões híbridas”, em que espaços de legitimidade e ilegitimidade não se encaixam milimetricamente seriam os lugares em que *Joana* e *Alana* haviam construído seus laços

parentais e geracionais. Mas, também, seriam os estágios mais inferiorizados da hierarquia sexual que Gayle Rubin (1984, p. 14) tratou de compreender. O tráfico enquanto uma “família sem fim” sofreria dos mesmos atributos das famílias convencionais. Afinal, estar numa família é gozar de status de infinidade.

As aproximações entre *prostitutas* e os sujeitos do mercado de drogas ilícitas aparecem em esforços variados do “Estado”. Sobretudo porque, ao ocupar as “regiões híbridas”, os sujeitos também encontram as margens do Estado. São nesses lugares que as estratégias de criminalização e violência se oxigenam. Porém, são nelas que novas formas de atuação ganham espaço e destaque. O “afeto” e o “cuidado”, citados nas falas dos ministros e nas passagens da Lei de Drogas, têm surgido como projetos políticos em que *prostitutas* e *traficantes* se aproximam em outros níveis. A possibilidade regenerativa da família e as ações conversoras das normas participam de outros arranjos intimamente intersectados pelo “Estado”. Nesses lugares os sujeitos *usuários de drogas* receberão o “amor”, o “aconchego” e uma “proposta de vida”.

1.3. “Na Praça da Gala, quarta é dia de culto”: as ambiguidades sob disputa

“O ladrão vem para roubar, matar e destruir”. *Doralice*⁴³ se levanta e ouve atentamente. *Mônica* se aproxima, coloca a mão direita para cima num gesto que acompanha a música, o hino. Com esse excerto bíblico, o *pastor* inicia o culto planejado para aquela tarde. No lado esquerdo, de frente para o púlpito, a sua *esposa* está de joelhos no chão áspero da praça. Após alguns minutos, recepcionada com gritos de “aleluia” e “amém”, ela se levanta com dificuldade e mostra aos ouvintes as marcas vermelhas do sacrifício. Pouco a pouco, as pessoas que transitam pela praça começam a parar e ouvir a “palavra”. Não demora até que uma ou outra *noiada* apareça e receba os cuidados dos “irmãos”. Roupas, cestas básicas, pães e sopa são distribuídos entre os mais “necessitados”. O culto termina com as palavras finais do versículo que abriria as atividades religiosas daquela tarde: “eu vim para que tenham vida, e a tenham com abundância”.

A Praça da Gala é um ponto de *prostituição* localizado no centro de João Pessoa. A praça possui, do seu lado esquerdo, o prédio da Prefeitura Municipal, no seu lado direito, um cinema – que exhibe filmes pornográficos – e dois batalhões da Polícia Militar. A “gala” foi escolhida como substitutivo do seu nome oficial em virtude da concentração de homens no

⁴³ *Doralice* e *Mônica* são *profissionais do sexo* que trabalham na praça. Elas foram alcançadas pelo mapeamento que fiz e participam das atividades de formação em direitos humanos da APROS-PB.

cinema e da quantidade de *prostitutas* espalhadas nos bancos da praça⁴⁴. A APROS-PB deliberou, em reunião, que as atividades de prevenção às IST e o acompanhamento realizado na praça aconteceriam em qualquer dia da semana, excetuando a quarta-feira. “Na Praça da Gala, quarta é dia de culto”⁴⁵. O culto tem periodicidade semanal e as igrejas responsáveis pelas atividades são de denominações distintas, mas respondem a tradições neopentecostais. As cerimônias reúnem os pedestres, as *prostitutas*, *noiadas* e alguns jovens das comunidades periféricas. O conteúdo dos encontros prioriza as biografias de superação de *usuários de drogas* e os versículos bíblicos que contam a história de ladrões e *prostitutas* que caminharam ao lado de Jesus. O arrependimento e a conversão “em Cristo” são as estratégias que os pastores utilizam para angariar atenção dos seus seguidores(as).

O objetivo das discussões é o de compreender como algumas práticas religiosas, auferidas nas minhas atividades de campo, são significativas na construção de posicionamentos sobre as “drogas” e as políticas públicas relacionadas a elas. No caminho percorrido pelo manejo das ambiguidades jurídicas, as narrativas neopentecostais foram fundamentais para a constituição da figura do “usuário” e do “traficante”. A alteração desses polos ocorre à medida de esforços políticos de criminalização comumente inseridos nos discursos dos pastores nos cultos das quartas-feiras. O manejo ocorre nos tensionamentos como “usuários” aparecem como vítimas e “traficantes” como algozes. Alguns movimentos dinâmicos indicam que essas torções ocorrem no sentido de apresentar a “conversão” religiosa como a saída para o “problema das drogas”. O repertório político seguido por esses caminhos apontam, também, que os meandros da “conversão” ocupam narrativas e impulsos oficiais de agentes de “Estado”. O interesse, portanto, de trazer a cena do culto para a análise, se consolida na forma como essas ambiguidades jurídicas são em variadas instâncias esforços de conversão. Nesse sentido, não há, na legislação brasileira, uma quantidade específica que garanta a certeza de que *Márcio* com cinquenta gramas de *cocaína* seja considerado usuário de drogas ou não. Entretanto, se *Márcio* é um consumidor contumaz de *cocaína* aquela poderá ser sua quantidade mensal (ou bimestral) de uso. Também não é possível compreender, pela legislação atual, quais critérios as condutas de *Alana*, na cena da prisão, são suficientes para torná-la uma agente do “tráfico de drogas”. Não à toa, o primeiro policial, que fez a sua oitiva na delegacia, estava prestes a liberá-la na condição de usuária mesmo que com ela não fosse encontrada nenhuma substância ilícita.

⁴⁴ O nome substitutivo não foi escolhido por mim, de fato esse é o nome não oficial do logradouro.

⁴⁵ A escolha se dava por conta da dificuldade de desenvolver as ações de prevenção na mesma hora em que a cerimônia religiosa acontecia.

Entretanto, a “conversão” se sustenta a partir de construções políticas que incidem diretamente na produção normativa brasileira. O projeto de lei 7134/2002 - que deu origem à “Lei de Drogas” – tem a sua exposição de motivos assinada pelo Senador *Chiquinho do Evangelho*⁴⁶. O Senador se apresenta como o representante dos setores neopentecostais e ocupa uma cadeira na “bancada evangélica”. A frente parlamentar, da qual *Chiquinho* faz parte, é responsável por embates históricos sobre, por exemplo, os projetos de lei que impedem a inclusão dos estudos de gênero e sexualidade nas escolas. O parlamentar ficou conhecido por presidir a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o Narcotráfico entre 2011 e 2013⁴⁷. Para defender a restituição da honra das famílias e o combate ao “narcotráfico”, *Chiquinho do Evangelho* elegeu alguns “cuidados” que seriam imprescindíveis na recuperação dos jovens “viciados em drogas”. O pronunciamento feito por ele, no Senado Federal, em 18 de abril de 2018, resume esses esforços.

Senhor Presidente, eu encerro fazendo um registro de que eu tive uma reunião hoje à tarde muito importante com o Ministro da Saúde e o Ministro da Justiça e com o pessoal da SENAD (Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas). Nunca tinha visto Ministro da Ação Social reunido para tratar da questão das comunidades terapêuticas. E uma das coisas mais bacanas que saiu daquela reunião – as comunidades terapêuticas, Vossa Excelência sabe, que foi Governador e Prefeito, como essas comunidades terapêuticas, de maneira sacerdotal comandam e fazem o que o poder público não faz e estão na ponta, sem qualquer tipo de ajuda, e a ajuda quando é dada parece que é meio escondida porque a lei não protege, mas eles estão lá: tirando dez da rua, quinze, vinte, cesta básica, vendendo camiseta. Eu sei disso porque eu tenho quarenta anos tirando drogado da rua. Quando, no governo Fernando Henrique, foi feita uma portaria pelo Ministério da Saúde – Serra era o ministro – em que a ANVISA fez uma normativa draconiana que o sujeito pra ter uma casa de recuperação de drogados, tirar debaixo da ponte, tirar do lixo, Senador *Antônio Torres*, e dar um aconchego e uma proposta e uma possibilidade de vida: a cozinha do local tem que ser toda azulejada, o quarto tem que ter tantas dimensões, não pode passar de dois beliches. O cara que dorme no chão, que come lixo, que fuma crack, você pra dar uma oportunidade de vida a ele, você tem que criar toda essa estrutura pra poder dizer a ele “eu te amo, vem pra dentro da minha casa”. Isso é piada de mau gosto. Num país que vive um estado de exceção na sua segurança pública. A violência do Brasil, o seu adubo está nas drogas, no seu uso e abuso [...].

As Comunidades Terapêuticas (CT) são estabelecimentos fechados que se ocupam da internação de pessoas usuárias de drogas. As ações desenvolvidas se dividem em garantir aos internos a prática de atividades artísticas, religiosas, laborais e culturais que permitam a “recuperação” da “dependência química”. As comunidades terapêuticas carregariam essa missão, a de “salvar” os usuários de substâncias ilícitas das consequências maléficas produzidas pelas “drogas”. A base conceitual das atividades encontra lastro no cumprimento

⁴⁶ Em virtude da conjuntura político-nacional que o Brasil está experienciando, fez-se necessária a mudança do nome do Senador por questões de segurança pessoal.

⁴⁷ Além da CPI do Narcotráfico, *Chiquinho do Evangelho* presidiu a CPI da Pedofilia e foi relator da CPI contra o Crime Organizado.

da metodologia dos “doze passos”. Cada passo é um estágio que deverá ser percorrido pelas pessoas que passam, como pacientes, pelas comunidades. Taniele Rui (2012, p. 84) registrou que algumas propostas de trabalho das CT se direcionavam em produzir arrependimento das ações anteriores. A “recuperação” seria alcançada por meio de atividades laborais (laborterapia) que ocupassem o tempo dos sujeitos que estavam nos ambientes das Comunidades Terapêuticas. As atividades são custeadas por iniciativas públicas e privadas. Os editais de financiamento do Governo Federal exigem a efetivação de algumas condições para que os(as) proprietários(as) possam se habilitar no recebimento dos recursos. O inconformismo no pronunciamento do Senador se concentra em disputar os limites desses requisitos. As “normas draconianas” – ou os critérios mínimos de instalação de uma CT – se apresentavam como um impasse para a luta contra as drogas protagonizada pelos grupos políticos representados pelo parlamentar. O pronunciamento feito pelo Senador *Chiquinho do Evangelho* desemboca, portanto, em duas questões que pretendo analisar: a) as conformações político-sexuais do “Estado” na constituição da violência; b) as disputas das narrativas sobre a vítima.

Ao eleger a Praça da Gala como o espaço destinado para os cultos das quartas-feiras, os “irmãos” reforçam o atravessamento do exercício sexual nas conformações das narrativas estatais. As cerimônias religiosas acontecem em outras praças, mas é ali que o trabalho cristão demonstra maior organização e intensidade. Combater a “gala” é uma missão inescusável. A necessidade de dirimir a possibilidade de sua existência pública abre as veias do conflito e exhibe as suas estratégias. É somente naquela praça que existe um cinema que apresenta filmes pornográficos e serve de ponto de encontro para *homens gays*⁴⁸. Também é o lugar onde as *prostitutas* exercem seu trabalho e encontram seus clientes. Mais recentemente, tornou-se também um espaço encontrado pelas *noiadas* e por outros(as) *usuários de drogas* para dormir. A luta contra a “gala” não se dá apenas em termos abstratos, no seio dos conselhos bíblicos lidos pelo *pastor* sobre moralidade sexual. A tentativa de deslegitimar o exercício sexual (sem interesses reprodutivos) e, curiosamente, eliminar as práticas de masturbação são elementos, inclusive, de um projeto de lei 6449/2016 de autoria do Deputado Federal *Igor Lucena*.

O entrelaçamento entre as relações de gênero e sexualidade na constituição das engrenagens estatais aparece nesse contexto e costura a aproximação de algumas experiências e sujeitos. Ao arregimentar as pessoas na Praça da Gala, as igrejas neopentecostais retomam as imagens de “cuidado” e conversão que a Lei de Drogas e o Código Penal dispõem em seu

⁴⁸ “Homens gays” é uma categoria discursiva que decorreu do trabalho de campo e passou a indicar o público-alvo do cinema na fala dos sujeitos com quem conversei.

conteúdo. Colocam-se, também, nas regiões legítimas formadas por famílias honestas sedimentadas em parentescos estáveis. O cuidado, portanto, é delimitado por rasuras de gênero e se domestifica, torna-se materno (EFREM FILHO, 2017). “Eu te amo, vem pra minha casa”. Ao inferir sobre o amor e o tratamento em “casas de recuperação”, *Chiquinho do Evangelho* confirma que as diferenciações entre as esferas pública e privada se diluem no fazer político do “Estado”. Mas não só. Quando o “cuidado” não encontra resultado e o trabalho constante de “quarenta anos tirando drogado da rua” está prestes a se perder, outras estratégias retomam as rédeas da narrativa. É aqui que os *pastores*, nas quartas-feiras, dedicam parte do tempo de suas palestras indicando como os pais, por amor, devem disciplinar os seus filhos, aplicando-lhes sanções caso eles continuem a permanecer no erro.

As contribuições de Gayle Rubin (1984, p. 2) auxiliam na demonstração de alguns sinais narrativos desenvolvidos por *Chiquinho do Evangelho* e outros parlamentares sobre como o sexo e as condutas eróticas são atravessadas pela ação política. As negociações e os agenciamentos acerca dos seus limites surgem como uma preocupação de “Estado” e se apresentam, por exemplo, nas sustentações orais, nos plenários, de projetos de lei para se combater a masturbação e a pornografia, bem como na privatização do cuidado em centros terapêuticos de recuperação. Rubin (1984, p. 4) reconta os fatos históricos protagonizados por ações de Estado, nos séculos XIX e XX, na perseguição de “ofensores sexuais” (LGBT e prostitutas). As linhas que balizam as conformações sexuais das narrativas estatais aparecem em argumentos anteriores que utilizei quando discuti a violência policial contra as *prostitutas* (MELLO, 2016, p.12). Na performatização da violência, as fardas policiais, o armamento, os coturnos e cassetetes materializavam a personagem *hômi* nas narrativas das mulheres entrevistadas. Essa personagem se reproduz nas ocasiões em que sujeitos que sofreram violência expõem as suas histórias. A figura, quase sempre, masculinizada do policial surge nas denominações também masculinas dos *alemão*, dos *comédia* e dos *hômi*. A gestão do sexo, portanto, não se dá apenas num movimento de “fora para dentro”. Em que o “Estado” aparece para controlar e limitar, tão somente, a intimidade das pessoas. O caminho é muito mais difuso estando o sexo na face do “Estado”, sendo produzido, delimitado e desenhado no fluxo de sua gestão.

Os condicionamentos históricos e sociais dos membros do legislativo e dos ministros do STF também denunciam como as performances de gênero ocupam o cotidiano da institucionalidade estatal. Os “sacerdotes” se enfileiram aos “pais” que estão na luta contra as drogas, segundo o Senador *Chiquinho do Evangelho*. São eles os responsáveis por garantir o “aconchego” e uma “proposta de vida” aos sujeitos que estão dormindo no chão, debaixo das

pontes e comendo lixo. A distância entre as colocações sobre trazer um usuário de drogas para dentro da própria casa e a possibilidade de impedir que um filho use drogas se estreitam. São o amor e as relações afetuosas que fazem os caminhos se encontrarem. Ao dizer “eu te amo, vem pra minha casa”, o Senador se coloca na função de pai, a mesma assumida por Luiz Fux, e retoma a imagem do parentesco estável e legítimo capaz de recuperar jovens em dependência.

Ao conhecer o cotidiano das práticas sexuais na Praça da Gala, pude perceber que as organizações religiosas reivindicam os “limites da sexualidade” (GREGORI, 2008, p. 580) e delineiam a legitimidade do prazer. As “drogas” e o “sexo” representariam a aparição material do “inimigo”, do que vem para matar, roubar e destruir. São eles os responsáveis pela quantidade de jovens presos, dormindo em locais inóspitos, longe de suas famílias, de que os senadores e deputados ocupados com a pauta trataram. Não obstante, ao desenvolver discursividades sobre o prazer, frenético e pecaminoso, proporcionado pelo consumo de substâncias ilícitas, os pastores (da mesma linha política de *Chiquinho do Evangelho*) articulam, no subtexto das narrativas, a efemeridade dos orgasmos (da “gala”), em regra masculinos, experienciados nas práticas de masturbação do cinema e nos programas realizados por *prostitutas*. São nessas circunstâncias que as conversões entre *prostitutas/noiadas/pessoas exploradas sexualmente* e *usuários/traficantes* acontecem em nível de “Estado”, seja na Praça da Gala, seja na Lei de Drogas. Os investimentos políticos transitam em muitas esferas e noticiam abertamente que as estratégias de criminalização se recrudescem para além de institutos normativos. Elas estão nos cultos das quartas-feiras, nos amores conscienciosos dos pais em busca da recuperação dos seus filhos e na construção de “ambientes honestos”.

Dos projetos de lei em que *Chiquinho Evangelho* possui alguma participação, algumas articulações curiosas precisam ser registradas. À época em que a discussão do PL 7134/2002 ocorrera, outro deputado cooperou com a formulação do seu conteúdo. *Lucas Amorim*, pastor e deputado, fora um dos responsáveis pela formulação de emendas ao projeto da lei de drogas e por liderar as discussões do seu partido nas sessões deliberativas da Câmara dos Deputados. No dia 02 de fevereiro de 2015, o deputado protagonizou outro interessante momento do cotidiano legislativo brasileiro. Na abertura das atividades para aquele ano, *Lucas Amorim* solicitou o desarquivamento do PL 377/2011, que trata da criminalização da contratação de serviços sexuais. O PL prevê uma alteração no Código Penal incluindo a possibilidade de punir os contratantes e contratados que negociarem os serviços sexuais. A pena mínima de um mês poderá chegar a até seis meses de detenção. O deputado argumentou que devido à perda

do mandato do autor do projeto, ele poderia requerer a colocação do projeto na pauta novamente. *Lucas Amorim* trouxe no projeto que:

O quadro negativo da prostituição não envolve apenas o sacrifício da integridade pessoal. A atividade é tradicionalmente acompanhada de outras práticas prejudiciais à sociedade, como o crime organizado, lesões corporais, a exploração sexual de crianças e adolescentes além do tráfico de drogas.

As esferas de aproximação expõem que as estratégias de criminalização utilizadas por mecanismos estatais caminham na construção do que Richard Miskolci (2007, p. 112) conceituou como “pânicos morais”. A *prostituição* seria uma ameaça sexual ao parentesco, ao casamento e à família. A mobilização do “medo” e as discursividades acerca do “algo que deveria ser feito” apontam para a colocação do trabalho sexual no mesmo plano em que o “crime organizado”, a “exploração sexual” e o “tráfico de drogas” estariam. O deputado recorre à “tradição” no entrecruzamento das práticas que ele nomeia como “prejudiciais à sociedade”. A justificativa repousaria na ideia de que os problemas existem desde um tempo tão considerável que impede o poder público de permanecer inerte.

Com uma atuação parecida, *Igor Lucena* trouxe os mesmos elementos narrativos para justificar a criminalização da pornografia e o esforço de diminuição da masturbação. A ilustração da *prostituição* como uma ameaça aos jovens que substituem os “métodos convencionais” do exercício sexual pela atividade masturbatória compõe as alegações para se interromper o conteúdo e a exibição de sites pornôns. Não demora até que *Igor Lucena* também articule os pavores morais e sexuais que *Lucas Amorim*, *Chiquinho do Evangelho* e os pastores nas quartas-feiras utilizaram. Os mecanismos persuasivos retomam a imagem de jovens e crianças expostos ao uso de drogas, ao sexo “autosssexual” e à *prostituição*.

O uso da Internet traz como consequência maior preocupação com a segurança e proteção das crianças e adolescentes que navegam pela rede [...] Além disso, o anonimato dos clientes favorece a prática de vários delitos, dentre eles destacamos: sites de sexo virtual, prostituição, sites pornográficos e apologia ao crime, drogas, bebidas alcoólicas, cigarros e outras. (BRASIL, 2016, p. 3)

A construção da proteção e do cuidado, citados no “PL da Pornografia”, delata as outras faces das ambiguidades jurídicas. Ao acenar sobre a tutela dos sujeitos contra as drogas e a prostituição, os representantes desses interesses constroem imagens de vítimas que vão sendo carreadas nos autos dos processos judiciais, projetos de leis e sermões semanais. Os recursos utilizados colocam os usuários de drogas e prostitutas nos lugares em que as suas escolhas tornaram as vidas palcos da dor e do sofrimento. As táticas de conversão vão aprofundando a sua extensão e comprovam que as normas jurídicas não criminalizam os

sujeitos tão somente porque são dotadas de métodos técnicos de controle social. Os excertos dos projetos de lei, que citei anteriormente, somados a algumas posições dos ministros no RE 635.659/2011 externam como a “vitimização” produzida pelos entes estatais é mediatizada pelas performances de gênero, sexualidade e criminalização.

Ao proferir o seu voto, o Ministro Edson Fachin alega que algumas questões relacionadas ao processo devem se sopesadas. A primeira delas tem a ver com o papel dos usuários e “traficantes” na questão das drogas. “A dependência é o calabouço da liberdade mantida em cárcere privado pelo traficante. Repito: A dependência é o calabouço da liberdade mantida em cárcere privado pelo traficante”. A frase repetida duas vezes pelo ministro inicia um intenso jogo de argumentações em que “dominador” e “dominado” possuem comportamentos distintos. Maria Filomena Gregori (1993, p. 4), ao tratar sobre o papel da vítima nos contextos de violência doméstica, registrou que a díade agressor/ativo e agredido/passivo generalizava situações em que as possibilidades de ação eram subsumidas por situações que eram do início ao fim violentas. As fundamentações utilizadas por Fachin (BRASIL, 2015, p. 2) produzem imagens de vítimas que dialogam com as dimensões de criminalização e conversão que venho delineando nas últimas páginas. A ausência de desejo, vontade e discernimento marcam esse corpo vitimável que tem sua liberdade estrangida.

É no traficante, portanto, que devem se concentrar as ações de repressão. Entretanto, na “gestão diferencial das ilegalidades”, de que tratou Foucault (2007, p. 75), usuários também poderão ser considerados traficantes em variadas situações que se pautam nas assimetrias das relações de poder entre os sujeitos. O “cuidado” e a “proteção” são criações torcidas em gênero e sexualidade, raça e classe em que usuários são convertidos em traficantes. São chaves analíticas que podem fazer surgir corpos passíveis, feminizados, carentes de atenção que merecem os olhares especiais do poder público. Do mesmo modo que as experiências delinquentiais dos sujeitos do mercado de drogas ilícitas são masculinizadas na figura do carrasco que mantém os usuários em seu domínio⁴⁹. “Chega-se aqui a um ponto nodal: o dependente é vítima e não um criminoso germinal”, disse Edson Fachin nas proximidades do fim do seu voto (BRASIL, 2015, p. 12).

Ao trazer a cena dos cultos na Praça da Gala tenho como objetivo compreender que os processos de vitimização e criminalização não agem em paralelo ao “Estado”. Pelo contrário, eles convocam e arregimentam os esforços mais fundantes na organização de suas táticas. A

⁴⁹ Confesso que não acredito num fluxo determinado em que pessoas são “masculinizadas” e “feminizadas”, tenho como norte teórico a disputa performativa das relações de gênero que se convertem também em disputa narrativa sobre as imagens dos sujeitos.

perspectiva que adoto aqui, portanto, não é a de analisar as características e engrenagens da religião, mas o de registrar que os sujeitos se transformam em muitas imagens a partir de tensionamentos políticos. A inserção da religião no espaço público tem indicado como as organizações estatais têm sido disputadas por setores religiosos que pretendem formular políticas públicas e horizontes de atuação (GIUMBELLI, 2008, p. 90). A consolidação dessas estratégias em produzir vítimas também apresenta como o “bem” e o “mal” são categorias presentes nas narrativas oficiais. Os maniqueísmos em que colocam “criminosos germinais” em confronto com vítimas dependentes de drogas preenchem os discursos de pastores-deputados, ministros do STF e normas jurídicas.

Em termos elucidativos, ao analisar o cotidiano religioso das comunidades cariocas de Acari, Christina Vital (2014, p. 71) percebeu que, na década de 90, o combate ao crime, pela polícia, acontecia paralelamente à destruição das imagens de umbanda e candomblé cultuadas pelos antigos “traficantes” da região. O “mal” materializado pelas religiões de matriz africana e por traficantes ia sendo eliminado pela presença da polícia. Essa eliminação comunicava a passagem do domínio da comunidade “dos traficantes de drogas aos policiais, ao Estado e, conforme sugeriam os novos símbolos impostos pelos policiais, a Jesus”. A “pacificação” dos territórios articulava práticas religiosas evangélicas com ações violentas da polícia. De modo semelhante, os cultos das quartas-feiras acontecem rodeados por dois prédios oficiais da polícia militar. O projeto pacificador, em diferentes estágios, organiza *prostitutas*, *noiadas* e os sujeitos dos mercados de drogas ilícitas no centro dessas ações.

Do mesmo modo, Patrícia Birman (2019) tratou de analisar o recrudescimento do interesse de setores religiosos pela gestão da violência urbana e do crime. Nas investigações da autora, as apresentações públicas de narrativas de sujeitos que, em algum nível, estiveram articulados com a prática de condutas ilícitas denunciam como a religião de vincula aos interesses políticos. As pessoas aparecem nas cerimônias expondo os episódios de sua “vida anterior” e passam a demonstrar os benefícios de uma nova vida, agora regrada pelos ajustamentos religiosos. “O foco recai sobre o sofrimento extremo: esse é o ápice de uma autobiografia mergulhada nas condições mais duras da pobreza urbana, compreendidas como efeitos provocados pelo demônio e, afinal, religiosamente superados na forma de renascimento social e moral (*ibidem*, p. 112).” A apropriação dessas narrativas retoma as imagens das vítimas, agora regeneradas, e mantém o alvo no combate ao crime, aos “traficantes” e às drogas. As ferramentas seculares vão se aglutinando aos conteúdos sacros e formulando ações que transitam entre os cultos realizados em praças e nas iniciativas de parlamentares na gestão da violência.

As transformações de sujeitos em vítimas e a busca por seus algozes coloca a *prostituição* no mesmo patamar de violência que o mercado de drogas ilícitas enfrenta. Os encadeamentos são esforços narrativos que preenchem as dinâmicas cotidianas de agentes estatais. As primeiras páginas do projeto de autoria do Deputado *Igor Lucena* trazem como justificativa a proteção das pessoas que estariam vivendo em status de “opressão sexual” (BRASIL, 2015, p. 2). No desenlace do projeto, a figura do “cafetão” se consolida nos arquétipos de um sujeito complacente com práticas criminosas que impede a liberdade de mulheres e permite que o comércio de drogas ilícitas ocorra nas circunscrições do seu empreendimento. A gestão desses comportamentos sugere que os espaços nos quais os prazeres, das “drogas” e do “sexo”, são negociados delimitam a ação sexualizada do “Estado”.

A performatividade sexual dos conflitos, portanto, explica as múltiplas formas como os esforços das instituições do “Estado” conduzem as ambiguidades jurídicas. Porém, ela permite que os pontos de sustentação da análise possam reconhecer outros fenômenos que articulam as recentes aproximações entre a *prostituição* e o mercado de drogas ilícitas. O argumento se estende ao identificar que práticas de violação e violência estão fundamentadas em outros espaços em que o “Estado” não aparece em sua feição mais concreta ou em sua imaginação mais óbvia. A dinâmica das conversões, por exemplo, atua nessas torções em que as imagens dos sujeitos transitam em leis, processos judiciais, projetos legislativos e cultos evangélicos. As diferenciações são assimiladas por práticas violentas e formas de contraposição dos que tomam parte nos embates. As vidas de *Joana* e *Alana* são intersectadas pelas relações entre as facções, à ajuda e a religião. E é nesses múltiplos encontros que elas disputam as margens dos conflitos e agenciam as suas estratégias de atuação. O próximo capítulo abordará como essas aproximações produzem esforços de diferenciação e violência a partir do consumo e da venda de substâncias ilícitas.

CAPÍTULO 2

“Da pele pra dentro quem manda sou eu”

2. Registros preliminares sobre a *prostituição* e o *crack*

“Eu cheiro pó, fumo maconha, fumo cigarro normal, só não sou ‘*noiada*’. E o que é ser *noiada*?⁵⁰ Ah! *Noiada* é fumar crack”. Foi com essas palavras que *Rebeca* sintetizou o problema que orientará as discussões deste capítulo. A utilização do *crack* se tornou a principal explicação para diferenciar as mulheres que exercem o *trabalho sexual* daquelas que o exercem, mas também são usuárias da substância. O objetivo deste capítulo é o de analisar os caminhos pelos quais esses conflitos surgiram, as narrativas que consolidaram essa distinção e as performances em gênero e sexualidade assumidas pelos sujeitos aí implicados. Foi pensando nisso que, durante o processo do trabalho de campo, eu me dediquei a dialogar com e, inclusive, entrevistar pessoas que possuíam alguma relação com o consumo de *crack*, fossem elas *prostitutas*, usuárias, profissionais de saúde ou pesquisadores(as).

Primeiro, entrevistei *Flávio Costa*, psicólogo e redutor de danos. *Flávio* trouxe nas suas narrativas questões relevantes sobre o lugar do *crack* na sua vida e nas vidas dos(as) usuários(as) com que lida; e sobre as estratégias políticas de ação que ele desenvolvera em sua prática como profissional da saúde. Segundo, retomei os relatos que havia anotado no meu caderno de campo e fui à procura dos elementos suscitados por *Flávio* durante a nossa conversa. Reuni, também a partir da entrevista com *Flávio*, as anotações sobre a briga entre *Joana* e *Socorro*, na qual intervi como estagiário da APROS-PB, em 2015. Fiz o mesmo com os relatos sobre a outra briga, ocorrida anos antes, que resultou na expulsão de *Socorro* da *Praça Catolé do Rocha* por outras *prostitutas* sob a justificativa de que ela, motivada pelo consumo do crack, havia *roubado* alguns pertences de outra *profissional*. Em todos esses episódios, os valores entre a vida, a morte e a violência foram delimitando as imagens das *noiadas* e das *prostitutas*.

Quando resolvi trabalhar com essas temáticas – que circundavam o mercado de drogas ilícitas, o consumo de *crack* e a *prostituição* –, procurei descobrir quais profissionais de redução de danos poderiam me ajudar na tarefa de compreender essas questões. Sabia que as informações seriam válidas para que pudesse percorrer com segurança determinados

⁵⁰ Pergunta feita por mim na conversa com *Rebeca*.

lugares e pessoas. *Flávio Costa* era um desses interlocutores que conseguiria contribuir para que as questões nebulosas sobre o consumo do *crack* encontrasse algum caminho. Ele havia atuado nos diversos programas municipais de saúde e redução de danos com usuários(as) de drogas, pessoas em situação de rua, prostitutas, pessoas privadas de liberdade etc. Fui a sua procura, em abril de 2018, quando descobri que ele, durante alguns anos, havia desenvolvido algumas ações estratégicas com as *profissionais do sexo*. O caminho para compreender as suas narrativas vai desde a sua atuação na APROS-PB até as suas atividades enquanto psicólogo e redutor de danos.

A APROS-PB foi sendo inserida na agenda política internacional das lutas pelo enfrentamento ao HIV/AIDS. Nos anos anteriores a 2001, a nomenclatura oficial das entidades de saúde incluía as *prostitutas* na categoria “populações de risco”. Risco de contrair o HIV/AIDS e de transmitir o vírus. A ausência de materiais informativos, o acesso precário aos serviços de saúde, a baixa escolarização, falta de moradia, ausência de vestuário e alimentos impediam a organização política das *trabalhadoras sexuais*. Com o auxílio de organizações internacionais, foi possível que algumas ações pudessem identificar as *prostitutas* interessadas em atuar no trabalho de “conscientização sobre as DST”. A partir dessa demanda, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais etc. foram desenvolvendo ações para arregimentar mulheres *profissionais do sexo*.

Os(As) profissionais iam até os *pontos de prostituição*, conversavam com as mulheres sobre a prevenção a IST/HIV/AIDS e distribuíam os insumos de prevenção. Pouco a pouco, os laços entre essas organizações internacionais e as *prostitutas* foram se estreitando. Algumas *profissionais do sexo* foram convidadas a participar de oficinas de preparação para o trabalho de campo. O movimento estava subsidiado na “educação por pares”. “Era *puta* falando com *puta*, olho no olho, sobre o uso do preservativo⁵¹”. Não demorou para que as ações fossem realizadas sem o acompanhamento e o monitoramento de outros(as) profissionais.

Em menos de dois anos (entre 1999 e 2001), *Ana* e *Lúcia* já haviam reunido todos os conhecimentos necessários para organizar uma instituição que fosse gerida apenas por *prostitutas*. Em julho de 2001, a Associação das Prostitutas da Paraíba foi registrada como Organização Não Governamental sem fins lucrativos. Nos últimos dezoito anos, entre 2001 e 2019, muitos profissionais e instituições ligadas à temática da saúde atravessaram a trajetória

⁵¹ Registro de campo realizado em 23 de outubro de 2018 com Lourdes Barreto, fundadora do movimento de prostitutas.

da APROS-PB. As ações desses sujeitos, nesse momento em diante, tinham como objetivo “garantir a cidadania das *prostitutas*”, organizar a associação para captar recursos financeiros e garantir a prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). A luta das mulheres, portanto, era garantir o protagonismo das *profissionais do sexo* da instituição nas atividades cotidianas. “Quem manda aqui são as *putas*”; “Você pode até ajudar, mas quem manda aqui somos nós”.

No processo de fortalecimento desse protagonismo, em que “*putas* falam com *putas* olho no olho”, os inimigos que precisavam ser combatidos com veemência correspondiam a problemas de relevância coletiva. Foram sendo construídos grandes blocos narrativos que uniformizavam as *profissionais do sexo*. A “violência”, as “Doenças Sexualmente Transmissíveis” e a “vulnerabilidade” são ilustrações de como cada bloco era acionado para identificar as *prostitutas*. O “problema das drogas” aparecia então nas falas e nos posicionamentos de lideranças dos movimentos de prostitutas como uma questão que afetaria todas as pessoas, independentemente de exercerem o *trabalho sexual* ou não. O esforço em desvincular as ligações entre o mercado de drogas ilícitas e a *prostituição* sempre foi uma pauta presente nas discussões dos *movimentos de prostitutas*. A questão, no entanto, passou a ganhar maior relevância quando o *crack* se popularizou como uma substância acessível, no início dos anos 2000.

Por volta dos anos 2006 e 2009, parte significativa das *prostitutas* organizadas passou a compor os espaços e discussões acerca da Redução de Danos. A nova trincheira a ser ocupada demandava ações diferentes das que usualmente eram desenvolvidas pelas *profissionais do sexo*. Agora, os passos mais importantes a serem trilhados deveriam ser o de diminuir os riscos de contaminação de alguma IST pelo consumo de drogas. Porém, a abordagem assumiria outros contornos. Ao invés de promover ações de desincentivo ao consumo de drogas (lícitas e/ou ilícitas), o movimento era o de criar vínculos com as usuárias, compreender a importância da substância na vida das pessoas alcançadas e elencar estratégias⁵² para a diminuição dos efeitos produzidos pelas drogas no corpo das *trabalhadoras sexuais*.

Na trajetória da APROS-PB, pelos caminhos da Redução de Danos, o projeto “Consultório na Rua” oportunizou as ações mais contundentes sobre a importância de se

⁵² Dentre essas estratégias podem ser elencados: o consumo de água antes, durante e após as sessões de uso de substâncias; a alimentação de baixo custo e maior potencial nutritivo, como legumes e frutas; e a distribuição de materiais individuais de uso como as seringas, canudos, piteiras, sedas e filtros.

desenvolver estratégias de ação para as “populações-chaves⁵³”. Surgido no Brasil em 2009, através da Política de Atenção Básica do Ministério da Saúde, o Consultório na Rua foi implementado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa apenas em 2010. O objetivo do programa era o de intervir nos locais onde as drogas e o álcool ocupavam parte significativa do tempo e dos esforços das *peessoas em situação de rua*. Dentre elas, as *prostitutas*. O Consultório surgiu, em João Pessoa, como uma das respostas para o uso intensivo do *crack*. A articulação com as ONG locais permitiu que o programa se consolidasse na política de Redução de Danos no município de João Pessoa.

A proximidade com alguns profissionais de saúde da primeira equipe permaneceu até os dias atuais. *Flávio* foi um desses profissionais que contribuíram, em diversos momentos, como militante nas lutas encampadas pelas *prostitutas*. Através das narrativas sobre o seu trabalho, contadas por *Ana*, pude entender a importância da Redução de Danos na compreensão da discussão sobre como *prostitutas* e *noiadas* se diferenciavam. Por mais que eu estivesse há quase quatro anos em campo junto com a APROS-PB, meu foco ainda não tinha se direcionado para essas questões. Decidi que a primeira entrevista do trabalho de campo deveria ser realizada com *Flávio*. Ele conhecia há muito mais tempo as dinâmicas dos(as) usuários(as) de drogas, em especial o *crack*. Liguei para ele e marcamos uma conversa sobre o histórico do seu trabalho, as ações do Consultório na Rua e sobre a presença do *crack* na vida dos(as) usuários(as).

Na tarde em que eu o encontrei, *Flávio* estava na sessão de fotos do encerramento de uma das turmas da Residência Multiprofissional da Universidade Federal da Paraíba. A turma estava posicionada de frente a uma das catedrais utilizadas por formandos(as) para compor o plano de fundo dos álbuns. Sentei num banco e fiquei de longe observando. Havia um(a) bebê, filho(a) de uma das residentes que participara da sessão. De braço em braço, ele ia sendo disputado pelas câmeras dos celulares de *Flávio*, dos(as) seus(as) amigos(as) e de sua esposa. Fui me aproximando aos poucos, no fim da sessão de fotos, cumprimentei os(as) amigos de *Flávio* e ouvi as piadas de alguns colegas sobre quando sua esposa e ele teriam um filho igual ao bebê das fotos. Depois de algumas risadas, alguns concluintes foram se dispersando para casa. O quadro de alívio e felicidade pela conclusão do curso suscitou uma comemoração. Fomos – eu, *Flávio*, *Tâmara* (esposa de *Flávio*) e cerca de mais quatro amigos(as) – para um bar que ficava a poucos metros do local.

⁵³ Segundo dados oficiais, obtidos através de editais de financiamento do Ministério da Saúde, as populações-chaves aparecem como grupos em que o trabalho de prevenção às IST precisa ser mais contundente. Em linhas gerais, pessoas em situação de rua, LGBT e profissionais do sexo recebem atenção mais direcionada para essas questões.

Sentamos todos(as) a uma mesa e, depois de algum tempo, *Flávio* e eu nos afastamos para o início da entrevista. Apresentei meus objetivos e o que me fez conversar com ele sobre a temática das *drogas* e da *prostituição*. No planejamento inicial que havia feito, apenas as narrativas das *prostitutas* ocupariam as minhas análises. Não pensei, confesso, que o conteúdo da entrevista com *Flávio* pudesse ocupar parte significativa das minhas preocupações. Estava indo conversar com um psicólogo, logo, um “agente técnico de intervenção” no trabalho de interlocução entre o consumo de drogas e a *prostituição*. Nas primeiras palavras sobre sua vida, *Flávio* foi abraçado por cada reflexão que fiz no decorrer das atividades de campo. Diferentemente do que Gabriel Feltran (2009) vivenciou ao entrevistar os profissionais do CEDECA, já que parte deles se colocava na função de “profissional” concedendo entrevista para o “pesquisador”, eu pude experienciar com *Flávio* uma entrevista em que o interlocutor apresentava questões relevantes, colocava as minhas conclusões em xeque e tecia narrativas de alguém que deixara de ser só um “agente de intervenção” e passara a ocupar a linha de frente dos conflitos.

A minha trajetória com a redução e danos é por causa do uso, né? Eu sempre fui usuário de drogas, há muitos anos. Trabalhava com outras coisas e quando eu conheci a Redução de Danos, eu consegui juntar coisas que estavam dentro de mim, que eu pensava, com um coletivo, né? Então, é quando você se encontra em algum lugar. Poxa! Tem mais gente que alimenta essa posição, esse tipo de ideia. E tudo mais. E essas ideias vêm das reflexões pessoais. [...] Eu conheci a Redução de Danos com o programa Consultório na Rua. E logo que conheci o Consultório na Rua, a gente começou a fazer o trabalho com as prostitutas, no centro. O trabalho de distribuição de insumos: camisinha, testagem... E depois a relação foi se aproximando, né? Aí foi com a APROS-PB que a gente fez as formações e as capacitações e tudo mais. Mas a minha formação com a RD foi muito intuitiva, a partir do meu próprio uso. Então, já fiz muitas formações para muitas pessoas, mas quem me formou foi a minha vida. (*Flávio*, entrevista concedida em 23 de abril de 2018)

A possibilidade de enfrentar os tabus sobre o consumo de drogas fez com que *Flávio* pudesse se “encontrar em algum lugar”. Foi por meio da Redução de Danos que ele encontrou o Consultório na Rua, a *prostituição* e os debates mais intensos sobre a legalização das drogas. Em cada lugar ocupado, as intuições de *Flávio* iam orientando as suas reflexões sobre como o “corpo” seria o eixo para se compreender a articulação entre o uso de drogas e o exercício da *prostituição*. As conversas com *Ana* e as narrativas das *prostitutas* deram a ele alguns sinais sobre como a compreensão do “corpo” seria fundamental para o trabalho com as *prostitutas*. Mais que isso, sem entender os limites variáveis desse corpo, o trabalho com os usuários, o trabalho sobre si mesmo e as reflexões sobre o *crack*, para ele, seriam impossíveis.

Acho que, talvez, páreo (em disputa) ou mais grave do que as drogas seja essa questão do corpo. Tem uma frase... Cê vê como tem tudo a ver? Que é uma frase fundamental da filosofia da RD que diz: da pele pra dentro quem manda sou eu. Então isso é uma linha filosófica que sustenta todo o direito de uso do seu corpo. Do modo como você compreende como se quer fazer. Não entra nem no juízo do bem ou do mal. Entra mais no juízo da liberdade de ter um

corpo. Quando eu me aproximei da APROS-PB, eu tinha muitas questões comigo. E elas foram, muitas delas, resolvidas na APROS-PB. E outras delas ainda perduram. Acho que é uma batalha para sempre. E *Ana*, a gente conversa muito, né? E quando eu me aproximei desse discurso, sobre o que é o corpo trabalhável. Tem-se essa concepção de que o corpo trabalhável são as mãos, os braços e a cabeça. E que jamais nenhuma parte sexual deve fazer parte desse corpo. Até porque a parte sexual parece não fazer parte desse corpo. Parece ser algo demonizado ou cientificado. Parece ser algo extra o resto do corpo. E convivendo na APROS-PB eu entendi que não tem como existir uma forma de trabalho que não usa o corpo. (*Flávio*, 23 de abril de 2018).

As narrativas de *Flávio* sobre o “corpo trabalhável” me levaram a pensar sobre como essa construção poderia me fazer entender o cotidiano das *noiadas*. O trabalho do corpo, o corpo como instância trabalhável e as performances de gênero e sexualidade foram delimitando a minha análise sobre a diferenciação entre *prostitutas* e *noiadas*. Sobretudo porque os efeitos do *crack*, somados a diversos fatores, modelavam os contornos desse corpo. A entrada e a saída desse universo – em que pessoas se transformam em *noiadas* – demonstravam que seria possível construir novos limites para o corpo trabalhável. Seria possível organizar as performances corporais não só pelo *trabalho sexual*, mas também pelo consumo de *crack*. Quando *Rebeca* me disse que utilizava várias substâncias, menos o *crack*, ela estava ativando a chave de inteligibilidade da ação do tempo de uso no corpo. Algo que afetaria muito claramente as *noiadas* e reforçaria as noções do corpo trabalhável de que tratou *Flávio*⁵⁴.

Havia certa obviedade narrativa que circundava essas falas. *Rebeca* só me explicou o que era ser *noiada* porque eu decidi perguntá-la. Da mesma forma que repeti essa pergunta, mesmo sabendo da resposta, a boa parte dos(as) pessoas que ouvi durante a pesquisa, sejam elas *clientes*, comerciantes, *prostitutas* etc. Comecei a me dar conta de que havia uma imagem consolidada sobre o que é ser *noiada*. Algo parecido com o que havia sido registrado por Taniele Rui (2009, p. 250) no seu trabalho de campo junto aos(as) usuários(as) de *crack* e redutores de danos. A construção de uma imagem do óbvio dava as cores e as formas aos corpos dessas pessoas. A aparência mal cuidada, os dentes sujos e a magreza eram características comuns que me eram apresentadas quando pedia mais detalhes sobre essa condição.

A repugnância e a “abjeção” construídas narrativamente pelos sujeitos indicavam que havia, nos termos de Taniele Rui (2009, p. 246), uma “corporalidade específica, que materializa um tipo social”. Ao utilizar o *crack*, os(as) usuários(as) estariam abrindo mão da

⁵⁴ Tenho ciência de que *Flávio* utilizou a expressão “corpo trabalhável” para fundamentar as suas análises sobre a possibilidade legítima de se exercer o *trabalho sexual*. Porém, a virada que faço converge no sentido de afirmar que se as experiências sociais e históricas têm o condão de direcionar o corpo para outras formas de trabalho, também é possível que esse corpo se altere à medida de outras relações, como o consumo de drogas. Utilizo a expressão emprestada de *Flávio* para compreender o corpo enquanto um “devir”, um campo sujeito a possibilidades plurais e imprevisíveis.

sua própria vida ao permitir que um repertório de efeitos maléficos sufocasse qualquer possibilidade de sobrevivência. O corpo e a substância se transformavam numa amálgama em que a experiência humana chegava ao seu limite (RUI, 2009, p. 246). O resultado dessas mutações produziu novas estratégias de violência e criminalização, bem como alterou a lógica da gestão dos territórios e dos programas realizados por *prostitutas* e por *noiadas*.

As marcas deixadas pelo uso do *crack* no corpo das *noiadas* apresentam um dos planos da diferenciação. A sujeira vai se imiscuindo no cotidiano das narrativas que acessei como uma forma de vida e sociabilidade. O “estar” sujo perde espaço para as narrativas do “ser” sujo. O contato direto com os pisos empoeirados, as calçadas, becos e vielas produz um ambiente de contiguidade entre a rua, o corpo e a sujeira. Os lugares se moldam às pessoas – e vice-versa – num movimento em que territórios, costumes, normatividades e imagens constroem as discursividades sobre como vivem as *noiadas*. As “cracolâncias”, por exemplo, apresentam-se como a fusão geográfica desses elementos. São nelas que os sujeitos desafiam as formas convencionais em que a vida, as decisões e a sobrevivência são desenvolvidas.

Nesse caminho, em que as decisões ocupam um lugar subjetivo – ou o que está da “pele para dentro” – e os espaços sofrem as mutações se constituindo no que está da “pele para fora”, alguns movimentos precisam ser registrados. O primeiro deles se consolida na compreensão das formas de diferenciação entre as *prostitutas* e das escolhas feitas pelas *noiadas*. Tais formas de diferenciação e escolhas percorrem performatividades de gênero e sexualidade, relações de raça e classe, constituídas a partir das narrativas sobre os modos de vida das *noiadas*. O segundo movimento trata sobre como as imagens produzidas sobre os(as) *usuários(as) de crack* delimitam os territórios, a vida e a morte. Todos esses movimentos produzem uma figura social específica que, como disse anteriormente, oxigena a construção da imagem do óbvio, daquilo que não precisa de explicações ou justificativas.

2.1. Primeiro movimento: as estratégias narrativas da diferenciação entre prostitutas e noiadas

Lara e Isabela estavam revoltadas. *Socorro* havia “aprontado” de novo. Dessa vez o problema era mais grave. Numa das manhãs de *batalha*, *Socorro* perseguiu *Helena* e, conseguindo roubar um *anel*, estava indo em direção à *Rua das Traças*. As mulheres da praça se reuniram, impedindo a fuga de *Socorro*. Porém, algo mais contundente precisaria ser feito. As *prostitutas* da praça resolveram expulsá-la com socos, empurrões e golpes de sombrinha. “Aqui, *noiada* não fica”, esbravejava *Isabela*. A briga, ocorrida em julho de 2012, reuniu

muitos espectadores, entre clientes, taxistas e pedestres. A justificativa da expulsão estava consolidada na falta grave cometida por *Socorro*: roubar uma *prostituta*. Porém, outras acusações se somavam ao histórico problemático de *Socorro*. O roubo dos clientes, o consumo de *crack* na praça e a “sujeira” que ela representava aglutinaram justificativas para que a expulsão se consolidasse.

Interlocutor A⁵⁵: O que foi que ela fez?

Isabela: Essa menina aqui é de longe, veio aqui para trabalhar, ela tem três filhos. Ela (*Socorro*) tomou o anel dela e queria tomar a bolsa da menina. Você acha que a gente ia deixar? A gente meteu o pau nela.

Interlocutor A: Foi agora tudo isso?

Isabela: Foi. Ela veio para roubar a menina e tomar as coisas da menina. Olha aqui ela toda cortada. Aí a gente reagiu.

Interlocutor A: Ela é usuária de drogas? Ela estava drogada?

Isabela: É. Tá. A gente batalha para sustentar a família da gente, é diferente. Ninguém vem aqui pra *noiar* não. A gente tomou as dores da colega.

Interlocutor A: Vocês a expulsaram?

Lara: Com certeza. A gente batalha, a gente não é daqui, ela vem pra praça pra sujar a praça. Ela sempre nóia. Ela nóia, rouba os homens no quarto, ela tira onda mesmo, geral. Ela acaba com a praça. [...] E ela vem pra praça sujar a praça. O dinheiro dela é pra *noiar* e roubar os homens.

Nas justificativas assumidas pelas mulheres, algumas nuances anunciavam os polos do conflito. De um lado, estariam as mulheres trabalhadoras, mães de famílias que não estavam na praça para consumir drogas, muitos menos para *noiar*. De outro, estaria *Socorro*, *noiada*, causadora de problemas, acusada de roubar clientes e *prostitutas*. *Socorro* “queimava” a imagem das *prostitutas* que iam todos os dias para a praça *batalhar* na busca de recursos para sustentar a casa e os filhos. Era inadmissível, portanto, permitir que alguém contrário a esses princípios permanecesse nesse ambiente. *Socorro* foi expulsa num movimento em que mães trabalhadoras, *prostitutas*, “limpavam” a praça da sujeira deixada pelas ações de alguém que não contribuía para o desenvolvimento do *trabalho sexual*. As ações de *Socorro*, entretanto, não pararam depois do ocorrido. Quando conversava sobre as suas condutas, sempre ouvia falar que ela era “complicada”. Que o *crack* impedia que ela tivesse os padrões mínimos de conduta suficientes para não cometer atos ilícitos ou causar confusões.

O relato que abriu a introdução deste trabalho foi o meu primeiro contato com *Socorro*. Novamente ela havia se envolvido em outra briga, dessa vez com *Joana*, três anos

⁵⁵ Por questões de segurança e para resguardar a identidade das mulheres, como já dito, não publicarei a fonte das informações.

depois, em 2015. O conflito surgiu porque *Socorro* havia se relacionado com o *ex-marido* de *Joana*. A convivência, mesmo com essa questão pendente, era tranquila. As duas foram para um quarto dar uns “pipoco”⁵⁶ e *Socorro* deixou *Joana* dormindo no *hotel* em que estavam. Antes de dormir, *Joana* avisou que seu ex-marido procurar-lhe-ia para entregar uma quantia em dinheiro. Pediu a *Socorro* que a avisasse da sua chegada. *Socorro* não acatou as orientações de *Joana* e, ao invés de informar ao *ex-marido* que *Joana* estava dormindo, disse que ela estava viajando. Na mesma oportunidade, foi para um quarto, do mesmo lugar em que estavam, e realizou um *programa* com o rapaz.

Joana: Ah! Ela tirou muita onda comigo, quando eu cheguei ela começou a me desmoralizar, eu não contei conversa não.

Breno: E foi por que aquilo?

Joana: Por nóia, por nada. Só coisa da cabeça dela mesmo. Ela tinha saído com esse cara meu. Eu já tinha passado a noite com ela, eu não curto mulher, não sou sapatão. Foi só por companhia. Eu trabalhei o dia todo, tinha ganhado um dinheirinho bom aí, eu paguei o meu pernoite, comprei uns negócios. Só que ela com a ambição de fumar tudo de uma vez, eu tava fumando devagar. E já tinha separado e guardado o dinheiro em outro canto pra não gastar.

Joana: Ela conhecia meu ex-marido, ela tinha curtido comigo a noite todinha, usou meu shampoo, usou minhas roupas, usou minhas paradas e eu adormeci. Aí eu disse: “*Socorro*, vai vir meu ex-marido aí trazer um dinheiro. Ela saiu, viu meu ex-marido e disse: óia! Ela foi embora pra Recife”.

Joana: Aí ela foi, pegou ele e levou para a pousada. Como os meninos da pousada gostam muito de mim, foram lá no quarto e disseram: óia! Teu ex-marido entrou agorinha pra dentro do quarto com essa menina que tava contigo no quarto. Eu não contei conversa. Tomei banho, troquei de roupa e pensei: vou tirar a prova se é ele mesmo. Quando eu tou comprando cigarro, aí ele vem subindo de cabelo molhado. Ele não sabia se subisse ou se descesse.

Joana: Ela eu peguei logo e comecei a tirar uma onda. Aí eu peguei e fiquei normal com ela, aí a gente fez as pazes de novo. Aí passou mais ou menos um mês ou dois meses e ela muito doida na rua, nesse dia eu não tinha usado nada não, eu tava com as minhas paradas, mas não tinha usado nada não. [...] (*Joana*, 20 de abril de 2018)

Passados alguns meses, depois de uma sessão de usos, *Socorro* “veio com os queixos dela”⁵⁷ e disse: “com você, eu não brigo de mão não, eu brigo de faca”. A discussão tomou proporções maiores e o relacionamento com o antigo *marido* também se tornou um problema.

⁵⁶ “Dar uns pipoco” ou “dar uns tiros” são termos êmicos que representam o barulho da pedra de *crack* passando do estado sólido para o gasoso. Os estalos são nominados pelos usuários de “tiros” ou “pipocos”. A velocidade do efeito da substância também influencia no significado. Em média, o *crack* produz efeitos em apenas quinze segundos após a aspiração da fumaça. Alguns usuários de *cocaína* também utilizam a expressão “dar uns tiros” como representação da velocidade dos efeitos após inalação do pó.

⁵⁷ Fala de *Joana* na entrevista concedida a mim. “Queixudo” possui vários significados nos lugares pelos quais passei. Pode representar alguém que sempre reivindica a razão para si ou alguém que procura motivos para brigar sem justificativa, apenas para demonstrar coragem. Vir “cheia de queixo” também pode indicar que alguém apresentou suas reclamações de forma ríspida e agressiva.

O conflito ganhou novamente alguns espectadores, inclusive *policiais*, que se dividiam em incitar a briga e acalmar os ânimos. *Socorro* mostrou um *punhal* que carregava na cintura. As ameaças com o objeto apontado para *Joana* foram suficientes para que as duas iniciassem a cena de agressões mútuas. *Joana* conseguiu desarmar *Socorro* e desprende um tijolo pequeno do chão, em forma de paralelepípedo, e passou a golpear a cabeça de *Socorro* sucessivamente. O risco iminente de algo mais grave acontecer fez com que as pessoas ali próximas separassem a briga.

Joana: Aí eu agi em minha defesa. Eu não fui para procurar confusão. Do jeito que eu me sentei ela veio. Aí disse: Com você eu não brigo de mão não, eu brigo de faca. Nem puxou a faca, nem nada.

[...]

Joana: Aí eu disse: já que tu não puxou a faca eu não vou ficar esperando não, vai ser eu e tu. Eu ia dando o paralelepípedo na fonte dela aí foi quando a polícia chegou e me levou. Eu agi em legítima defesa. Qualquer um faria a mesma coisa. (*Joana*, 20 de abril de 2018)

Ana me ligou minutos depois do que aconteceu. Como disse, eu ainda era estudante de graduação e estava terminando uma prova na faculdade de direito. Procurei por Roberta Fernandes, que dividia comigo o trabalho na APROS-PB, e fomos juntos até a delegacia. Liguei para o gabinete do delegado e expliquei que estávamos a caminho da Central de Flagrantes da Capital e pedi, mesmo sem ter prerrogativas de advogado, que nós pudéssemos conversar informalmente com as duas para lhes instruir minimamente sobre quais os próximos passos da burocracia penal daquele momento em diante. Dividimo-nos, eu e Roberta, para que as duas não se encontrassem e outros conflitos pudessem surgir. Ao chegar à delegacia, *Joana* já havia sido ouvida pelo delegado, que após a nossa chegada permitiu que fôssemos até uma sala reservada, com um agente da polícia, conversar com *Socorro*. Esperamos até que ela fosse conduzida para o local em que estávamos.

Socorro estava coberta de sangue. A sua cabeça possuía uma faixa que havia sido colocada para estancar o sangramento. O supercílio havia recebido alguns pontos da sutura feita pelo médico do ambulatório a que ela foi levada. As roupas estavam rasgadas e os arranhões marcavam o pescoço, os braços e o rosto. Quando ela entrou na sala, nós explicamos qual seria a melhor forma de lidar com o caso e as narrativas mais estratégicas para evitar acusações mais severas pelo delegado. *Socorro* pouco quis nos ouvir, disse que não importava o que acontecesse, “não tinha medo de cadeia”. Só bastaria sair e encontrar com *Joana* que ela iria se vingar, mesmo que as consequências fossem mais sérias do que aquelas que a briga causaria. Contou-nos, inclusive, que já havia sido presa e que possuía contatos em todos os presídios, sendo até melhor para ela ficar presa. Não conseguimos acalmar os ânimos e o delegado nos convocou para apresentar *Socorro* e realizar a sua oitiva.

Como *Joana* já havia sido liberada, Roberta preferiu levá-la de pronto para os exames de corpo de delito e eu fiquei com *Socorro* até a sua liberação. Na sala do delegado, *Socorro* não mudou a versão. Entrou nas dependências, onde a escuta seria realizada, cheia de “queixos”. Disse que mataria *Joana* e não a perdoaria por ter impingido tantos golpes em sua cabeça, podendo matá-la caso as pessoas não tivessem separado as duas. Os agentes da polícia comentavam que ela era *noiada* e não deram muita atenção para as declarações de *Socorro*. Cerca de quarenta minutos depois, ela foi liberada e a levamos, eu e *Ana*, para a realização dos exames de corpo de delito.

No carro, *Socorro* manteve o mesmo comportamento. Deixava claro que “não tinha nada a perder” e que estava decidida a “meter a faca” em *Joana* assim que a encontrasse. Preocupados com a situação, esperamos Roberta sinalizar que nós poderíamos ir até o instituto médico legal sem que o encontro com *Joana* pudesse acontecer. A situação havia alcançado níveis tensos demais e não consegui olhar para aquela cena com os olhos que estou dedicando a ela nos momentos atuais. Para mim, *Socorro* estava alterada por conta da confusão em que se envolvera e porque os efeitos do *crack* ainda estavam percorrendo seu corpo. A agitação, a agressividade e as constantes ameaças seriam os sinais que eu havia aprendido como parte das características para se identificar uma *noiada*. Após a saída da sala do médico legista, levei *Socorro* até o local em que ela trabalhava e voltei para a sede da APROS-PB.

As histórias sobre a cena protagonizada pelas duas foram se reproduzindo nas semanas seguintes. Algumas delas diziam que *Socorro* e *Joana* haviam brigado por conta da quantidade de *pedras de crack* que cada uma possuía após outra noite de usos. Outras reverberavam que o conflito foi originado pela briga “por macho”. Como estava preocupado com a conclusão do curso e as tarefas da APROS-PB, deixei aquele caso de lado e segui a rotina sem me dar conta dos tantos elementos suscitados pela briga. No decorrer das semanas, encontrei com *Joana* diversas vezes. Ela passou a frequentar as atividades da APROS-PB e estreitar os laços com a equipe. *Socorro*, por sua vez, não foi localizada por nós nem mesmo quando o Oficial de Justiça veio até a instituição intimar as duas para o comparecimento à audiência de conciliação⁵⁸. O delegado à época atribuiu às duas apenas a contravenção penal denominada “vias de fato”⁵⁹.

⁵⁸ A audiência de conciliação é utilizada para que duas pessoas em conflito possam resolver seus problemas através da mediação de um terceiro indicado pelo Estado. A briga ocorrida entre as duas seria um dos casos para que o conflito pudesse encontrar o fim a partir desse instrumento.

⁵⁹ A lei de Contravenções Penais (Decreto Lei n. 3688/41) elenca crimes de menor potencial ofensivo. Os autores de crimes dessa natureza podem sofrer penas de prisão simples e multa. Em regra, as prisões são

Nas entrevistas que fiz com *Joana* e *Flávio*, priorizei compreender as mobilizações narrativas que demonstrassem os critérios de diferenciação entre *prostitutas* e *noiadas*. *Flávio* foi mais além nesse movimento e deixou claro que era usuário de *crack* há mais de vinte anos. Com as experiências de *Flávio* em mente, fui conversar com *Joana* sobre a briga e o seu cotidiano enquanto *prostituta* e *usuária de drogas*. Comecei a construir pontes entre as narrativas e desconstituir as imagens que carregava comigo sobre o que era ser ou não uma *noiada*. Isto, sobretudo, porque *Flávio* não apresentava os sinais que comumente eram reproduzidos sobre as pessoas que consumiam a substância. Ele falava abertamente da habitualidade do seu uso, inclusive em oficinas e cursos que ministrava sobre Redução de Danos a outros(as) profissionais de saúde. Passei a compreender que as performatividades de gênero e sexualidade e as assimetrias das relações de raça e classe eram a base fundamental para a construção das diferenciações.

O primeiro sinal dessas assimetrias ou desigualdades foi experimentado por mim no momento posterior à banca de qualificação. Ao reler o texto, percebi que havia dado nomes fictícios a todas as pessoas que entrevistei, porém o único que possuía sobrenome era *Flávio*. Na versão anterior, ele se chamava “*Flávio Costa*”. Dediquei parte do tempo pensando que eu estaria conferindo uma distinção a *Flávio* que não era apenas nominal, mas que representava formas de garantir o espaço do “psicólogo”, do “reduzidor de danos” e do “acadêmico”. Como se o uso do *crack* experienciado por ele funcionasse como um modelo, um exemplo a ser seguido. Mais que isso, o sobrenome era o espaço legítimo da geracionalidade, do parentesco e de que as suas narrativas teriam, no meu sentir, relevância mais significativa. Imediatamente, percebi que a imagem do óbvio também estava impregnada nas minhas conclusões, por mais que eu quisesse aqui denunciá-la. Isso se deu também porque passei a reproduzir formas de racialização das quais queria me afastar. *Flávio* é branco, homem, de classe média, possui ensino superior completo e pós-graduação. *Joana* e *Socorro*, entretanto, são negras, pobres e tiveram pouca ou nenhuma experiência de escolarização.

O resultado dessas reflexões me fez perceber que, se a condição de ser/estar *noiada* seria o fato de fumar *crack*, *Flávio*, *Joana* e *Socorro* deveriam ocupar igualmente essa denominação. Quando me dei conta dessas questões, percebi que as assimetrias das relações de gênero e sexualidade, raça e classe seriam o eixo das diferenças entre *prostitutas* e *noiadas*.

substituídas por trabalhos voluntários e doações de materiais para Organizações sem Fins Lucrativos. As “vias de fato” correspondem ao artigo 21 da lei e significa que duas pessoas ou mais se agrediram mutuamente sem causar lesões. Como a dinâmica processual penal é confusa e alguns sujeitos e crimes se perdem na burocracia jurídica, as duas não foram mais contatadas por autoridades públicas e o processo foi arquivado no final de 2018.

Principalmente porque, da forma que estava pensando e escrevendo, “*Flávio Costa*” seria um *usuário de crack*, enquanto *Joana* e *Socorro* seriam *noiadas*. Fui aos poucos alinhando as pontas soltas da análise e tentei, de alguma forma, perceber que se eu havia reproduzido essas distinções anteriormente, provavelmente as narrativas oriundas do trabalho de campo caminhariam da mesma forma. As contribuições de Avtar Brah (2006), Taniele Rui (2012) e Judith Butler (2015) me auxiliaram a tecer algumas considerações sobre as formas de diferenciação entre *prostitutas* e *noiadas*.

A expulsão de *Socorro* da *Praça Catolé do Rocha* marca a forma como as concepções referentes a “trabalhadores” e “bandidos” ocupam a agenda desse conflito. As narrativas que justificavam a intervenção surgiram num contexto em que uma “mãe de família” havia sido roubada por uma *noiada*. A falta grave cometida por *Socorro* impedia que ela ficasse naquele local compartilhando o cotidiano com as outras *prostitutas*. “A gente *batalha* para sustentar a família da gente, é diferente”. As dessemelhanças entre *Socorro* e as outras mulheres gravitavam nas narrativas pelas vias do trabalho. Ela não poderia permanecer ali sem obedecer à dinâmica das trabalhadoras. Chegar cedo, respeitar os clientes, não usar drogas em público e não aceitar *programas* abaixo do valor seriam alguns dos princípios a serem seguidos.

Socorro representa o que Avtar Brah (2006, p. 332) considerou como “sinal *contingente*”. Ao analisar as formas de racialização, Brah (2006, p. 332) registrou que a figura do “negro” surgiu como sujeito político a partir de códigos coloniais que demonstravam as relações de subordinação entre colonizadores e colonizados. Nesse contexto, as populações africanas-caribenhas e do sul da Ásia foram sendo diferenciadas a partir do que Brah (2006, p. 333) chamou de “racismos centrados na cor”. Na opinião da autora, o sinal de diferenciação (“negro”) surgiu como estratégia de racialização das relações de gênero e classe experienciadas por esses sujeitos. A produção da diferença uniformizaria internamente os grupos que possuíam pessoas “não-brancas”. Em linhas gerais, grupos vindos de países distintos seriam considerados culturalmente homogêneos a partir da criação desse sujeito “negro”.

O surgimento desse “outro” seria uma das explicações para a construção de ações políticas em diferentes níveis. Assim como o “negro” em Brah (2006), as *noiadas* se comportam de forma análoga nesse movimento. Tomadas como população contingente, as mulheres usuárias vão compondo os conflitos a partir dos atravessamentos das relações de raça, classe, gênero e sexualidade. As narrativas de criminalização apareceram para denunciar *Socorro* a partir do consumo contumaz de *crack*. À época da briga, *Socorro* não possuía

residência fixa, tendo que passar o dia tentando conseguir algum dinheiro para pagar o pernoite em alguma pousada. Também não se conhecia o destino dos seus filhos(as) ou até mesmo a existência deles(as). Já havia conhecido o sistema penitenciário algumas vezes e era facilmente identificada pelos *policiais* da região. Aparentemente não tinha medo de ser presa, chegando a afirmar em diversas ocasiões que a prisão seria uma saída até melhor para sua vida. Do mesmo jeito que ameaçou “meter a faca” em *Joana*, caso a encontrasse mais uma vez, repetiu as ameaças no dia em que foi expulsa da praça. “Pode vim de mói, bando de *mizera*, vou meter a faca em cada uma”. No dia em que conversamos na delegacia, ela inicialmente recusou a nossa ajuda, disse ser sozinha na vida e não precisar de ninguém. Logo após, chorou, debochou da nossa presença e sorriu.

Na briga, *Socorro* está sozinha. Não se sabe sobre a condição ou não de sua maternidade, ela não possui laços de solidariedade e ninguém interveio em sua ajuda. São muitos sinais de que ali não poderia ser o seu lugar. O território estava marcado, contingenciado. As mães trabalhadoras, do contrário, ajudavam-se. Metiam o pau, metiam a mola. Carregavam consigo os ideais coletivos de que a praça era um lugar de *batalha*, destinada a prover recursos para o sustento dos filhos. E eles iam disputando o discurso em números, três de uma, cinco de outra. Do outro lado, *Socorro* se comporta da forma em que parte significativa das pessoas reconhece uma *usuária de crack*. Saiu do epicentro da briga ameaçando as suas agressoras e maldizendo as pessoas que observavam a confusão. Não tinha medo, muito menos refreava as suas ações para tentar se defender das acusações.

O processo de “desfamiliarização” de *Socorro* é uma forma recorrente de como as performatividades de gênero e sexualidade são fundamentais para decifrar algumas estratégias dos modos em que são tecidas as relações de raça e classe. As oposições entre *prostitutas* e *noiadas*, logo entre trabalhadores e bandidos, ancoraram-se em distinções que Brah (2006, p. 337) chamou de “etnicistas”. No contexto analisado pela antropóloga (BRAH, 2006. P. 337), alguns grupos definiriam as necessidades comuns e os perfis dos sujeitos que estariam subsumidos às tarefas relacionadas a essas necessidades. Em outras palavras, apenas as *prostitutas*, naquela ocasião, carregariam os elementos de premência que o “trabalho”, a “família” e os “filhos” exigiam.

A constituição de uma identidade das *prostitutas* compõe as posicionalidades daquelas mulheres e de tantos outros sujeitos dessa relação. As práticas cotidianas e as assimetrias das relações de poder construíram as diferenças discursivas entre as coletividades de mulheres que utilizam ou não o *crack*. Entretanto, essas distinções discursivas são construções performativas de uma possível imagem da mulher *noiada*. As *prostitutas* da *praça* poderiam,

inclusive, até fazer o uso da substância, mas por cumprir com as regras estabelecidas, a imagem da sujeira não lhes atingiria. O que demonstra, em linhas gerais, que o problema não se concentra unicamente na utilização do *crack* e, sim, na constituição performática da distinção. A diferenciação se tornou, portanto, o ponto focal das relações sociais e a participação da imagem do óbvio foi fundamental nesse processo. Quando *Lara* justificou a expulsão de *Socorro* da praça, o argumento da sujeira retornou com outros significados e alcances. “Ela vem pra praça sujar a praça”. A especificidade da sujeira enquanto característica das *noiadas* organiza as ações no sentido de limpar a praça dos costumes e práticas pouco domesticáveis que *Socorro* desenvolvera. A limpeza contingencial daquele espaço oxigena as convenções de racialização do gênero e impõe as fronteiras e códigos normativos que *prostitutas* e *noiadas* deverão seguir (BRAH, 2006, p. 374).

Entretanto, a diferenciação das *noiadas* enquanto grupo não faz parte apenas de um movimento protagonizado apenas por *prostitutas*. Agentes e setores de Estado têm participação substancial na criação desse “outro”. As campanhas do Ministério da Saúde e seus cartazes apregoados nas salas de espera das unidades de saúde, as falas de juízes e parlamentares sobre o *crack* destinadas aos sujeitos que “dormem no chão, que comem lixo” e os sermões dos pastores na *Praça da Gala* são exemplos dessa integração. As imagens dos corpos que possuem maior “engajamento com o *crack*” são exibidas para que as pessoas conheçam a que ponto um usuário poderá chegar (RUI, 2009, p. 262). Nos termos de Judith Butler (2015), ao lançar os olhos sobre as “vidas precárias”, o imaginário coletivo se organiza e absorve a “percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las” (BUTLER, 2015, p. 15). Na conversa que tive com *Joana* sobre a sua briga com *Socorro*, o papel de determinados agentes de Estado nesse processo de diferenciação ficou mais aparente.

Breno: Os policiais pegaram tuas coisas?

Joana: Ah, não! Os policia gostam de mim e eu tenho muito conhecimento. Ele falou: *Joana*, você tá com alguma coisa? Faça assim: desça, vá simhora. Aí como choveu viatura, eu fui descendo e os policiais da ROCAM disseram: é você mesmo. Aí ela se levantou e disse que era eu, como eu tava toda melada de sangue, me pegaram. Só que eu não saí algemada.

Quando eu cheguei na delegacia os policiais disseram: Essa menina aí a gente conhece, ela é vítima de muitas coisas. Porque os policiais me conhecem da noite e sabe que eu não sou envolvida com essas coisas. Agora essa outra (se referindo a *Socorro*) a gente sabe que ela tá envolvida com roubo de loja e de peças íntimas.

[...]

Breno: E os policiais te ajudaram nessa confusão toda?

Joana: Ajudaram sim. Eles deixaram eu dar quase uma hora de pau nela. Aí quando ficou mais sério, foram lá separar.

Joana: Depois que eu saí de cima dela, aí o policial perguntou: Joana, você tá com alguma coisa? Eu disse: tou. Aí foi quando ele disse: desça com a sua bolsinha e esconda. Foi justamente quando a ROCAM me pegou. Só que deus botou outro policial na minha vida. (Joana, 20 de abril de 2018)

No momento em que *Joana* rememorou o episódio da briga, alguns elementos foram compondo novamente a cena. À época dos fatos, algumas movimentações ajudaram para que cada uma recebesse um tratamento distinto dos policiais. *Joana*, por ser conhecida pelo histórico de sua “boa conduta”, teve a oportunidade de esconder as *pedras de crack* que carregava consigo e recebeu um tratamento melhor dos *policiais* que realizaram a sua condução até a delegacia. *Socorro*, por sua vez, foi levada algemada para o hospital em que recebeu o atendimento médico, ameaçava as pessoas, “xingava” os policiais e expressava novamente que “não tinha medo de cadeia”.

Joana: Eu fui normal na viatura e os policiais que me conhecem foram conversando comigo. Agora a outra é desbocada, não respeita policial, não respeita as outras parceiras de trabalho, quer ser mais do que as outras. Muito desbocada. O palavreado dela é muito baixo.

Joana: E depois, quando Roberta me deixou no ponto do ônibus, eu voltei para a pousada, tomei meu banho, fumei minha coisa e subi pra fazer meus programas normal. E todo mundo gostou. Até os mendigos da rua disseram: gostei coroa⁶⁰ que você deu uma pisa nela, que ela não respeita ninguém. Ela desmoraliza muito. O negócio dela é roubar. A gente não tá aceitando ela lá.

Joana: Ela é safada, por isso que eu fiz isso com ela. Ela vai pro quarto, diz que o programa é “tanto”. Quando vai para o quarto, ela já diz que é outro “tanto” e começa aquela discussão com o cliente. Ela tava sujando também. Ela não respeita ninguém. (Joana, 20 de abril de 2018)

A distribuição de papéis distintos na briga, que ocorrera na *Rua das Traças*, é emblemática para analisar algumas mobilizações narrativas sobre o caso. No episódio, *Joana* aparece ora como vítima, ora como heroína. “Ela é vítima de muitas coisas”. Depois que elas voltaram para o ponto de trabalho, diversas *prostitutas* conversaram comigo e defenderam a sua postura e coragem ao enfrentar a situação. *Socorro*, entretanto, aparece nas duas situações como alguém que mereceu sofrer as agressões. Os adjetivos permaneceram para caracterizar a forma como ela lida com as outras pessoas: “palavreado baixo”, “muito desbocada”, “não respeita ninguém” etc. A imagem da vilã, que de tão detestável tem seus infortúnios

⁶⁰ *Joana* foi chamada de coroa porque possui cerca de 45 anos. *Socorro* possui idade aproximada podendo ser um pouco mais velha do que *Joana*.

comemorados “até por *mendigos*”, é construída a partir de distinções criminalizantes que caminham pelas narrativas oficiais de Estado e por outras vias discursivas.

A “gestão diferencial das ilegalidades” de que trata Foucault (2007) em seus trabalhos recebe aqui outros contornos dados por Avtar Brah (2006) e Taniele Rui (2009) na análise sobre a atividade de diferenciação e a vida dos *usuários de crack*. Quando Roberto Efrem Filho (2017) analisou as estratégias de criminalização nas narrativas de Estado e dos movimento sociais, algumas percepções do seu trabalho de campo demonstraram que as formas de criminalização caminhavam de forma difusa. Não existiria, portanto, a figura única do “Estado” atuando na criminalização dos sujeitos. O que há, de fato, é um conjunto complexo de relações assimétricas de poder, das quais o Estado participa, que torcem os limites das experiências e as tornam umas mais criminalizáveis do que outras. “Trabalhadores” e “bandidos” vão disputando as imagens entre si e a capacidade de serem um e outro à medida das condições de sua existência. *Alana e Paulo, Joana e seus boys/meninos, Socorro e seus “queixos”* são exemplos das torções empreendidas narrativamente pelos sujeitos.

Quando Taniele Rui (2012, p. 255) pesquisou junto à Cracolândia, em São Paulo, alguns de seus interlocutores possuíam formas diversas de lidar com o consumo de *crack*. As condições de higiene, o uso do *crack* e as situações familiares variavam entre as pessoas com que a pesquisadora conversava. Não havia uma uniformidade entre os(as) seus(as) interlocutores(as), não sendo possível traçar um perfil sobre o que é de fato ser ou não um(a) “nóia”. O argumento de Avtar Brah (2006, p. 374) para esse quadro é o de que as diferenças se esteiam numa prática colonialista de tornar determinados grupos, para Brah (2006) o “negro”, internamente iguais, de modo que a pluralidade de formas de vida fosse sendo sufocada pelas relações desiguais de poder.

Ao tomar conhecimento dessas questões, propostas pelas autoras, percebi que *Joana e Socorro* eram sinalizadas por práticas distintas. Disse anteriormente que *Socorro* se comportava como o “sinal *contingente*”, devido ao fato de sua condição de *usuária de crack* aparecer especificada antes de qualquer outra adjetivação. Quando *Joana* me contou sobre os meandros da briga, compreendi, entretanto, que *Joana* caminharia nas fronteiras desse “sinal”. Ela se comportaria a partir de conformações híbridas que garantiriam passar despercebida pelos lugares ou ser tratada como “vítima” em outros. “Eu ando assim na rua toda arrumadinha, quem me vê nem sabe que eu fumo *pedra*”. A capacidade de desenvolver estratégias miméticas possibilitou a ela se livrar de situações embaraçosas, de abordagens

policiais mais violentas e de desenvolver uma relação amistosa com as *prostitutas* e *clientes* que frequentam os seus espaços de sociabilidade.

O caminho que quero trilhar para compreender as nuances das diferenciações segue as pistas deixadas pelas duas no decorrer de suas histórias. Ao analisar o papel desempenhado por *Socorro* nas duas brigas, percebi que esse “sinal *contingente*” não era um “dado” ou uma inferência de mão única protagonizada pelas pessoas que a conheciam ou viam suas práticas na rua. O seu comportamento era resultado da capacidade de agenciamento frente aos conflitos. As performances de gênero e sexualidade desenvolvidas por ela são explosivas, escapam a uma reação comum e exibem ousadia. É que na rua, não há tempo para o medo. “Pode vim de *mói*, bando de mizera, vou meter a faca em cada uma”. Os períodos no sistema prisional, as noites sem dormir, a necessidade de estar sempre atenta às violências criaram uma capa em *Socorro* que ora aparece como “sujeira”, ora aparece nos seus “queixos”. Todas essas situações indicam que *Socorro* construiu essa imagem a partir de suas condições de vida, mas também motivadas pela presença do “Estado” no seu cotidiano. “Tá pensando que eu ‘como’ pra polícia é?”⁶¹.

A gestão dessas imagens passou pelas iniciativas de vários agentes de “Estado” e confirmaram o modo como as vias de criminalização e de diferenciação dos sujeitos são embaralhadas nas práticas políticas. *Joana* aparece como pessoa pacífica, vítima de seu uso e de suas escolhas “erradas” na vida. “Mas aí quando eu cheguei lá (no seu primeiro *cabaré*, logo quando voltou da casa da tia), foi o caminho e o fim. Eu caí nessa vida. Aí eu conheci a droga, que eu não conhecia.” Os policiais confirmam, inclusive, que a conhecem e que “sabem o que ela passa”. Com um pouco mais de atenção, percebe-se que a agressividade de *Joana* vai sendo feminizada, pacificada. Quando entrei na sala do delegado, vi a pedra e o punhal que estavam no chão da sala. Provavelmente, segundo a própria *Joana*, se os espectadores não tivessem “tirado ela de cima” de *Socorro*, algo pior poderia ter acontecido. “Eu ia dando o paralelepípedo na fonte dela, aí foi quando a polícia chegou e me levou”.

A uniformização das usuárias de *crack* foi perdendo espaço quando passei a analisar as relações travadas por essas mulheres. Os resultados do consumo da substância apareceram em estágios diversos, sendo impossível prever os comportamentos de alguém tão somente pela sua relação com a *droga*. A imagem do óbvio foi sendo, pouco a pouco, fragmentada em experiências múltiplas amplamente passíveis de alterações. Pude ver *Joana* e *Socorro* em situações distintas que variavam a partir de fatores que ultrapassavam as fronteiras do

⁶¹ “Comer corja”, ou apenas “comer”, significa ter medo ou se subordinar a algo ou alguém.

consumo de *crack*. Não consegui apreender, portanto, a linearidade entre o uso da substância e os estágios de degeneração humana. A habitualidade com que o *crack* ocupava as suas vidas também não encontrava uma continuidade capaz de consolidar qual o nível de profundidade que elas mantinham com a substância.

Outro fator que gerou algumas desconfianças sobre esses conflitos e diferenciações surgiu da possibilidade de fluidez entre ser *prostituta* ou *noiada*. Encontrei muitas histórias, que me fizeram conversar com várias pessoas, sobre os movimentos de como cada *profissional do sexo* pôde ir e vir entre as experiências do *crack*. Em nenhuma delas consegui apreender formas repugnantes de vida. Do contrário, percebi que o imprescindível para permanecer nos lugares estaria mais relacionado ao cumprimento de códigos morais de sociabilidade do que à relação com o *crack*. Em linhas gerais, percebi que a *noiada* é uma criação imagética de situações específicas e contextos determinados. A concepção desse quadro se consubstancia em outro movimento narrativo que denuncia algumas transversalidades de que o fenômeno do consumo de *crack* participa.

2.2. Segundo movimento: sobre a vida, a morte e os territórios

Andressa foi encontrada morta no chão de um dos quartos do *Hotel Andaluz*. Seu corpo apresentava sinais de *espancamento*. O rosto e o pescoço indicavam que alguém lhe havia *estrangulado* com um lençol. No chão restavam algumas *pedras de crack*, *cachimbos*, *preservativos* e *cigarros*. Um cliente foi visto, pelo sistema de câmeras do *hotel*, entrando junto com *Andressa* no quarto em que ela foi encontrada. Logo após sua saída, os funcionários do *hotel* desconfiaram da demora em desocupar o quarto e foram até o local se certificar sobre a presença de mais alguém no lugar. Não obtendo resposta, resolveram derrubar a porta e entrar no quarto. O corpo de *Andressa* estava enrolado no mesmo lençol que provavelmente oportunizou a sua morte. A polícia e a imprensa foram acionadas e as narrativas sobre o ocorrido eram uníssonas em afirmar que havia sido mais uma morte em virtude de “consumo e tráfico de drogas”.

Maria Eduarda morreu na calçada do *bar* de *Pâmela*. Após uma intensa perseguição pelas ruas da cidade, seu corpo não tinha mais fôlego para suportar as seis balas que carregava. Caiu na porta do *cabaré*. “Aí a confusão tava feita. Corremos e ligamos pro SAMU, mas ela já tava morta. Foram seis tiros. Ela vinha subindo a rua. Parecia coisa de

filme, ela cheia de bala correndo e caindo na porta do bar⁶²”. No inquérito instaurado pela polícia, *Maria Eduarda* foi morta por conta do “acerto entre traficantes locais”. O suspeito do seu assassinato foi encontrado, mas meses depois foi liberado por não haver testemunhas sobre a autoria do crime. Nas buscas realizadas pela polícia, alguns informantes afirmaram que *Maria Eduarda* estava “muito braba”, devia alguns valores relativos ao seu consumo e à prestação de contas de algumas vendas que ela fizera. O local da morte “confirmava” a sua condição de *noiada*: morreu a poucos metros de uma “cracolândia”.

Cassiana foi deixada numa lata de lixo próxima ao local em que morava. Ela foi colocada de cabeça para baixo, teve sua boca amordaçada, as mãos e os pés amarrados. Na parte frontal da sua cabeça havia uma marca do projétil que ocasionou a sua morte. As fotos do laudo cadavérico indicavam de pronto quem *Cassiana* representava. Em cima de seu ventre foram colocadas as *pedras de crack*, algumas *chaves* e um *cachimbo*. Os objetos ilustravam, nas fotos, os elementos que indicavam os porquês de sua morte. *Cassiana* fazia *programas* e era conhecida pelo consumo de *crack*. “Você não viu naqueles apartamentos ali perto do *Hotel dos Lusíadas*? Você não viu que mataram a *menina esquartejada*⁶³? Por acerto de drogas, a *menina* estava devendo R\$ 600,00 e o ‘homem’ mandou lá de dentro o *aviãozinho* matar e botar na bolsa de plástico, aí a pessoa fica com medo⁶⁴.”

Os relatos das mortes de *Andressa*, *Maria Eduarda* e *Cassiana* fornecem um choque imediato. Recebi todas elas com muita angústia e li repertórios institucionais parcos que continham as “justificativas” de suas mortes. Das três, só consegui acessar dados oficiais de *Maria Eduarda* e *Cassiana*. Mesmo assim, encontrei a resistência de vários(as) servidores(as) da polícia, inclusive dos institutos de polícia científica, para localizar os documentos comprobatórios dos fatos. Nenhum inquérito ou laudo era fácil de ser encontrado. As caixas de arquivos guardavam dados de muitas mortes e até os chefes de investigação sequer lembravam onde essas informações poderiam ter sido guardadas. Os três procedimentos não obtiveram êxito em localizar os possíveis agentes que provocaram as mortes das três mulheres. Dois deles se perderam na confusão institucional dos órgãos investigativos e não chegaram a se converter em processo⁶⁵.

⁶² *Pâmela*, 18 de junho de 2017.

⁶³ Não há comprovação de que *Cassiana* tenha sido “esquartejada”. De acordo com as fotos a que tive acesso e os relatos das pessoas que a encontraram, inclusive de peritos, a sua morte foi ocasionada por “tiro disparado por arma de fogo”.

⁶⁴ Entrevista concedida por *Joana* em 20 de abril de 2018.

⁶⁵ Quando um crime acontece, a Polícia Civil, através do(a) delegado(a), deverá instaurar um procedimento investigativo denominado “Inquérito Policial”. Após dez dias, segundo o art. 10 do Código de Processo Penal, o inquérito deverá ser encaminhado para o Ministério Público contendo informações sobre quem cometeu o crime (autoria) e os meios e modos com que a conduta foi executada (materialidade). O Promotor de Justiça,

As mortes, e os relatos sobre o ‘fim’, ocuparam longas conversas e muitas páginas dos cadernos de campo. As narrativas apresentavam o *crack* como o caminho mais rápido para que as pessoas encontrassem a morte. Iniciei um processo de desconfiar sobre essa inexorabilidade entre o consumo da substância e a morte. O olhar sobre esses episódios passou novamente pelas narrativas de *Flávio*. Perguntei a ele sobre os motivos pelos quais as pessoas relacionavam o *consumo de crack* à morte de forma tão automática. Ele já havia declarado que utilizava a substância e se incomodava com algumas “convenções sociais” sobre o *crack*. Sobretudo, aquelas convenções destinadas às pessoas que estavam em condições assimétricas nas relações de poder e ao mesmo tempo consumiam o *crack*.

Quando *Flávio* encerrou as suas considerações sobre as perguntas que fiz, compreendi que a morte seria uma das categorias mais relevantes para se analisar a complexidade das narrativas que circundavam as *noiadas*. Os significados surgidos a partir de algumas inserções nos quadros que apresentei serão imprescindíveis para perceber como as articulações entre *crack*, morte e violência se dão. Os “enquadramentos” dessas mortes e as formas ilustrativas as quais cada corpo foi disposto denunciaram que diversos componentes transitavam na forma como as imagens eram geridas. Mais do que isso, procuro investigar como a organização dessas narrativas se direcionam e ocupam as narrativas oficiais de “Estado”, da “mídia” e dos sujeitos que convivem com o *crack*, sejam eles usuários ou não. Analiso, portanto, as narrativas que suscitam as articulações entre o consumo de *crack* e a morte, bem como as mobilizações que compõem as interpretações e as falas sobre os assassinatos das três mulheres.

Breno: Como o crack tem acompanhado a vida dessas pessoas? Eu escuto muito que o crack é o fim: é o fim da prostituição é o fim dos sujeitos. Nessas tuas andanças, como é que você vê tudo isso? Porque a mídia sempre coloca o crack como o fim ou a pedra da morte.

Flávio: [...] quando o Dráuzio Varella fez um programa na Cracolândia, em São Paulo, e falou que o crack viciava na primeira vez em que era fumado e o Oxi era mais forte que o crack, aumentou o uso – não sei ao certo a precisão do dado – de modo estrondoso. E os meninos perguntavam ao Consultório na Rua do Espírito Santo pedindo informações e querendo saber quando o Oxi chegava lá.

Flávio: Então quem disse que todo mundo quer viver? Quem disse isso? Porque quem tem essa massa, essa coletividade, dizendo que todas as pessoas querem viver? Quem é que acha que todo mundo quer viver o tempo todo? Os iludidos.

Flávio: As pessoas não querem viver o tempo todo. As pessoas querem morrer às vezes, aos poucos, aos pedaços. As razões disso são inúmeras. Mas o crack tem essa função social, de ser algo que as pessoas podem morrer de repente. Ou será algo,

representando o Estado, deverá ingressar com uma Ação Penal contra o agente que supostamente cometeu o crime. O procedimento inquisitorial, a partir disso, é incluído no processo para subsidiar a ação e as estratégias do Ministério Público na condenação do agente causador dos efeitos de sua conduta.

que ainda assim tendo prazer, porque é uma droga muito prazerosa, pra quem usa. É habitar esse lugar da morte. Do mesmo modo que a prostituição, a drogadição, as pessoas que moram na rua, tem uma similaridade de paradigma, pelo fato de ter a rua no meio, pelo fato de ter condições de risco, pelo fato de não ter segurança. O outro lado também tem suas coisas. (*Flávio*, 23 de abril de 2018).

Os questionamentos sobre os desejos das pessoas de viver ou morrer disputam os limites de alguns valores que aparentemente parecem ser absolutos. A relativização desse desejo de viver, entretanto, só seria possível num contexto em que os sujeitos utilizam de suas armas e estratégias para que as vidas caminhem pelas fronteiras do seu fim. É inadmissível, a princípio, aceitar que alguém queira morrer. Porém, é possível que, em determinados contextos, os desejos de se estar cada vez mais próximos à morte façam parte do repertório de algumas vidas. De fato, há alguns contornos analíticos que são necessários fixar. O desejo pela morte não corresponde a uma vontade de alguém ser morto. O primeiro é a capacidade de agenciar os seus modos de existência, experimentando situações limítrofes que causem determinadas sensações. A segunda indica a existência, por exemplo, de atos de violência que objetivam a morte de alguém.

A relação entre essas duas questões, contudo, passou a apresentar algumas intersecções no cotidiano das *usuárias de crack*. A aparição do “oxi”, na fala de *Flávio*, ilustra como esse movimento ocorre. O *oxi* possuía alguns elementos favoráveis aos(as) usuários(as). A garantia de maior rapidez nos seus efeitos e a comercialização da substância a preço mais acessível saltou aos olhos. Ao procurar os redutores de danos na busca pela nova substância, os(as) usuários(as) se colocam numa fase mais avançada da busca pelo limite. É a partir disso que o desejo pela morte vai sendo torcido nas relações assimétricas de poder. Diferentemente de outros grupos que buscam estar no limite da morte⁶⁶, os(as) usuários(as) experimentam um processo de precarização das suas vidas. As relações de gênero e sexualidade, raça e classe fornecem, nesse sentido, o pano de fundo da organização desses elementos. Quando se deseja a morte, as vidas que valem menos e os corpos menos desejáveis precisam desenvolver estratégias para não serem mortos. A intersecção, portanto, dá-se no momento em que a violência passou a mediatizar as relações entre os sujeitos que procuram, ou não, estar no limite da morte.

A vida, portanto, dependerá de enquadramentos específicos para ser considerada de fato uma vida. Ao pensar sobre isso, Butler (2015, p. 14) compreendeu que o ato de “apreender uma vida” dependeria de “operações de poder”. Assim, uma vida só poderia alcançar seu status vivo a partir de mobilizações e significações definidas em processos

⁶⁶ Por exemplo, os praticantes de esportes radicais.

históricos, políticos, econômicos e culturais. Desse ponto seria possível entender que todas as vidas são necessariamente precárias, porque delas dependerão variados fatores para que alguém tenha a sua vida mantida. Os traços que Butler (2015, p. 16) desenhou indicam que a vida não possui valor absoluto para todas as pessoas. Algumas vidas são mais passíveis de luto e comoção no momento em que são lesionadas, o que significa que a precarização atua de maneira desigual. A autora deu a esse fenômeno o nome de “alocação diferencial da condição precária”. É nessa gestão diferencial que a vida das *noiadas* é considerada menos vida, ou menos viva. Sobretudo, nos contextos em que os marcadores sociais da sujeira, da magreza, da saúde bucal etc. atuam como indicadores de que alguém perdeu o controle da vida para o *crack*.

A contiguidade entre o corpo e a substância materializam convenções de gênero, sexualidade, raça e classe que atuam na constituição da coisificação e da abjeção das *prostitutas usuárias de crack* (RUI, 2009, p. 262). As lesões e violações desses corpos, portanto, importam menos. Logo, passam a ocupar o espaço da confusão burocrática dos papéis e procedimentos policiais que nunca consegui acessar. A condição para se reconhecer alguém dependerá da forma como as performatividades dos sujeitos disputarão as normas que fixam os critérios para que alguém seja reconhecido. Ao tratar sobre essa questão, Butler (2015, p. 21) considerou que “uma vida tem que ser inteligível *como uma vida*, a fim de se tornar reconhecível. Assim, da mesma forma que as normas da condição de ser reconhecido preparam o caminho para o reconhecimento, os esquemas de inteligibilidade condicionam e produzem essas normas”. *Andressa, Maria Eduarda e Cassiana* possuíam uma relação profunda com o *crack*. Logo, elas estavam na fronteira dos “marcos de reconhecimento” onde alguém poderá, ou não, ser reconhecido enquanto corpos possíveis de se converterem em vítimas. Se as usuárias não possuíam o status de vida antes das suas mortes, se o *crack* é a *pedra da morte* e quem ingressa no “mundo das drogas” está fadado a perder o controle sobre a sua vida, a figura da “vítima” vai sendo esfacelada em discursos de Estado, ou, nos dizeres de Butler, em “esquemas de inteligibilidade”.

Breno: Eu já ouvi que usuários perdem o controle da vida, não têm escolhas...

- *Flávio*: É um subumano, né? O que se passa na cabeça do senso comum sobre uma prostituta? Que ela tá fazendo uma coisa errada. Se você tá fazendo uma coisa errada, então faça todas. Aproveita o embalo e já usa droga, fuma droga, vende droga, se prostitui, faz tudo. Já faz todo o pacote. [...]

- *Flávio*: O usuário quando encontra a redução de danos, quando os caras lá em Santos, na Holanda, onde quer que seja, eles entregam uma seringa para um usuário de drogas, eles não trocam uma seringa, eles fazem vínculo. A seringa se torna a

menor parte da história, o que tá sendo devolvido ali é a dignidade humana. É você dizer: devolvi o certificado de cidadão para uma pessoa, você é cidadão ainda e tá aqui a sua morada, a sua assistida é essa. Agora você tem mais clareza para fazer as suas escolhas e assim por diante. (*Flávio*, 23 de abril de 2018)

O espaço do “embalo”, no qual tudo de errado pode acontecer, representa a forma como as experiências de violência e criminalização se entrecruzam aos modos como uma usuária será reconhecida como vítima. Nesse lugar, a identificação oficial da causa que levou à morte dessas mulheres retoma as imagens do óbvio, aplicando argumentos que acionam os “esquemas de inteligibilidade”. Esses esquemas – nos quais vidas poderão ser reconhecidas e normas de reconhecimento são produzidas – atuam na constituição de “enquadramentos”. O ato de usar drogas e manter uma suposta relação com o mercado de drogas ilícitas, aliado ao exercício do *trabalho sexual* representariam as justificativas que levariam à morte de alguém. Vão sendo tecidas, nesse sentido, linhas argumentativas que matizam como as vidas eram organizadas e como as vítimas poderão ter o direito de ser vítimas, ou não. Passado, presente e futuro vão se encadeando no processo de justificação: primeiro conheceu o “mundo das drogas”, logo após passou a “se prostituir”, envolveu-se com o mercado de drogas ilícitas, conheceu as *facções* e foi morta pelo “acerto de contas entre traficantes locais”.

Entretanto, esses fatores se entrecruzam uns aos outros e correspondem ao que Roberto Efrem Filho (2017, p. 47) identificou como “reciprocidades constitutivas” das relações sociais. Os investimentos analíticos do autor apontam que as relações territoriais, de classe, gênero e sexualidade são oportunizadas por narrativas de violência. Não haveria, portanto, a possibilidade de assimilar essas mortes sem levar em consideração que as performances se costuram umas às outras. O resultado dessas descobertas nos leva a pensar sobre como a morte de *Maria Eduarda* e a cena de sua queda na porta de um *ponto de prostituição* são constatações das convergências entre as relações no desfecho de seu assassinato. Os autos do processo judicial contam que a perseguição ocorreu do “ponto de drogas”, em que *Maria Eduarda* costumava estar, até a porta de “um bar”, onde ela “veio a óbito”. Os caminhos de sua morte sinalizam a disputa territorial que a *prostituição* tem travado com o mercado de drogas ilícitas. “Tá vendo essa rua aqui, Breno, isso era tudo *cabaré*, hoje virou *cracolândia*”. O convite que *Marta* me fez para observar a rua a minha volta tinha esse sentido: o de me mostrar os resultados de uma guerra. As transformações não pareciam ser apenas geográficas, elas apontavam os múltiplos fazeres das relações de gênero e sexualidade, raça e classe na disputa pelo território. A identificação das mulheres, portanto, seria uma das dificuldades enfrentadas nesse novo desafio – em que os *pontos de prostituição* contestam seus territórios com o mercado de drogas ilícitas. As circunstâncias desses embates

são atravessadas pelas “reciprocidades constitutivas”, de que tratou Efrem Filho (2017, p. 47), mas reforçam as imagens do óbvio que venho analisando.

Nessa perspectiva, gestos de violência comunicam as pretensões de como os enquadramentos das imagens atuam na identificação das mulheres. A afirmação parte da noção de que a produção da violência responde a intenções políticas de visibilidade, das quais as performances de raça, de gênero, da sexualidade e da classe participam ativamente. *Andressa* foi morta no interior de um quarto de um hotel que tem como objetivo oportunizar o encontro entre *clientes* e *prostitutas*. A sua morte ocorrera por meio do uso de um *lençol*. As marcas deixadas pelo seu agressor demonstram que o “sexo” aparece na textura das imagens. Ao entrar no quarto, os funcionários do *hotel* encontraram-na nua, rodeada de *preservativos*, *pedras de crack* e *cachimbos*. Na gestão dessas imagens, o entrecruzamento, ou as reciprocidades constitutivas, denunciam as múltiplas formas em que a violência é lastreada pelas performatividades. O reforço da condição de *noiada* não se dá apenas nos processos estatais, mas nos embates das interpretações de como cada corpo é direcionado para determinadas condutas.

A “territorialização da sexualidade” e a “sexualização do território” no tráfico é parte fundamental nessa discussão sobre como *prostitutas* e *traficantes* disputam, agenciam e conformam o delineamento dos espaços urbanos em que transitam (EFREM FILHO, 2017, p. 103). As pedras colocadas sobre o ventre de *Cassiana* intentam indicar as causas do óbito. Porém, segundo o laudo, as *pedras* foram encontradas escondidas na sua *calcinha*. A prática de utilizar as roupas íntimas e os órgãos genitais para esconder substâncias ilícitas suplementa como as corporalidades intensificam os atravessamentos do gênero e da sexualidade. Mas elas – as corporalidades – também reforçam os movimentos de masculinização da violência. As noções das sentimentalidades, como a piedade e a compaixão, são as matrizes para se compreender esses circuitos. Foi o “homem” que mandou matar. Não era um *menino*, não era um *boy*. Era o “homem”. Mas não o fez com suas próprias mãos, delegou as funções, deu ordens. Não teve pena, não deixou escolhas. A demonstração da força passa a ser reconhecida por outros sujeitos que mantiveram algum contato com *Cassiana*. “Aí a pessoa fica com medo”.

Os conflitos são demarcados por capturas imagéticas das convenções produzidas sobre as *noiadas*. O modo como sua morte se deu supõe que alguns pronunciamentos foram anunciados por sinais deixados pelos sujeitos que a assassinaram. *Cassiana* tem seu corpo abandonado numa *lata de lixo*. No lugar em que a sujeira é descartada. No espaço destinado ao inabitável. Jacques Rancière (2009, p. 17) considerou que as “práticas estéticas” são

potencialmente políticas. E intencionam demonstrar a forma como os sujeitos tomam parte das relações sociais. Rancière (2009), parece-me, deixou algumas pistas de como a morte de *Cassiana* é emblemática para o processo de análise sobre as performatividades de gênero e sexualidade entre *prostituição*, crime e Estado. Para o autor, haveria a existência de um “comum”, um ambiente em que os sujeitos compartilhariam espaços, palavras e gestos. O reconhecimento desse universo se daria a partir do que Rancière (2009, p. 17) nomeou como “partilha do sensível”. Ao ser colocada no *lixo*, *Cassiana* recebe os significados comuns da sujeira. Os mesmos que fizeram *Socorro* ser expulsa da *Praça Catolé do Rocha*. E que permitiram a comemoração “até dos mendigos” das lesões que sofrera na briga com *Joana*. “Ela desmoraliza muito”; “Ela tava sujando também”.

Nas imagens divulgadas, através de algumas fotos, o compartilhamento dessas simbologias (lixo, pedras de crack, preservativos etc.) oportuniza algumas interpretações. Ao examinar os contornos da fotografia, Susan Sontag (2014, p. 47) fez alguns apontamentos sobre os objetivos políticos das imagens. Nas discussões de Sontag (2014, p. 16), as fotos seriam o palco em que alguns comportamentos poderiam ser testemunhados. É o lugar onde se constrói as dinâmicas narrativas do incontestável, do etéreo. A apreensão do contexto fático pela fotografia seria um movimento de fixar condutas, imobilizando o olhar dos sujeitos ao apresentar uma prova incontestável de algo que aconteceu. As contribuições de Sontag (2014) me fizeram observar que as fotos a que tive acesso, das mortes das três mulheres, tinham objetivos políticos que iam além do simples registro. Elas se inserem em composições e elementos, esforços de criminalização e convenções morais. As *camisinhas*, o corpo nu exposto em reportagens e as *pedras* colocadas em cima do ventre são exemplos de estratégias de incriminação utilizadas no manejo dessas imagens.

Quando estive “Diante da dor dos outros”, Susan Sontag (2003) ponderou que as fotografias que registravam as guerras exibiam disputas entre as interpretações dos quadros representados. As “credenciais de objetividade” se contorciam à medida em que os sujeitos implicados nos conflitos tinham acesso às fotos. O mesmo fato, a mesma foto, poderia provocar sensações distintas e movimentações narrativas poderiam transformar os papéis das pessoas e situações. A dor, os detalhamentos mais profundos de seus resultados me fizeram olhar, por muito tempo, as fotos de *Maria Eduarda*, *Andressa* e *Cassiana*. Estive diante das dores produzidas por uma guerra que maneja narrativas sobre os mortos. Mas não consegui apreender, desses quadros, lutos públicos ou buscas por respostas. As famílias pouco aparecem, não há “luta por justiça” e as imagens vão sendo tensionadas em experiências políticas difusas que caminham na confirmação de dados pretensamente objetivos.

O abandono é uma característica significativa que simboliza como mulheres *usuárias de crack* vivenciam o cotidiano. No dia em que nos encontramos com *Joana* na delegacia, ela estava acompanhada de sua irmã. Durante todos os trâmites, entre o procedimento de oitiva do delegado até a ida ao Instituto Médico Legal, a sua irmã esteve por perto. Trouxe algumas roupas, toalhas e mantimentos necessários para recompor o estado de *Joana*. *Socorro*, entretanto, estava sozinha. Não havia telefones para ligar ou familiares a serem contatados. Cheguei a perguntar como ela iria se comportar a partir daquela data e quem iria ajudar nos seus cuidados. As respostas sugeriam que não havia ninguém para lhe prestar auxílio ou apoio. Do mesmo modo, não haveria pessoas que estariam de prontidão para reivindicar as imagens e interpretações sobre as causas das mortes de *Cassiana*, *Maria Eduarda* e *Andressa*.

Contudo, os enquadramentos dessas mortes, ou o compartilhamento desses elementos simbólicos, advertem para a existência de deslocamentos das fontes onde a violência é produzida. Nas margens dos conflitos entre a *prostituição* e crime, o Estado não aparece como o único produtor das violências. Vidas poderão importar menos se as pessoas e suas relações estiverem em assimetria. A funcionalidade dessas imagens atua na confirmação do que *Flávio* trouxe como o(a) usuário(a) enquanto alguém “subumano”. As mesmas sinalizações, entretanto, que garantem às vítimas esse lugar, são apresentadas por *Flávio*, e pela filosofia da Redução de Danos, em sentido contrário. Os cachimbos, os canudos e outros instrumentos que, de regra, são encontrados com *usuárias* assassinadas, são utilizadas para garantir espaços de legitimidade e dignidade.

O movimento de garantir a dignidade se complexifica entre as imagens produzidas por agressores, certos agentes de Estado e por agentes de Redução de Danos (alguns, também agentes de Estado). Os instrumentos que, para uns, são imprescindíveis na garantia ao direito à saúde são, para outros, significativos nos processos de ratificação criminalizante. O que pode ser registrado nesses caminhos difusos são as fronteiras fixadas pelos sujeitos nesses embates. A “seringa” – ou o *cachimbo* – representa o limite discursivo. As pessoas poderão, ao mesmo tempo, ser alcançadas pelos programas assistenciais de redução de danos (governamentais ou não) e, da mesma forma, ser vítimas de incursões policiais, homicídios, matérias jornalísticas etc. A disputa entre as conceituações passa diretamente pelas vias de Estado e anuncia como alguns agenciamentos são mobilizados.

Numa das tardes na APROS-PB, conversei com *Rita*. À época, ela ocupava o cargo de pedagoga na instituição e era uma das responsáveis pela pauta da Redução de Danos em alguns espaços políticos. Nas conversas sobre a minha pesquisa, *Rita* me disse que os sujeitos do mercado de drogas ilícitas “não tinham problemas com a Redução de Danos, era só

conversar direitinho”. Pedi a ela mais detalhes sobre essa negociação entre agentes de redução de danos e esses grupos. Ela me contou que a “redução de danos não está ali para promover o desincentivo do uso, mas para garantir aos usuários condições seguras para usar”. O que indica que a garantia da “dignidade” aos usuários(as) de drogas, em especial do *crack*, é produto e produtora de dinâmicas políticas de Estado. Não há possibilidade, portanto, de eliminar a presença do “Estado” nesse movimento institucional em que pessoas recebem de volta a sua condição de cidadão.

Entretanto, essa retomada da vida, do controle sobre a situação, em que as pessoas são esclarecidas sobre as escolhas que poderão fazer, consolida algumas imagens de como a morte e a vida continuam presentes no desenlace da legitimação dos sujeitos implicados nos conflitos. Principalmente porque os sujeitos que fazem uso do *crack* possuem relações distintas com a substância. Mais que isso, eles(as) tecem narrativas entrecortadas por relações sinuosas que são basilares para se compreender as suas histórias. Quando *Flávio* me contou sobre a sua relação com o *crack*, pude perceber que a forma desigual que as vidas poderão ser perdidas, ou enlutadas, está vinculada às disparidades de como a “precariedade” é experienciada pelos usuários(as). A partir de algumas ocasiões em que ele assumiu publicamente o uso, analisei os papéis desempenhados por ele, *Joana* e *Socorro*.

O modo como *Flávio* lida com o *crack* engendra algumas reflexões sobre como as relações de raça e classe, gênero e sexualidade são fundamentais para entender a funcionalidade discursiva da substância nos posicionamentos dos sujeitos. *Flávio* me contou que havia uma diferença na forma e na caracterização do consumo de drogas. Haveria para ele, e para a Redução de Danos, a existência de um “usuário funcional”. Ou seja, aquele que não deixaria de realizar as suas atividades cotidianas relacionadas à escolarização, ao trabalho e à geração de renda. *Flávio* foi apresentando exemplos de como algumas drogas puderam perder o status de “destruição”. A *maconha*, segundo ele, representou o primeiro passo. Abriram-se diálogos sobre seu uso medicinal, os trabalhos acadêmicos apresentaram descobertas sobre consumo e dependência, os movimentos sociais se organizaram em torno da pauta política da legalização e alguns países iniciaram a institucionalização de medidas para o uso “consciente”. Os caminhos trilhados reivindicaram algumas posturas proibicionistas sobre o consumo de drogas, mas não o suficiente para garantir o uso amplo e geral de substâncias entorpecentes.

Os pavores sociais passaram novamente a utilizar a morte como reforço para o desincentivo. Durante os últimos vinte anos, *Flávio* ouviu inúmeras vezes que o *crack* seria o instrumento que proporcionaria a sua morte e das pessoas que decidissem fazer o uso da

substância. Quando trabalhou no “Consultório na Rua” em *pontos de prostituição*, pôde ter contato com diversas mulheres que possuíam histórias de vida diferentes das suas e níveis distintos de relação com o *crack*. Em nenhuma dessas histórias, observou pessoas prestes a morrer por conta do consumo de drogas. Os ambientes que ele frequentou são os mesmos a que também pude ter acesso. As narrativas que passaram pelo trabalho de campo declaravam muito mais que as condições de violência e criminalização, a pobreza, a falta de moradia e o acesso precário a serviços públicos eram mais relevantes do que o consumo de *crack*.

Flávio: É uma tendência humana atribuir. Achar um bode expiatório. É muito bom o crack, é uma zona muito confortável. Ele tá demonizado de tal modo que você consegue dentro dele justificar todo o seu fracasso na sua vida. Dependendo das condições, você próprio arruinou a sua vida. Mas precisa de alguém pra fazer, né? É pra justificar aquela circunstância aquela justificativa. Até pra dizer que as pessoas são pobres eles usam o crack.

[...]

Porque chega uma igreja numa rua como essa sempre dentro de uma narrativa pronta. A pessoa tá lá querendo ser ajudada. Na verdade, ela quer comer, fazer as coisas dela e tudo mais. Pra isso, ela necessita dizer algumas coisas. Essas coisas já tá pronto pra ela dizer, ela não precisa nem se esforçar para criar, é automática. “O crack acabou com a minha vida, eu tou aqui nessa situação”. E não necessariamente ela quer sair daquele lugar. Isso é comum para os RD que estabelecem um vínculo. Então, o discurso não repreensivo cria o vínculo de modo que você fale comigo o que realmente tá acontecendo na sua vida. E chega a dizer que quer ou não quer largar o uso da substância ou da profissão. Esse lugar subjetivo do imaginário social é complexo. Os usuários não se sentem doentes, eles não são doentes. (*Flávio*, 23 de abril de 2018)

As atribuições destrutivas do *crack* acompanharam alguns episódios que presenciei. Muitas das narrativas de usuárias, entretanto, cambaleavam entre essas atribuições. *Joana*, *Socorro*, *Lúcia* e outras mulheres falavam sobre o *crack* entre as linhas tênues dos prazeres produzidos pelo uso e pelas adversidades vivenciadas. De fato, o *crack* sempre esteve como “bode expiatório”, mas ele ocupa alguns repertórios performáticos importantes de serem registrados. “Óia! Eu tava lombrada lá no fundo da igreja. Aí o pastor gritava: Ô, Glória! E eu gritava também. Aí os irmãos veio falar comigo depois do culto e eu disse da minha situação aí, quando vê, chega uma cesta básica na minha porta.” *Lúcia* narrou essa cena às gargalhadas. Disse que não era a primeira vez que ia “lombrada” para os cultos e outros espaços assistencialistas. Quando contava a sua “situação”, recebia alguns auxílios dos(as) dirigentes das instituições, convites para recreações e outras atividades lúdicas.

As “narrativas prontas” não se comportam apenas como formas de vitimização. Elas se ocupam de agenciar os conflitos, garantir saídas rápidas para as “situações” e permitem a

mitigação de circunstâncias desfavoráveis. Os deslocamentos analíticos do que aparenta ser vitimização se dão no sentido de assinalar que os(as) usuários de drogas possuem capacidade de discernimento para escolher quais rumos seguir. Taniele Rui (2009) alerta que, mesmo em condições de vulnerabilização, em que corpos são apresentados em níveis avançados de despojamento, não se pode negar a capacidade de refazimento de si mesmo e de suas relações. *Lúcia* sabia que precisava levar comida para os *netos*, não fugiu da responsabilidade. Mesmo “lombrada” conseguiu desenhar uma solução, identificou a saída e buscou os resultados.

Lúcia não só demonstrou sagacidade ao conseguir os alimentos, mas demonstrou novamente que as estratégias de sobrevivência precisam ser reinventadas. Nos espaços cotidianos em que vidas parecem ter sido destruídas, a vulnerabilização é um dos acenos promovidos nos conflitos. Tornar alguém vulnerável é mover para ele as convenções sobre a morte e a vida de que tratei anteriormente. Como uma vida poderá ser sustentada ou plenamente vivida dependerá das circunstâncias em que cada sujeito estará inserido. A figura de *Flávio* aparece nesse contexto provocando algumas tensões que passei a analisar sobre como as narrativas demovem a sua relação com o *crack*. Algumas dessas narrativas o colocam no lugar do impossível, do inadmissível.

Flávio: Uma vez, eu tava dando um curso para profissionais de saúde. Teve uma época que isso foi muito necessário, esse discurso. Eu disse: Olha! Eu sou usuário de crack já faz vinte anos e tou aqui dando aula para vocês. Então, vocês precisam entender que não é a droga, necessariamente. A gente tem que parar de animar o inanimado. As drogas são inanimadas. Nós somos animados. Aí uma profissional disse: não, não, tu não é não, é impossível. Aí você, como é difícil fazer essas desconstrução. Esse lugar é difícil. E eu vejo quando dá pra usar e quando não dá. Principalmente pela falta de companheiros, eu sou muito só nesse local. [...] Todo esse discurso moral de que acabou com a minha vida. Eu não acabei com a minha vida, o crack faz parte dela. (*Flávio*, 23 de abril de 2018)

Ao assumir para profissionais de saúde que fazia o uso do *crack* há mais de vinte anos, *Flávio* disputou com aquelas pessoas as imagens do óbvio. Diferentemente de outros usuários, ele não estava em condições de pobreza, possuía moradia, havia terminado a graduação em psicologia e finalizado duas residências multiprofissionais. Era impossível que fizesse uso do *crack*. Ele trabalhava com as *noiadas*, mas não podia ser igual a elas. O imaginário coletivo da cena ilustra como os desequilíbrios nas relações de raça, classe, gênero e sexualidade atuam na diferenciação entre o sujeito “*noiada*” e o *usuário de crack*. As distinções, inclusive, fazem com que *Flávio* seja considerado “usuário funcional” e as outras mulheres não. Sobretudo porque os agenciamentos dos seus conflitos enfrentam estágios muito divergentes. *Flávio* não precisa sair “arrumadinho” de casa ou estar em constante mimetismo, ele pode

inclusive escolher quando poderá fazer uso do *crack* ou não. As situacionalidades que desafiam as suas performatividades demonstram alguns aspectos como a vida e a morte entrelaçam as experiências dos *usuários de drogas*.

Os subsídios teóricos propostos por Judith Butler (2015, p. 58), ao dialogar com Susan Sontag, propiciam algumas linhas argumentativas sobre essas questões. Os papéis de *Flávio*, *Lúcia*, *Joana*, *Socorro*, *Andressa*, *Maria Eduarda* e *Cassiana* se afastam e se chocam na velocidade em que a “função icônica das imagens” se movimenta. Na guerra cotidiana em que vivem, ou viveram, elas carregam a bandeira da morte. Suas vidas são pouco “passíveis de luto” porque a morte está sempre no encalço, à espreita. Como disse *Joana*: ou o cemitério ou a cadeia. *Flávio*, por sua vez, hasteia a bandeira da vida. A cena do bebê na sessão de fotos é emblemática nesse movimento em que corpos são mobilizados narrativamente entre os conflitos. *Flávio* é casado, logo é um candidato à função de pai. As piadas sobre essa possibilidade ratificam que ele responde aos cadastros morais⁶⁷ que vivencia no cotidiano. Pôde trabalhar, aquela era a sua terceira residência em saúde, coordenou grupos de Redução de Danos e organizava eventos sobre a temática das drogas. É “impossível” que ele faça uso do *crack*. É inadmissível até que o *crack* faça parte da sua história.

As convenções morais de que o *crack* produziu o definimento dos corpos, o desmantelamento das famílias e a morte contribuíram para a consolidação de todas as imagens que citei. Os caminhos são difusos e as convenções poderão ser manobradas por sujeitos com interesses distintos. Porém, o esforço analítico que venho traçando é o de indicar que sem a compreensão das performatividades de gênero, sexualidade, raça e classe, não há como assimilar os fenômenos oportunizados pela utilização e venda das substâncias ilícitas. Primeiro, investiguei as estratégias de diferenciação entre *prostitutas usuárias de crack* e *profissionais do sexo* que não consomem a substância. Para esse objetivo compreendi como as performatividades iluminavam as minhas questões na decodificação das discursividades produzidas pelos conflitos. Segui, no segundo movimento, os passos que a morte e a vida traçaram. A partir das imagens produzidas nos embates entre a *prostituição*, o crime e as narrativas de Estado fui perseguindo as pistas deixadas pelos relatos que pude acessar. Fiz isso depreendendo como *Maria Eduarda*, *Cassiana* e *Andressa* foram alcançadas por iniciativas que percorreram as convenções morais sobre o uso do *crack* em direções muito mais complexas do que as articulações narradas pelos documentos que registraram os episódios.

⁶⁷ Agradeço a Juliana Farias pela indicação do termo “cadastros morais” e as possibilidades analíticas surgidas a partir dele.

Os próximos passos dessa caminhada visam à análise das narrativas que fazem emergir outras formas de violência que excedem os limites do Estado, mas também que sinalizam coproduções. Para essa finalidade, trarei outros(as) interlocutores(as) inseridos diretamente nos contextos em que o *crack* disputa os comportamentos e as performatividades.

CAPÍTULO 3

“Maconha para os *trabalhadores*, *crack* para os *bandidos*”

3. Os agenciamentos da violência entre “trabalhadores”, “prostitutas” e “bandidos”

Luiz cantarolou para mim Odair José. Boêmio, dançava todos os finais de semana no *Clube Bela Vista*⁶⁸. Da primeira vez em que o vi, ele vestia uma camisa com botões de madre pérolas e uma calça de linho branco. O chapéu estava posicionado com um leve caimento para o lado esquerdo. Sentado numa das mesas de reunião da APROS-PB, ele se queixou da falta dos “bons bregas” nos clubes de dança da cidade. Aproveitou para me mostrar uns versos de Odair, outros de Amado Batista e arriscou algumas estrofes de Nelson Gonçalves. Muito querido entre as *prostitutas*, *Luiz* era um bom *cliente*. Nos anos 1990, frequentou a *Rua das Flores*, os cabarés do centro da cidade e viajou pela Paraíba conhecendo muitas *profissionais do sexo*. A vida de festas, as noites em claro e a ausência de idas ao médico, segundo ele, custaram-lhe um infarto em meados de 2010. “Passei a ver a vida de outra forma”.

Durante o tempo de sua recuperação, decidiu repensar os comportamentos. Havia completado seus sessenta e cinco anos e era hora de “diminuir o passo”. Os tempos eram outros: o ritmo de festas diminuía, a regularidade nos cabarés também e o consumo de álcool estava definitivamente proibido. Uma vida diferente para os novos padrões de saúde que precisava seguir. A dança, entretanto, ocupou as lacunas deixadas pelos novos acontecimentos. Passou a frequentar centros sociais para idosos, clubes de dança, casas noturnas e festas juninas do seu bairro. O coração precisava de cuidados diferentes daqueles que recebia das *prostitutas*. Comportava-se, agora, como “terceira idade” e se orgulhava de sua nova condição.

As histórias que protagonizou revelavam muitos detalhes sobre como o *trabalho sexual* se desenvolvera ao longo dos anos. Mas, meu interesse pelas suas narrativas foi acionado por uma curiosa intervenção, feita por ele, numa dessas tardes em que tomava café na APROS-PB. Ao contar sobre o episódio do infarto, *Luiz* disse ser usuário de *maconha* há mais de vinte e cinco anos. O contato com a substância se deu nas noites em que conheceu alguns amigos usuários. A *maconha* passou a se tornar presente na sua vida, nos seus

⁶⁸ Uma singela homenagem a Roberto Efrem Filho, meu querido co-orientador boêmio, que sobe ladeiras na companhia de ferozes dragões com a mesma elegância das suas floridas camisas em noites cubanas.

encontros com as *prostitutas* e nos clubes de dança que frequentava. “Eu ia no banheiro e fumava, colocava perfume, escovava os dentes e voltava para o salão, não tem quem dissesse que eu tinha fumado”. A *maconha*, segundo ele, deixava as pessoas mais calmas, mais leves. Não tinha como alguém consumir a substância e “sair por aí roubando”. À época em que ainda ia aos *pontos de prostituição*, costumava deixar algum “baseado” num esconderijo como um presente para as *prostitutas* com que tinha mais intimidade.

Entre uma recordação e outra, perto de ir embora, *Luiz* foi até a minha mesa e me disse: “olhe, *maconha* para os trabalhadores, *crack* para os bandidos”. Sussurrou no meu ouvido como quem conta um segredo, como quem havia me chamado para a dança. Resolvi bailar pela sua afirmação porque sequer consegui lhe perguntar o motivo daquela assertiva. Alguns meses se passaram, até que ele voltou para mais um “cafezinho” na APROS-PB. Conteí a ele que estava fazendo uma pesquisa sobre a *prostituição* e as suas histórias poderiam me ajudar a elucidar alguns pontos. *Luiz* é, em média, vinte anos mais velho do que a representante mais antiga da APROS-PB. Ele não só tinha visto alterações históricas nos territórios por onde esta pesquisa passou, como tinha participação em muitas delas. Aquela frase também tinha me deixado inquieto. Por que alguém queria que *bandidos* usassem o *crack*? Qual é a relação entre o consumo da *maconha* e os *trabalhadores*? As questões fervilhavam todas as vezes em que pensava sobre *Luiz*. Até que a entrevista, enfim, aconteceu.

Luiz: A *Rua das Flores* era um lugar bom, não tinha violência. Eu ia pra dançar, pra curtir. Tudo que era bom, eu ia. As mulheres não tinha esses problemas de fumar *crack*, era só *maconha*. Era melhor. Não tinha esse negócio de botar *roupinol*⁶⁹ na bebida dos outros. Era um lugar sadio de se brincar. Era *Praça Catolé do Rocha* e a *Rua das Flores*. Tinha muita casa de dança e vitrola de ficha. Botava a música e dançava. A gente pagava bebida das meninas e a gente dançava. Eu na época fumava cigarro, fumei *maconha*, bebi muito, mas deixei tudo isso. Minhas artérias entupiram e o cardiologista disse que eu tinha que fazer uma cirurgia, mesmo depois de vinte oito anos sem fumar. [...]

Luiz: Mas eu era controlado, eu fumava uma vez só por dia. Fumava, colocava perfume, colírio, ninguém sabia que eu fumava. Às vezes, eu levava uma companheira junto comigo para o quarto para fumar. Nunca gostei de tá com *patota*⁷⁰ fumando. (*Luiz*, 05 de julho de 2018).

⁶⁹ A mistura de bebidas alcoólicas com determinados tipos de ansiolíticos provoca o sono e a perda de algumas capacidades motoras. A combinação desses elementos é chamada de *roupinol*. Em alguns lugares, pode ser conhecida também como “boa noite, cinderela”. Os relatos de campo demonstraram que algumas *prostitutas* colocavam alguns comprimidos na bebida dos clientes, sem que eles percebessem, para depois furtar alguns de seus objetos.

⁷⁰ “*Patota*” é um grupo de pessoas que se reúnem para diversos objetivos, seja o de confraternizar ou cometer atos ilícitos. Na maioria dos contextos, é uma expressão utilizada para denominar aglomerações de pessoas com o fim de promover burburinhos, tumultos, bagunças etc.

As ruas e praças que *Luiz* frequentou, nos anos 1990, propiciaram muitos dos seus encontros com as *prostitutas* logo após o expediente de trabalho. Em nenhum desses lugares, a presença do mercado de drogas ilícitas, o *roupinol* e o *consumo* de *crack* se faziam presentes como nos dias de hoje. A *Rua das Flores* era um lugar “sadio de se brincar”. As mulheres que conviveram com *Luiz* estavam preocupadas em realizar os *programas* e agradar os *clientes*. Os perfis das *profissionais do sexo* eram muito próximos dos que tratei no capítulo anterior. Em regra, mulheres entre vinte e cinco e cinquenta anos que iam às praças para “sustentar a família”. As alterações foram ocorrendo entre os anos 2005 e 2009, anos destinados à fundação das *facções* e o aparecimento do *crack*. As modificações inseriram novos hábitos nos ambientes frequentados por *Luiz*. Os *pontos de prostituição* passaram a disputar com o mercado de drogas ilícitas seus espaços de domínios. Os limites impostos por cada grupo dependeram de capacidades de agenciamento, forças de articulação política e possibilidades práticas do uso da violência.

Nos processos de urbanização, entre os anos 1990 e 2000, as ruas também passaram por novos arranjos. Os becos, vielas e barracos tomaram parte do centro da cidade e foram desenhando outros rumos trilhados pelo *trabalho sexual* e pelo comércio varejista de drogas. As interlocutoras que dialogaram comigo durante a pesquisa saíram dos bairros periféricos para os centros urbanos, dividindo com a *prostituição* as suas histórias. As famílias passaram a produzir gerações com características distintas das que *Luiz* conhecia. O “crime”, que nas falas de *Joana* estava “porta para fora”, passou a ocupar o cotidiano dos bairros, dos *pontos de prostituição* e entrou, portas adentro, na rotina dos sujeitos que transitavam por esses territórios. Os “ambientes honestos” foram perdendo as suas características originais e determinadas conjunturas passaram a vivenciar outros fenômenos.

Lá no *Bairro do Sol* não tinha isso não. O *crack* entrou entre 2006 e 2010. Eu recebi muitos convites para fumar, nunca quis fumar *crack* e nem cheirar pó. Convite tem demais. Eu sempre trabalhei com construção civil, cinquenta anos na construção civil, entrei com dez nos de idade. Peguei frete na feira, nunca fiquei parado. Nunca dependi de ninguém pra me dar nada. Eu sempre me sustentei desde criança.

[...]

Nos lugares onde eu danço, só dá adulto, jovem dá muito problema. Eu não vou para uma Ponte Preta, CAC do Rangel, não vou. O jovem não gosta de bolero, não gosta de samba. O jovem gosta de funk, dessas danças sensuais.

Breno: Mas o problema tá na juventude ou no uso de drogas?

Nunca teve problema quando se fumava só maconha. O problema veio dar quando inventaram o *crack* e o *pó*. Antigamente quando o pobre fumava maconha e o rico

fumava o pó, não tinha problema não. Não era pra bandido fumar maconha não, bandido era pra fumar só crack.

Breno: Por quê?

Porque é o que combina com ele. Maconha não combina com ele não. Maconha combina com gente de bem, você fuma, relaxa. Bandido tem que fumar (*crack*) e se acabar. Eu fumei maconha muitos anos, nunca ninguém notou. Vivi com uma mulher durante trinta anos e ela não descobriu que eu fumava maconha. (*Luiz*, 05 de julho de 2018)

Essas afirmações sobre a forma como o *crack* deveria ser utilizado “apenas por bandidos” se articula a estratégias narrativas de extermínio. A substância teria uma potencialidade tão destrutiva que seria suficiente para que os “bandidos” encontrassem seu fim. As falas de *Luiz* mostraram como a violência poderia alcançar outros níveis de produção, onde o “Estado” não é o seu causador direto. Por mais que *Luiz* não tenha a possibilidade de estabelecer medidas de extermínio direto e coletivo contra os “bandidos”, algumas concepções foram ficando pelo caminho tecido por suas narrativas. A sentença “o crack mata” ou o “crack é a pedra da morte” oportunizou as vias discursivas mais lógicas para que ele construísse esse pensamento. Ora, se o *crack* matou *Cassiana* e a pôs numa lata de lixo, se deixou *Andressa* nua, asfixiada num quarto de motel, provavelmente seria capaz de solucionar de uma vez por todas o problema do “crime”.

Contudo, a articulação entre esses elementos narrativos produz análises distintas sobre como essas violências se organizam. Ainda que as mortes estejam ligadas, em algum estágio, ao consumo e à venda do *crack*, as violências surgidas nos conflitos não são produto tão somente da substância. As relações por ela oportunizadas – e as que produzem a sua existência – entretencem-se à morte por passagens difusas que atravessam o “Estado” e o mercado de drogas ilícitas. A coprodução dessas ações não exclui a presença do “Estado”, muito menos torna ausente a participação do “tráfico de drogas”. Porém, o meu objetivo não é registrar onde começará as ações violentas do “Estado” ou onde terminam os intentos dos sujeitos que estão ligados ao mercado de drogas.

O que pretendo firmar como conteúdo deste capítulo é a perspectiva de como morte e vida se encadeiam a partir de convenções morais de gênero e de sexualidade nessas coproduções violentas. Faço isso pensando nas pistas, deixadas por *Luiz*, sobre as gerações que ele vivera, as formas de reprodução da vida – em que jovens passam a “dar problema” – e os caminhos trilhados novamente pela morte (agora, em termos de extermínio). Diferentemente do que fiz nos capítulos anteriores, caminharei a partir das performances sexuais, constituídas a partir de relações de gênero, traçando as simbologias eróticas que

emblemizaram os conflitos. O objetivo, portanto, é o de assinalar que, ao coproduzirem relações violentas, os sujeitos estão tornando possíveis os fazeres do “sexo”. Novamente, retorno às narrativas de *Joana* sobre outras nuances da briga com *Socorro*, chegando até *Márcia*, na tentativa de compreender esses cruzamentos.

Luiz narrou a sua vida e sua relação com as *prostitutas* sempre colocando o “trabalho” em primeiro plano. Começou a sua jornada aos dez anos, época em que seu pai havia lhe recrutado dentre os filhos para carregar “pacotes nas feiras”. Durante trinta anos, trabalhou nos setores da construção civil, na agricultura e em trabalhos informais. Nesse tempo, utilizava a dança, as festas e a *prostituição* como atrativos para a sua diversão. Mas sempre o fazia “depois do trabalho”, nunca deixando que essas atividades atrapalhassem a sua rotina laboral. O roteiro narrativo seguido por ele transita por um perfil específico de “trabalhador”. Aquele sujeito que sai para o trabalho pelas manhãs, trabalha oito horas ou mais por dia, utiliza o transporte público e vive com os baixos salários pagos pelos seus empregadores. Tudo se encaixa num quebra-cabeça discursivo que informa quais os polos que cada sujeito ocupa no conflito. De um lado, o trabalhador controlado – aquele que fuma maconha só uma vez por dia –, de outro, os “jovens” que “causam problemas” e os “bandidos” que deverão ser exterminados.

Os perfis que *Luiz* desenhou dos “trabalhadores” e “bandidos” corresponde a performatizações de gênero e sexualidade. Argumentei anteriormente, na pesquisa que fiz sobre violência policial contra *prostitutas*, que a violência estaria articulada necessariamente a exercícios sexuais. Nas minhas análises, compreendi que atos de violência constroem discursividades sexuais, desejos, fetiches e simbologias dos papéis desempenhados entre agressores e vítimas. A discussão que Georges Bataille travou sobre o erotismo auxilia na compreensão desse quadro. Bataille (2004) tratou de registrar que a prática política fez do exercício sexual uma “atividade erótica”. Nos termos do autor, a “atividade psicológica” de procurar outros fins, diversos dos reprodutivos, seria a chave explicativa para se compreender a sexualidade (2004, p. 10). A reprodução, portanto, não seria o objetivo único dos sujeitos e suas relações. O que escapava dessa capacidade de reproduzir seria, para Bataille (2004), o ponto focal para os estudos do erotismo.

São as relações eróticas que colocariam os sujeitos na linha que separa a vida e a morte. Os estudos de Regina Facchini e Sara Machado (2013) sobre as comunidades que praticam BDSM (Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo)

indicaram que a erotização das cenas cotidianas mobilizaria prazer e perigo na busca pelo êxtase sexual e o desejo. Quando li Facchini e Machado (2013), percebi que a visualidade dos limites que a morte pode impor estavam no contexto das cenas eróticas. Logo, compreender a capacidade de extermínio, os desejos pela morte de alguém, demandaria esforços analíticos que deveriam levar em consideração os estudos sobre o erotismo. Ao analisar essa articulação, Bataille (2004, p. 10) tratou de identificar que as relações eróticas estariam ligadas a formas de “continuidade” e “descontinuidade” da vida, das quais a reprodução tomaria parte. A “descontinuidade” representaria uma diferença entre os sujeitos, mas seria também uma das características fundamentais da reprodução. A morte, entretanto, carregaria o sentido da “continuidade” do ser. Na reprodução, é necessária a fusão de elementos biológicos para que outro ser possa ser gerado. A fusão seria, para Bataille (2004, p. 12), a morte propiciando a “continuidade” reprodutiva dos seres. As afirmações indicam que a aceitação de que somos seres descontínuos, logo diferentes, representa um obstáculo à sociabilidade humana. Para o autor, a dificuldade em assimilar as diferenças entre os sujeitos suscitaria a existência de uma “nostalgia da continuidade perdida”, onde o desafio de compreender a natureza humana seria o problema fundamental.

A reprodução coloca em jogo seres descontínuos. Os seres que se reproduzem são distintos uns dos outros, e os seres reproduzidos são distintos entre si como são distintos daqueles que o geraram. Cada ser é distinto de todos os outros. Seu nascimento, sua morte e os acontecimentos de sua vida podem ter para os outros certo interesse, mas ele é o único diretamente interessado. Só ele nasce. Só ele morre. Entre um ser e outro há um abismo, uma descontinuidade. Esse abismo situa-se, por exemplo, entre vocês que me escutam e eu que lhes falo. Tentamos nos comunicar, mas nenhuma comunicação entre nós poderá suprimir uma primeira diferença. Se vocês morrerem, não sou eu que morro. Nós somos, vocês e eu, seres descontínuos. (BATAILLE, 2004, p. 11)

De fato, as contribuições do autor para as minhas análises são complexas e a tradução dos seus termos exige um esforço de compreensão mais enérgico. As voltas, praticamente filosóficas, que fiz a partir de Bataille (2004), têm o sentido de elucidar algumas cenas envolvendo os sujeitos que acessei. A “continuidade” e a “descontinuidade” são conceitos imprescindíveis que me ajudaram a decifrar a sentença proferida por Luiz: “maconha para os trabalhadores, *crack* para os bandidos”. As suas narrativas sobre o *crack* colocam a morte na linha de frente do conflito. A interrupção da vida dos bandidos pelas vias da droga – daquela que mata, que encerra – retoma as discussões sobre as performances eróticas que colocam a reprodutibilidade – e sua negação – no centro das estratégias de extermínio. A “nostalgia da continuidade perdida”, da qual falara Bataille (2004, p. 12), estaria na figura do “trabalhador” pacífico, pai de família, consumidor controlado de uma droga inofensiva. A possibilidade de descontinuidade seria ameaçadora. Os corpos e as performances eróticas exsurgidas desses

contatos - entre “trabalhadores” e “bandidos” – fazem emergir o medo de uma reprodução geracional que coloque em continuidade reprodutível a figura degenerada da *noiada*, da que deve morrer.

As performances, portanto, tonificam as imagens geracionais evocadas por *Luiz*. Nelas, a profundidade da continuidade do “trabalhador” se traduz nos múltiplos esforços de recolocar no centro as convenções morais do sexo legítimo, limpo e conjugal. O diálogo com Gayle Rubin novamente assinala que o sexo monogâmico, branco, heterossexual e estável produziria uma roupagem geracional de filhos saudáveis e, portanto, de sujeitos menos delinqüenciáveis. Quando os “trabalhadores” deslocam os polos estáveis da atividade sexual, quando os próprios polos identitários se confundem, as interfaces de gênero e sexualidade constituem as forças de extermínio que margeiam o conflito. As comunidades periféricas que frequentei durante o trabalho de campo conhecem novos arranjos familiares. Mulheres transexuais chefes de família, *prostitutas*, mães solas e sujeitos do mercado de drogas ilícitas convivem à medida dos limites que cada um consegue impor. A figura do “trabalhador”, a estética superficial – plástica – do sujeito que sai pela manhã e volta à noite para o “seio de sua família”, num movimento de retorno ao “ambiente honesto”, perde-se na fluidez de novas performatividades⁷¹.

É nesse estágio que o sentimento de continuidade se perde nas visões cotidianas de *Luiz*. As performances eróticas, portanto, reorganizam os limites da reprodução, refazem e são refeitas em gênero e sexualidade e contornam os discursos de extermínio, de criminalização. *Socorro*, por exemplo, representa essa mudança geracional vivenciada entre as *prostitutas*. Os *clientes* que são atingidos por suas condutas, em regra, assemelham-se a *Luiz*. São homens, entre cinquenta e setenta anos, que procuram os serviços sexuais oferecidos pelas *prostitutas*. Mas eles também criam ligações mais intensas com algumas mulheres, fornecendo algumas “ajudas” em tempos de dificuldade. Esse tipo de “ajuda” consiste num pagamento a mais, além do valor do *programa*, na compra de algum objeto ou na contratação de algum serviço que as profissionais do sexo estejam demandando. Entretanto, com as *noiadas* essa relação nem sempre consegue se firmar. O risco de ser furtado ou a possibilidade de ingerir *roupinol* aparece como perigo iminente entre as narrativas. O extermínio, portanto, consolida-se como estratégia de higienizar os novos hábitos produzidos nas experiências entre a *prostituição*, o crime e o mercado de drogas ilícitas. Porém, elas – as experiências – denunciam como as

⁷¹ Ainda, é importante ressaltar que meus esforços analíticos não visam excluir a figura do trabalhador da cena cotidiana. As comunidades periféricas que frequentei são compostas por “trabalhadores”, mesmo que eles deslizem entre as experiências legais, ilegais, formais e informais.

violências poderão ser coproduzidas, a partir dessa visão sobre a articulação entre violência e performances erótica. Volto à cena da briga entre *Joana* e *Socorro* e introduzo novos elementos.

Breno: E os policiais te ajudaram nessa confusão toda?

Joana: Ajudaram sim. Eles deixaram eu dar quase uma hora de pau nela. Aí, quando ficou mais sério, foram lá separar.

Joana: Um deles disse: vou ficar aqui olhando ela, como eu tava seminua, tava mais cheinha o corpinho, aí o policial se engraçou na calcinha que eu tava porque eu tava bem arrumadinha. Aí disse: guarde seus negócios, não deixe ninguém ver não. Aí me ajudou e viu que não era uma pessoa mau. Eu vejo que você faz seus programas e não vejo ninguém dizendo que você é ladrona. (*Joana*, 20 de abril de 2018)

Algumas semanas após o conflito, o policial que se “engraçou na calcinha” que *Joana* estava vestindo voltou para encontrá-la e contratou um *programa*. *Joana* me contou esse fato meses antes da entrevista e por isso resolvi procurar saber mais detalhes sobre a briga. Nessa conversa, ela não registrou que foi obrigada ou que houve o uso da força para que prestasse os serviços. Entretanto, foi esse o mesmo *policial* que seria um dos responsáveis por permitir que *Joana* pudesse passar certo tempo agredindo *Socorro*. Há jogos de poder, prazer e perigo que contornam esse episódio. É o *policial* que controla a cena, é ele quem tem a prerrogativa de garantir o fim de uma briga ou sua continuidade. As posições das mulheres e dos *policiais* que assistiram à briga denunciam como as violências se sexualizam nos conflitos. A outorga dada a *Joana* para dar “quase uma hora de pau” em *Socorro* vem carregada de simbologias. A erotização do conteúdo da cena demonstra como a atenção é direcionada sempre para *Joana*. O valor erótico atribuído ao seu corpo “mais cheinho”, e as performances que dele surgiram, manifesta como a imagem da *noiada* é, sobretudo, sexual. O interesse por *Joana* ocorre num contexto em que ela está “arrumadinha”. Naqueles dias em que ela escolhe a roupa para não ser confundida com uma *noiada*. Coincidentemente, é o dia em que ela não havia consumido nenhuma droga. Porém, as pedras na sua bolsa e os comentários sobre a sua condição se tornaram públicas após a briga.

Maria Filomena Gregori (2003, p. 95) registrou que o prazer e o perigo caminham nos limites da violência violando “conteúdos instituídos socialmente”. *Joana* colaborou com os policiais, percebeu o flerte de um deles e foi considerada uma “vítima” pelos agentes que realizaram a sua oitiva. *Socorro* “não come pra polícia”. Entrou na viatura utilizando um “palavreado baixo”, afrontou os policiais e foi conduzida algemada. O “policial” teria a função de cessar a briga, muito antes das lesões sofridas por *Socorro*. Os “conteúdos

instituídos socialmente” vão sendo violados à medida das performances sexuais que cada ator desenvolve na cena. Os desejos pela violência que deveriam ser, em tese, reprimidos pelo “Estado” mobilizam narrativas que tornam a figura de *Joana* sexualmente mais atrativa. Na disputa entre as duas, *Joana* representa a vencedora. “Vencer”, entretanto, significa cometer mais atos de violência.

A violação desses conteúdos pré-moldados indica como as normatividades sexuais vão expondo que o “sexo” é parte fundamental na interpretação de cenas violentas. As marcas diferenciais que assinalam quem é ou não uma *noiada* não só apontam para a constituição de relações de poder assimétricas, mas elas confirmam que formas de hierarquizações proporcionam, no limite, prazer (GREGORI, 2014, p. 50). As práticas eróticas transitam entre narrativas teatrais que fetichizam situações reais em que policiais, bombeiros, médicos, enfermeiras etc. ocupam espaços de comando. As inferências dessas formas de “fazer do sexo” apontam que as posicionalidades institucionais estão oxigenadas por simbologias sexuais. A briga entre *Socorro* e *Joana* demonstra que em condições aparentes de vulnerabilidade – *noiadas* brigando “por pedra” –, o exercício sexual não vivenciou interrupções. Foi a partir dele que cada ator envolvido pôde expressar as suas estratégias de agenciamento.

Os subsídios teóricos deixados por Néstor Perlongher (1987) me auxiliaram na interpretação das performatividades entre *policiais* e *prostitutas*. Ao tratar sobre a prostituição masculina, Perlongher (1987, p. 208) registrou a existência de “dispositivos libidinais” atuando na movimentação dos desejos. Esses dispositivos atuariam na execução de rituais e na colocação de códigos em ação. O contato entre agentes de “Estado” e *prostitutas* – ou, nesse caso, entre *policiais* e *noiadas* – produz a aparição de alguns desses dispositivos. Nos termos de Perlongher (*ibidem*), a “penumbra de uma marginalidade semiclandestina” seria o palco em que esses códigos e rituais seriam agenciados. É na “penumbra” que “usuários” e “traficantes” se movimentam nos processos judiciais e nas classificações penais. E são nelas que *usuárias de crack*, *prostitutas* e *policiais* mobilizam as suas ações. Ao demonstrar interesse pela *calcinha* de *Joana*, o *policia*l subverte os códigos disciplinares que exigem dele uma postura diversa. Porém, a subversão não é, de todos os lados, sinônimo de destruição. Ela oxigena a masculinização do ator-policia

prazer costura determinadas ações. As relações sexuais exercidas entre um *policial* e uma *prostituta usuária de crack* não aparentam ser, de fato, problemáticas. Porém, quando se está falando do agente público responsável pela detenção citada, os papéis passam a receber outras simbologias que, perigosamente, mimetizam-se na constituição das performatividades eróticas.

A distribuição dos papéis entre as pessoas envolvidas na briga – *policiais* de um lado, *prostitutas* de outro – aponta para a discussão sobre como a assimilação das diferenças de gênero, raça, classe e sexualidade também pode ser constituinte de relações eróticas. Para *Luiz*, essas diferenças aparecem como argumento para provocar destruição e extermínio. Porém, para o *policial* que prestou ajuda a *Joana*, o caminho seguido sustentou a análise de que o conflito entre as duas mulheres passou por processos de erotização que ratificaram as operações do gênero e da sexualidade. Como disse anteriormente, meus esforços não visam a procurar começos e fins entre o que *Luiz* disse e as ações de “Estado”. O que de fato me interessa é registrar que formas de agenciamentos da violência perpassam o “Estado”, mas também violam os seus limites. Nessas violações, o “sexo” é intercambiável e vai costurando as relações a partir de performances eróticas e de gênero. Em linhas gerais, os conflitos não podem ser apreendidos apenas colocando o “Estado” de um lado e o “tráfico de drogas” de outro. Muito menos excluindo os modos de se organizar a sexualidade. Nos territórios em que me fiz presente, parte significativa das narrativas de violência possuíam participações múltiplas e difusas. Nesses arranjos, fui investigando como alguns “casos” subvertem a lógica dualista do conflito (Tráfico *versus* Estado). Para essa tarefa, entrevistei duas *prostitutas* que evidenciaram as peças fundamentais que dão conta de entender esse espriamento de elementos.

3.1. As performatividades da violência no “tráfico”

*Márcia*⁷² nasceu na cidade do *Rio Vermelho*, meses após sua mãe ter sido expulsa de casa pelo *avô*. Ao descobrir que sua filha estava grávida, o *avô* de *Márcia* decidiu colocar sua mãe “de casa pra fora”. Sem condições para se sustentar sozinha, sua mãe buscou ajuda na casa de familiares que poderiam lhe receber. Durante o período da infância e a juventude, *Márcia* precisou se mudar para a casa de muitos parentes que se disponibilizavam para recebê-la. Conheceu, nesse tempo, o cotidiano de várias cidades e pôde experimentar

⁷² Márcia não se declara como usuária de crack.

realidades distintas em cada lugar por que passou. Desses lugares, o último apresentou o maior número de dificuldades. Assim como *Joana*, *Márcia* foi morar na casa de uma de suas tias. O lugar parecia ser mais tranquilo do que os outros e poderia lhe trazer novas oportunidades para os anos de sua adolescência. Entretanto, o *marido* de sua *tia* havia empreendido contra ela uma série de tentativas de abusos sexuais. Quando contou o que havia acontecido, foi desacreditada pelos familiares próximos e, mais uma vez, precisou se mudar. As mudanças constantes e o passar dos anos fizeram com que *Márcia* enfrentasse sozinha os novos desafios da vida adulta. Conheceu o *trabalho sexual* frequentando os bares e as boates das cidades em que morou. A vida como *prostituta* oportunizou a sua independência financeira e a possibilidade de morar sozinha. Durante todos esses anos de trabalho, conseguiu criar dois filhos e adquirir sua casa própria.

Meu interesse em suas narrativas surgiu a partir de uma conversa que estabeleci com ela num dos cursos sobre Direitos Humanos oferecidos pela APROS-PB. Ao falar sobre seu cotidiano, *Márcia* trouxe algumas histórias sobre como era a sua relação com o mercado de drogas ilícitas. As narrativas anunciavam que havia normas de convivência estabelecidas pelos sujeitos do mercado de drogas ilícitas e o seu descumprimento ocasionaria a aplicação de algumas sanções. Novamente, o roteiro seguido por ela dava conta de demonstrar uma dupla face do conflito. Na primeira face, os sujeitos aparecem como sendo pacíficos e organizados. A princípio, eles estariam apenas contribuindo para a organização comunitária e a convivência harmoniosa naqueles territórios. Na contra face, entretanto, *Márcia* introduz elementos de como a violência é a marca significativa para que essas normatividades sejam seguidas pelos moradores e por outros sujeitos implicados na comercialização de substâncias entorpecentes.

Márcia: Eu moro na boca mesmo. Eu entro, chego de noite, me tranco. No outro dia, saio para trabalhar. Mas o tráfico é na minha porta mesmo. Os homi chega, eles correm pelo meu telhado. Tá entendendo? Eles não mexem com a gente não. A lei de lá é que não pode roubar nenhum morador, se roubar, morre lá mesmo. (*Márcia*, 20 de abril de 2018)

O cotidiano da comunidade em que *Márcia* mora encontra muitas variações narrativas. A priori, a relação com o mercado de drogas ilícitas não apresenta problemas relevantes. Porém, é necessário “saber chegar e saber sair”. As regras de convivência são claras e as consequências para quem as descumprir são conhecidas por todos os moradores. Não roubar os moradores faz parte do repertório já conhecido em muitos trabalhos acadêmicos que

analisam a violência e a criminalização. Gabriel Feltran (2012, p. 242), por exemplo, compreendeu como os índices de homicídios em São Paulo passaram por uma diminuição a partir de um ajustamento de conduta realizado entre os membros do Primeiro Comando da Capital (PCC). O “comando” passou a instituir quem poderia ser morto a partir dos “debates” estabelecidos entre os membros da facção. As regras também impuseram os perfis dos sujeitos que não poderiam ser vítimas de crimes. Em linhas gerais, o “crime” participaria, ainda que não sozinho, da enunciação de quais comportamentos poderiam ser desenvolvidos nas comunidades. As feições dos “trabalhadores” e “bandidos” se extremam e se aproximam em linhas que se atravessam e se opõem.

Num desses extremos, *Luiz* representa o sujeito que não poderá ser roubado. A “nostalgia da continuidade perdida”, que apresentei anteriormente para demonstrar algumas possíveis motivações de *Luiz* ao querer exterminar bandidos através do *crack*, informa alguns sinais (BATAILLE, 2004, p. 12). A figura de *Luiz* representa o “outro lado”, o lugar ocupado pelos trabalhadores que saem todos os dias para sustentar a família e os filhos. Mas ela também indica que a idade de *Luiz* deve ser levada em consideração. Os cabelos brancos e o andar mais vagaroso desenham o perfil do homem mais velho que não poderá ser atingido pelas condutas do mercado de drogas ilícitas. A contenção das ações e a imposição de limites demonstram que a imagem do “trabalhador” permanece como um símbolo importante. Nas duas narrativas – divididas entre o que *Luiz* afirma e como o “tráfico” oferece proteção –, caminha-se no sentido de garantir a sua reproduzibilidade. Uma das formas que apreendi esses fluxos foi demonstrada por *Márcia* ao falar sobre quais são as regras sobre o consumo de drogas na comunidade.

Márcia: Lá é uma boca e você pode comprar o que quiser lá. Eles vendem de tudo: pó, crack, maconha e o que você quiser. Mas se comprar lá não pode usar lá, tem que levar pra casa ou para outro lugar. Porque tem as crianças, né? Aí tem que respeitar as crianças, as famílias e os moradores. E eles não ficam com arma não por causa das crianças. Só pegam nas armas se a polícia ou os outros traficantes chegarem pra tomar a boca. (*Márcia*, 20 de abril de 2018)

A proibição do uso de drogas nos entornos do ponto de vendas demonstra quais sujeitos estão sendo protegidos. Em primeiro lugar, são as “crianças” que não podem presenciar o uso de substâncias entorpecentes pelas pessoas que frequentam a “boca”. Entretanto, essa proteção se dá num contexto em que a preservação de alguns valores desemboca na forma difusa como extermínio e reprodução se articulam. As crianças representam o futuro. São elas que poderão seguir outros rumos, diversos, inclusive, daqueles

seguidos pelos próprios sujeitos do mercado de drogas ilícitas. A salvaguarda da sua incolumidade garante a possibilidade geracional da reprodução da figura do “trabalhador”. É nesse ponto que a “nostalgia da continuidade perdida” encontra o outro lado, muito diferente daquele exposto por *Luiz*. É nas relações desenvolvidas pelo comércio de drogas ilícitas que se almeja garantir a proteção do “trabalhador”. Em níveis distintos, as duas situações apresentam a violência como saída plausível. Em segundo lugar, os “moradores” e as “famílias” também deverão ser protegidas pelas normatividades. Sobretudo, porque o “crime” deve estar obrigatoriamente da “porta para fora”. Mas também, devido ao fato de que a reprodução estável – a mesma que *Luiz* teme seu fim – não poderá ser atingida por ações que colocam as famílias, os moradores e as crianças na linha de frente dos conflitos violentos, dos crimes e da violência. Os jovens que “só dão problema” são os mesmos que produzem normas vistas por *Joana* e *Márcia* como sendo importantes para o convívio comunitário. Ora *boys*, ora *meninos*, os perfis dos sujeitos escorregam nas narrativas e apresentam outras facetas que apontam como a “proteção” é demarcada pela violência, pela amizade e por agenciamentos entre “Estado” e “crime”.

Breno: E como funciona a relação com as facções?

Márcia: Num atrapalha a gente não, porque lá é o Estado (EUA), aqui já é OKD. Agora assim, teve uns tempos que o povo lá da *Favela do Canguru* queria invadir lá, aí meteram tiro. Eles dizem logo: se tranquem.

Breno: Tu fica com medo?

Márcia: Rapaz, eu não fico não. Sabe porque? Porque eu morei no Rio de Janeiro, minha infância foi lá. Aqui ainda é melhor. Lá é bala todo dia de polícia com traficante pra tomar o morro.

Breno: E a relação com eles, como é?

Márcia: São tudo meus amigos. Eu bebo com eles. É tudo amigo. Eles só vendem. Mexe com vizinho nenhum. Agora não pode ter briga lá. Homem se der na mulher lá eles mesmos resolvem. Porque não pode dar polícia lá. Não pode chamar a polícia. (*Márcia*, 20 de abril de 2018)

O cotidiano da *favela*, no entanto, enfrenta algumas formas de violência que reorganizam as relações de proteção, a presença dos agentes de “Estado” e a convivência entre os moradores. Mas elas também reafirmam como as zonas entre o “público” e o “privado” se estruturam. No episódio protagonizado pelo “povo lá da *Favela do Canguru*”, a ordem era clara: se tranquem. O ato de se “trancar” comprova que não é só *Joana* que mantém firme o crime da “porta pra fora”. Nas narrativas de *Márcia*, são os próprios

“bandidos” que fixam essas determinações. Novamente, os limites não parecem ser claros acerca do que está “dentro” ou “fora” e a gestão dos conflitos poderá também adentrar a casa e resolver os problemas ocasionados pelos próprios moradores. Se os “homens” protagonizarem cenas de violência doméstica, “eles mesmos resolvem”. Porque não pode dar polícia”. O afastamento do “Estado” como interventor dos conflitos é uma das regras utilizadas na gestão desses episódios. Porém, a participação do “Estado” aparece em marcas narrativas muito sutis que *Márcia* deixa escapar quando fala sobre a relação dos filhos com o “crime” e as facções.

Márcia: *Aloísio* voltou para o tráfico. Tá lá de novo na Rua dos Comerciários. Ele não pode ir lá em casa.

Breno: Por quê?

Márcia: Ele é OKD e lá no bairro é o EUA.

Breno: Mas como eles sabem? Ele é tão conhecido assim?

Márcia: Porque ele num era preso?! Aí, lá no presídio, eles sabem. Tem os pavilhão da OKD e o dos EUA. Aí, num pode entrar lá não.

Márcia: Quando ele usava pedra, roubava tudo dentro de casa. Eu vivia me mudando por causa dele. Mas eu não tenho mágoa dele não. Não desejo mal a ele não. Eu num sou mãe, né? (*Márcia*, 20 de abril de 2018)

Aloísio havia permanecido preso entre os anos de 2013 e 2017 após ter sido acusado de cometer alguns furtos na cidade em que morava. O uso do *crack*, segundo *Márcia*, levou-o a empreender alguns crimes. A conduta de *Aloísio* não podia ser tolerada pelos grupos que lideravam o comércio de substâncias ilícitas na região. Os “roubos” contra a própria mãe também estão incluídos nas faltas graves que merecem sanção. As mudanças de bairro atestam esse movimento. O objetivo de *Márcia* ao mudar de endereço tinha como justificativa a proteção de *Aloísio* contra aqueles que poderiam lhe causar algum mal. Após a sua prisão, *Aloísio* conheceu o cotidiano das unidades penitenciárias pelas quais passou e precisou se identificar como membro de alguma facção. Como já possuía identificação⁷³ com a *Okaida*, foi enviado para os pavilhões em que residiam outros membros do grupo. Após alguns meses preso, *Márcia* precisou se mudar para outro bairro. O novo local era liderado por uma facção

⁷³ A identificação como membro de uma facção, na Paraíba, não responde a rituais ou normatividades rígidas. O compartilhamento do cotidiano com outros membros, a moradia num bairro comandado por um dos grupos, o cometimento de crimes fora do bairro, a venda de drogas com a permissão do “dono da boca” e a forma como as tatuagens se espalham pelo corpo são maneiras com que os sujeitos se filiam às facções. Nas narrativas a que tive acesso, não registrei a necessidade de “batismo” ou ritos de iniciação.

diversa daquela a que seu filho era filiado. O fato de apenas morar no bairro seria suficiente para que *Aloísio* não pudesse visitar a mãe após o período em que esteve em liberdade.

Aloísio não havia cometido crimes que eram notórios entre os membros da *OKD* e dos *EUA*. Analisei os autos das ações judiciais que registraram os fatos que o fizeram ser preso e todas elas se referiam a pequenos furtos. Na verdade, *Aloísio* só havia sido preso porque as suas condutas eram reincidentes. Os objetos e vítimas atingidos por suas ações, nas minhas leituras, eram irrelevantes. *Aloísio* “metia a mola” contra pequenas lojas de roupas, usuários do transporte público e residências. Nas tratativas do crime, *Aloísio* era apenas um *noiado* que cometia furtos para conseguir garantir o uso do *crack*. Entretanto, quando *Aloísio* foi preso pela última vez, ele passou a ocupar as dinâmicas do “sistema”⁷⁴. Logo que ingressou na penitenciária, passou dez dias numa espécie de procedimento de “triagem”, em cela separada, para que alguns dados fossem obtidos. Primeiro, são descobertos os dados pessoais e o estado civil. Segundo, é necessário saber se há alguma “rixa” (ou “guerra”) estabelecida com outro preso. E, por fim, numa terceira fase, faz-se necessário indicar a qual *facção* o recém-apenado pertence. Quando são conhecidos e registrados todos esses fatores, a pessoa privada de liberdade é encaminhada para o pavilhão que melhor garantirá a sua segurança.

A participação de agentes de “Estado” nesse processo de identificação marca como as produções de normatividades e violências do mercado de drogas ilícitas não ocorre à revelia das políticas estatais. Gabriel Feltran (2012) observou que a administração da violência letal na redução de homicídios em São Paulo transitou entre as iniciativas de “governo” e do “crime”. Nos anos de 2006 até 2011, os índices de mortes haviam decrescido cerca de 70% em virtude de ajustamentos entre as novas formas de lidar com a violência assumida pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) e o governo estadual de São Paulo. Essa nova realidade, nas pesquisas de Feltran (2010), apontavam para a existência de uma ordem que exigia a necessidade de realização de “debates” ou sessões de julgamento que decidiriam os rumos sentencias de alguém. Essa alteração na gestão das mortes foi sendo apropriada por práticas estatais que passaram a registrar a diminuição dos homicídios em seus relatórios. Mas também arrefeceram os métodos anteriormente utilizados pela *guerra* entre o “crime” e o “governo”. No contexto vivido por *Márcia*, *Aloísio* não pode ir a sua casa porque, de fato, é membro de uma *facção* rival. Porém, são agentes de “Estado” que oxigenam a sua identificação, tornam-no conhecido e manejam essas normatividades identitárias como parte

⁷⁴ “Sistema” é uma abreviação utilizada por gestores públicos, agentes penitenciários e pessoas privadas de liberdade para denominar “Sistema Penitenciário”. Ao falarem “sistema”, os sujeitos também resumem as condições precárias das penitenciárias brasileiras, as violências sofridas e o cotidiano genérico das prisões.

do seu cotidiano institucional. As discussões travadas por Foucault (2008, p. 73) assinalam que a gestão populacional e normativa é atravessada por dispositivos de disciplina e segurança. Os instrumentos disciplinares, portanto, garantiriam a “normalização” dos procedimentos e a previsibilidade deles. O contexto analisado por Foucault (2008) levou em consideração alguns surtos epidêmicos ocorridos entre os séculos XVII e XIX na Europa. Os mecanismos de segurança utilizados para conter as epidemias levavam em consideração os padrões disciplinares e introduziam um repertório de ações que aparentavam para a população indícios de prevenção e certeza dos métodos utilizados. A pacificação da situação prisional, na Paraíba, depende necessariamente da apropriação do governo desses símbolos identitários cunhados pelas facções. “Governo que produz crime, crime que produz governo (FELTRAN, 2012)”.

De fato, a situação prisional no Brasil é muito diferente dos padrões disciplinares e dos mecanismos de segurança elencados por Foucault⁷⁵ (2007; 2008). Entretanto, esses conceitos são fundamentais na compreensão de como o “Estado” se apropria das narrativas do “crime” para a organização dos seus elementos de controle. As gestões das populações prisionais, nos ambientes por que *Aloísio* passou, são demarcadas por esses agenciamentos das políticas penitenciárias que organizam a espacialidade das facções dentro dos presídios. Mas elas também indicam como o “Estado” torna a figura de *Aloísio* reconhecível. Gabriel Feltran (2008, p. 93) compreendeu, a partir das experiências dos seus interlocutores, a figura do “ladrão institucionalizado”. No contexto do autor, seria o sujeito que passaria por todas as dinâmicas do sistema prisional, tornando-se parte institucional dos registros da experiência delinquenciável. As redes de sociabilidade, portanto, seriam intermediadas necessariamente pela presença do “Estado”. Ao reproduzir as lógicas identitárias das *facções*, os agentes estatais caminham na gestão das relações mais próximas de *Aloísio*, inclusive participando da proibição que ele deve enfrentar ao não poder visitar a sua mãe.

Os impedimentos promovidos pelos grupos que protagonizam o comércio varejista de drogas ilícitas não se resumem apenas à proibição do seu filho de frequentar a comunidade. Elas também organizam as ações de *Márcia* enquanto *prostituta* e as performatividades de gênero e sexualidade que ela estabelece. No dia em que eu a entrevistei, ela estava vestida com uma calça jeans e uma blusa com mangas longas. Perguntei como era a relação entre eles

⁷⁵ Luciano Oliveira (2016) estabelece alguns contrapontos à tese da “sociedade disciplinar” tratada por Foucault em “Vigiar e Punir”. Segundo as pesquisas de Oliveira (2016, p. 9), o uso indevido das discussões foucaultianas acaba por não reconhecer a realidade brasileira e os ajustamentos históricos e políticos do “Estado” no contexto nacional. Em linhas gerais, para o autor, o Brasil não vivenciou a rotina de uma “sociedade disciplinar”. Alinho-me a essa perspectiva ao inclusive demonstrar que os mecanismos disciplinares e de segurança no caso de *Aloísio* levam em consideração construções identitárias cunhadas pelo crime e suas relações.

e o fato de ela ser *profissional do sexo*. “Tá vendo como eu tou vestida? Eu saio de casa todos os dias assim. Eles sabem que eu faço *programa*, mas coloco o short só quando chego na praça”. A forma de se vestir é, para *Márcia*, uma das maneiras que ela conseguiu de angariar respeito nas relações estabelecidas em sua comunidade. “Tem que saber chegar e saber sair”. Mas também, como dito, é imprescindível respeitar as crianças, os moradores e as famílias. Mesmo que o relacionamento de *Márcia* com as lideranças do “tráfico” na região seja amistosa, a demarcação da violência é a característica que indica até onde ela poderá ir. As mesmas demarcações, por conseguinte, que ela vivencia no trabalho como *prostituta* nas praças.

Márcia: Aí na *Praça do Catolé*, quando chega mulher nova, as mulheres querem botar pra correr. Mas eles não deixam, se for noitada ainda é melhor ainda pra eles. Porque tá dando lucro pra eles. Agora, se chegar um de fora lá e começar a vender, eles mandam lavar ou se não matam.

Breno: As mulheres da *Rua das Traças* ficam juntas de vocês?

Márcia: Elas sobem e ficam lá de boas. Os policiais sabem quem vende e quem não vende. Eles fumam mesmo na cara de pau. E o programa delas é mais barato também. É mais barato, chega lá não transa, rouba os clientes. Aí a maioria tem medo porque é casado, tem medo de se juntar um *mói* pra dar nele, pra roubar ele. Parou mais o movimento aí por causa disso. Por causa de umas, pagam tudinho. (*Márcia*, 20 de abril de 2018)

A gestão das praças e dos *pontos de prostituição* também perpassa as relações de violência. As disputas entre quem tem a permissão de vender e quem emite as normatividades sobre a venda se resolvem pelas vias da morte. É nesse ponto que *prostitutas* e *noitadas* se observam, produzem narrativas sobre si e constroem as dinâmicas das diferenças. A proteção das *noitadas*, entretanto, não é uniforme e depende dos vínculos estabelecidos com o mercado de drogas ilícitas. *Socorro*, por exemplo, não recebeu proteção de nenhum dos sujeitos do mercado de drogas ilícitas elencados por *Márcia*. Sobretudo porque as ações de *Socorro* demonstraram que ela não “sabe chegar” e também não “sabe sair”. Também notei que as negociações entre a “polícia” e o “tráfico” apontavam o funcionamento das intersecções entre a violência e o “Estado”. Os policiais, inclusive, *sabem* quem comercializa as substâncias, quem apenas as consome e como as relações se desenvolvem. De um lado e de outro, as marcas das violências vão construindo os limites territoriais e as regras de sua ocupação. Na conversa que estabeleci com *Joana*, as relações violentas produzidas pelos protagonistas do comércio de drogas influenciavam o cotidiano das *trabalhadoras sexuais*.

Joana: Agora, isso afeta o meu trabalho, eu não posso descer para ali, eu tenho clientes lá, mas eu não posso descer porque as meninas já dizem: óia! Desceu pra lá pra baixo. Aí você tá arriscada a uma pisa ou a um tiro. Aí, isso tá me deixando mais traumatizada de ficar ali.

Joana: Aí, eu fico ali e as pessoas ficam: você é Estados Unidos ou é Okaida? E, na verdade, eu não sou nem um nem outro.

Breno: Tem muita mulher fechando com as facções?

Joana: Tem. Tem mulher que pela droga se vende por muito pouco. Ela vai pela droga. [...] Quando dá fé, ele desmoraliza ela e nem dá a droga. Só pra ter o prazer de dizer: eu comi aquela mulher. Mais os aviõezinhos, os laranjas, né? Acontece, né, Breno? Os laranjas pra se demonstrar um parceiro fiel do patrão, aí faz mal à pessoa. (*Joana*, 20 de abril de 2018)

A proteção que aparentemente *Márcia* enxerga sobre as *noiadas* não se consolida nas narrativas de *Joana*. Os territórios que as duas ocupam se friccionam, mas a condição de uso de *Joana* garante a ela maior inserção entre as situações promovidas pelos atores da venda de substâncias entorpecentes. Os atos protagonizados pelos *laranjas* confirmam as inferências de que as violências caminham por trilhas incongruentes. Elas também aguçam as percepções de que as performatividades de gênero e sexualidade representam os vértices dessas ações. Ao demonstrar a força e a fidelidade com o “patrão”, os *laranjas* vão deixando alguns vestígios sobre as circunscrições da sexualidade na violência. Rita Laura Segato (2005, p. 270), ao coordenar uma pesquisa entre os acusados de estupro num presídio de Brasília, captou alguns posicionamentos nas narrativas dos agressores. De acordo com as pesquisas de Segato (*ibidem*), a violência sexual respondia a “nichos de comunicação” que poderiam ser apreendidos tanto pelo ofensor quanto pela vítima. Há, portanto, um *modus operandi* que aponta para as vidas que poderão ser dispostas ou colocadas em disponibilidade. Nesse contexto, há a consolidação de ideais de soberania. A autora considerou que havia um “eixo horizontal” entre os agressores que expressavam a partilha de alguns elementos de dominação. Os *laranjas* seguiriam esse roteiro, descrito por Segato (2005, p. 272), ao impor a força e a ordem nos territórios ocupados pelo comércio de drogas ilícitas. A exposição da virilidade funciona como a assinatura de que as ordens do “chefe” serão seguidas, mas ela também aponta para a erotização e a masculinização das cenas. Esses gestos sinalizam como os fazeres do “sexo” são imprescindíveis nesse movimento performático da violência. São por eles que os *laranjas* “desmoralizam” as *usuárias de crack* “só pra ter o prazer de dizer: eu comi aquela mulher.”

As discussões concentradas neste capítulo intentaram analisar a violência a partir de outros modos e sujeitos. Nesse sentido, passei registrar as narrativas de *Luiz* sobre como o extermínio dos “bandidos” poderia ser realizado pelas vias do consumo de *crack*. Entretanto, fiz isso apoiado pelos desdobramentos dos valores da vida e da morte que havia feito no capítulo anterior. Nesse momento em diante, pude perceber que as relações de gênero, sexualidade e erotismo eram partes fundamentais da memória dos conflitos. Esses outros modos que a violência assumiria apontavam para um deslocamento do “Estado” em seu centro. Compreendi, portanto, que os embates são perfeitos à medida do “Estado”, mas não são todas as ocasiões em que ele é o causador direto. As negociações passam pela sua presença e pelas performatividades assumidas pela violência entre os sujeitos implicados no comércio de drogas ilícitas. Nas falas de *Luiz*, *Joana* e *Márcia*, os subsídios narrativos demonstram que a gestão dos conflitos maneja as configurações do que é ser *prostituta*, *noiada*, “trabalhador” e “bandido”. E são nelas que os sujeitos viabilizam as suas formas de sobrevivência, seus modos de ação e suas estratégias de agência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem na minha própria casa eu me encontro sossegado, ô raça desgraçada, sem mandado ele invadiu pulando a janela. Derrubou minha geladeira e meteu o pé na tela, mesmo sendo inocente não quiseram me escutar e não achando nada mesmo assim quis me levar. A lei é do lado deles nada eu posso fazer. Mas Deus está comigo por isso não vou temer.

A justiça é divina, tarda amigo, mas não falha, posso perder a luta mais não perco a batalha. Graças a deus tou firme e forte não me iludo não, dá forças pra eu caminhar aqui nesse mundão.

Quando eu tou na favela em contenção de Walkie Talkie entre becos e vielas. Pra não ser alvo de novo do bonde sacana que quer levar o meu dinheiro, pra eu não ir em cana.

E quando eu tou no baile funk... oh! meu deus que lazer... Mas quando eu saio lá pra fora tenho que correr, porque eu corro pelo certo os verme não me atenta. Passando do meu lado já solta spray de pimenta.

Eu fui pra o inferno, mas logo a liberdade cantou, chegando lá Jesus me tocou: falou que lá fora eu tinha uma missão, representar meu dom e várias fitas do mundão. Então meu senhor atende a minha oração, já tou à toa, volto logo pra essa missão. (Oh! Senhor, Mc Leozinho).

Alana ouvia um *rap* quando cheguei a sua casa. A letra tratava sobre a liberdade, os irmãos trancados e o cotidiano da violência policial. Era a terceira ou quarta vez que estava indo ao seu encontro. Os volumes das caixas de som faziam estremecer o que estivesse por perto. Escutei atentamente aquela música, na porta de *Alana*, enquanto esperava alguém me atender. “Breno chegou, desliga isso”. Durante sua execução, percebi que eu estava vibrando em outras frequências. Tudo estava diferente e um universo de novos elementos atravessava meu caminho. Em casa, escrevi a epígrafe do primeiro capítulo. A escrita veio muito antes de saber que estaria, neste fim de tarde, desenhando as últimas palavras desta dissertação. Muitas vidas, incontáveis mortes e os estampidos das *pedras* queimando nas latas passaram por esses desenhos. Borrei algumas das suas cores com as lágrimas que verti sozinho no carro, sozinho em casa. Sozinho. No outro lado das palavras, quem as escreve descobre a solidão de lidar com as experiências, as histórias e as alterações de frequência que um trabalho de campo demanda.

A partir dessas alterações surgiu o “objeto”. Ele já não era mais o mesmo desde que entrei no Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, em abril de 2017. Demorei cerca de um ano para decidir que as narrativas sobre as *pedras* ocupariam os argumentos centrais do texto. Depois de várias reuniões com Adriana Vieira e Roberto Efrem, compreendi que era necessário escutar mais atentamente o que estava

a minha volta. Para essa tarefa, entendi que as performatividades em gênero e sexualidade desenvolvidas através das relações entre a prostituição, o crime e o Estado constituiriam o que eu precisava chamar de “objeto”. Elas – as performatividades – seriam fundamentais para se compreender como o mercado de drogas ilícitas (o “crime”) ocupava as narrativas das *prostitutas*. Mas também, porque relações de gênero e sexualidade estão no epicentro dos embates e delineiam como as estratégias dos sujeitos são desenvolvidas. Nesse caminho, percebi que precisava captar a participação das narrativas do “Estado” nesses conflitos. Sobretudo, porque são pelas engrenagens estatais que a violência, o crime e a criminalização se constituem institucionalmente. As discursividades produzidas pelos agentes de “Estado” seriam fundamentais para assimilar os esforços de criminalização que permeiam as experiências de *prostitutas*, *noiadas* e dos sujeitos do mercado de drogas ilícitas.

No primeiro capítulo, tentei seguir os meandros desse objeto para apreender como a “prostituição” e o “tráfico de drogas”, descritos na legislação penal, se movimentam entre as narrativas. Dividi o capítulo em quatro tomos. O primeiro deles trata sobre como a minha entrada em campo se deu e quais as dinâmicas de aproximação entre a *prostituição* e o mercado de drogas ilícitas. As pistas deixadas por *Alana* foram fundamentais para conceber os pontos de intersecção que me fizeram analisar as convenções produzidas pelos sujeitos sobre o que é ser “trabalhador” ou “bandido”. As proximidades entre *Alana* e as *prostitutas* ou *noiadas* passaram a compor as considerações analíticas de como as ambiguidades jurídicas sobre o “tráfico de drogas” e a “prostituição” oportunizam várias ações e efeitos na sua vida. Tanto no que ela me narrava sobre sua trajetória quanto no que eu próprio observava. A densidade dessas relações tinha na “ajuda” um dos seus elementos explicativos.

Nesse contexto, passei para o segundo tomo, para analisar como as narrativas oficiais de “Estado” manejam as convenções em gênero e sexualidade sobre a “família” e a “ajuda”. Especialmente, porque havia sido a “ajuda” que aparecia no trabalho de campo como um dos vetores para aproximar os sujeitos do mercado de drogas ilícitas e as *prostitutas*. Era na “ajuda” que os ideais de “família” transitavam. No texto, família é necessariamente familiarização. Ou a constituição de laços baseados nas construções sociais sobre a família. Com esse quadro em mente, consultei os votos dos ministros no Recurso Extraordinário 635/659, que julgava o porte pessoal de drogas, do Supremo Tribunal Federal. Deles, obtive alguns posicionamentos sobre como a família e a questão das drogas ocupa parte do judiciário e dos artifícios estatais. Mantenho em evidência a declaração extraoficial do Ministro Luiz Fux, ao deixar claro que seu voto estaria baseado na possibilidade de seu filho lhe questionar posteriormente sobre seu voto. Passo, desse modo, a confrontar a declaração do ministro Luís

Roberto Barroso sobre a criação de filhos em “ambientes honestos” com as experiências de *Alana* e as, já citadas, declarações de Luiz Fux.

No terceiro tomo reorganizo esses limites dos “ambientes honestos”, da “família” e da “ajuda” para analisar as narrativas de *Joana*. A relevância desses três elementos foi auferida através da existência concomitante deles em todos os lugares que passei. Com *Joana*, as noções de família se desestabilizam ao tratar sobre o abandono do pai, o episódio do estupro e as situações de assédio vividas na casa de sua tia. No entanto, elas ganham estabilidade ao tratar sobre como sua casa, palco de qualquer família, representa um “ambiente honesto”, onde o crime está apenas da “porta para fora”. Os jogos de instabilidade vão ganhando força quando ela trata sobre a sua relação com os *boys/meninos*. As experiências delinquentiáveis vão tecendo novas relações e ilustram o escorregar das imagens sobre família e os esforços de familiarização surgidos nesses embates.

No quarto tomo, organizo as análises partindo de outra dinâmica de aproximação existente no cotidiano do trabalho de campo. Os cultos realizados na Praça da Gala forneceram as chaves para que eu pudesse observar que as ambiguidades jurídicas eram disputadas em diversas regiões políticas, seja nos centros institucionais estatais, seja nas margens de “Estado”. As cerimônias religiosas neopentecostais e as discursividades desse campo político efetivaram diversas ações legislativas que consubstanciaram a Lei de Drogas (11.343/2006) no Brasil. As aproximações entre *prostitutas* e os sujeitos do mercado de drogas ilícitas apareceram em esforços variados. Foram nesses lugares que as estratégias de criminalização e violência se oxigenaram nos últimos anos. Porém, são nelas que as novas formas de atuação ganham espaço e destaque. O “afeto” e o “cuidado”, citados nas falas dos ministros e nas passagens da Lei de Drogas, surgiram como projetos políticos em que *prostitutas* e *traficantes* se aproximam em outros níveis. A possibilidade regenerativa da família e as ações conversoras das normas participam de outros arranjos intimamente intersectados pelo “Estado”. Nesses lugares os sujeitos *usuários de drogas* encontrariam o “amor”, o “aconchego” e uma “proposta de vida”.

As aproximações, entretanto, não são espaços em que os sujeitos transitam pacificamente. O segundo capítulo, por conseguinte, nasce com o objetivo de registrar como esses contatos entre a *prostituição* e o mercado de drogas ilícitas produzem diferenciações. Essas distinções, baseadas em convenções de raça, classe, gênero e sexualidade, compuseram as narrativas do conflito sobre os significados do que é ser uma *noiada*. O capítulo também é recortado pela forma como os valores da vida e da morte são comensurados pelos sujeitos

envolvidos nos conflitos. A estrutura do capítulo, portanto, é dividida em dois movimentos narrativos.

O primeiro deles analisa os expedientes de diferenciação sobre o crivo das assimetrias das relações de raça, classe, gênero e sexualidade. Fiz isso observando o histórico da Associação das Prostitutas da Paraíba e o desenlace das análises que as organizações de prostitutas produziram sobre o lugar ocupado pela política de drogas na experiência desses grupos. O cenário promovido por essa retomada histórica suscitou em mim o interesse de conhecer sobre a Redução de Danos e, por esse motivo, entrevistei *Flávio* no intuito de conhecer mais de perto o cotidiano do consumo de drogas, em especial o *crack*. Nesse movimento, trouxe também as *brigas* que *Socorro* havia participado. Nelas me concentrei em entender que o centro do argumento da diferenciação estaria ligado as performatividades políticas. Outro fator que gerou algumas desconfianças sobre esses conflitos e diferenciações surgiu da possibilidade de fluidez entre ser *prostituta* ou *noiada*. Encontrei muitas histórias, que me fizeram conversar com várias pessoas, sobre os movimentos de como cada *profissional do sexo* pôde ir e vir entre as experiências do crack. Em nenhuma delas consegui apreender formas repugnantes de vida. Do contrário, percebi que o imprescindível para permanecer nos lugares estaria mais relacionado ao cumprimento de códigos morais de sociabilidade do que à relação com o crack. Em linhas gerais, percebi que a *noiada* é uma criação imagética de situações específicas e contextos determinados.

O segundo movimento narrativo, preocupa-se com os desdobramentos dessa imagem construída sobre as *prostitutas usuárias de crack* a partir dos valores sobre a vida e a morte. Para esse fim, precisei registrar os assassinatos de três mulheres usuárias: *Cassiana*, *Maria Eduarda* e *Andressa*. Os episódios de suas mortes apresentavam os mesmos elementos que obtive na escrita do primeiro movimento. A “sujeira”, a inexorabilidade da morte e as disputas sobre a vítima preencheram o conteúdo dessa seção. Fiz isso depreendendo como *Maria Eduarda*, *Cassiana* e *Andressa* foram alcançadas por iniciativas que percorreram as convenções morais sobre o uso do crack em direções muito mais complexas do que as articulações narradas pelos documentos que registraram os episódios.

O terceiro capítulo costura a discussão sobre violência a partir do uso narrativo do crack como estratégia de extermínio. Entrevistei *Luiz* porque a emblemática frase “maconha para os trabalhadores, crack para os bandidos” precisava ser analisada. As suas experiências e as histórias surgidas delas me fizeram perceber que a violência não caminha apenas em direção única, onde o “Estado” aparece em seu centro como causador principal. Ela pode assumir facetas difusas que transitam pelas vivências dos sujeitos que atravessaram meus

caminhos. O desejo de exterminar os(as) usuários é percebido no texto a partir das performances eróticas, fundadas nas relações de gênero e sexualidade. O argumento central do capítulo gravita na discussão que havia feito no Trabalho de Conclusão de Curso, em 2016. Nesses limites, a violência é recortada pelos “fazeres” do sexo e pelas possibilidades de se articular prazer e perigo. O diálogo com esses fenômenos desembocou nas experiências de *Joana* após a briga com *Socorro* e os agenciamentos políticos do conflito entre *prostitutas* e *policiais*.

Na parte final do terceiro capítulo, trago as narrativas de *Márcia* para fundamentar como as performatividades da violência são oportunizadas pelas relações com o mercado de drogas ilícitas. As negociações passam pelas coproduções da violência geridas por agentes estatais e sujeitos do comércio varejista de drogas. Mas, também, são oportunizadas pelas performatividades de gênero e sexualidade. Nas falas de *Luiz*, *Joana* e *Márcia*, os subsídios narrativos demonstraram que a gestão dos conflitos maneja as configurações do que é ser *prostituta*, *noiada*, “trabalhador” e “bandido”. E são nelas que os sujeitos viabilizam as suas formas de sobrevivência, seus modos de ação e suas estratégias de agência.

Durante a escrita do trabalho lidei com pessoas e suas histórias. Estive junto com elas, me refiz em suas preocupações e compreendi a importância de ouvi-las. Ao registrar nesses escritos as suas vidas, encontrei a responsabilidade de lidar com as dores e seus limites mais profundos. Porém, mesmo na profundidade daquele choro sozinho, no carro, senti o afago produzido pela coragem das pessoas ao enfrentar a vida, ao desafiar a morte. A partir de agora, as palavras não estarão mais sozinhas, nem eu mesmo estarei. Elas ganharão novos rumos dos quais não poderei controlar. E lá, no acolá da solidão encontrarão outras mãos, outros rostos, outras lutas, outras molas. Daqui me resta apenas esperar pacientemente os seus caminhos. Resta-me o trabalho, à *batalha*, as esquinas. Sigo com as *putas*, suas lutas, seus amores.

REFERÊNCIAS

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. São Paulo: Arx, 2004.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BIRMAN, Patrícia. Narrativas seculares e religiosas sobre a violência: As fronteiras do humano no governo dos pobres. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 09, n. 01, p.111-134, abr. 2019. Disponível em: <http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wp-content/uploads/2019/02/4_v09n01_PatriciaBirman.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cad. Pagu* [online]. 2006, n.26, pp.329-376. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>.

BRASIL. 2011. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário Nº 635.659*. Recorrente: Defensoria Pública Estadual de São Paulo. Brasília, 22 fev. 2011.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 377/2011*, de 10 de fevereiro de 2011. Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491833>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 6449*, de 09 de novembro de 2016. Obriga as operadoras que disponibilizam o acesso à rede mundial de computadores, criarem sistema que filtra e interrompe automaticamente na internet todos os conteúdos de sexo virtual, prostituição, sites pornográficos.. Brasília, Disponível em: <<https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2116534>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 7134/2002*, de 21 de agosto de 2002. Dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas; sobre a prevenção, a repressão e o tratamento; define crimes, regula o procedimento nos crimes que define e dá outras providências. Brasília, Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=66174>>.

Acesso em: 01 nov. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 3688, de 03 de outubro de 1941. *Lei de Contravenções Penais*. Rio de Janeiro, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. *Decreto-lei nº 3689*, de 03 de outubro de 1941. Rio de Janeiro.

BRASIL. Lei nº 11343, de 23 de agosto de 2006. *Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas*. Brasília, 23 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm>. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. *Lei de Crimes Hediondos*. Brasília, 25 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8072.htm>. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão nº 187. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, DISTRITO FEDERAL, 15 de junho de 2011. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 187*. Brasília, 15 jun. 2011.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. *Cad. Pagu* [online]. 2003, n.21, pp.219-260. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332003000200010>.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDEIRA, Teresa. *Cidades de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. João Pessoa: 34, 2003.

CUNHA, Christina Vital da. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. *Relig. soc.* [online]. 2014, vol.34, n.1, pp.61-93. ISSN 0100-8587. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872014000100004>.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. In: *Cadernos Pagu*, v. 37. Campinas: 2011, pp. 09 – 41.

EFREM FILHO, Roberto. Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017a.

_____, Roberto. Os Meninos de Rosa: sobre vítimas e algozes, crime e violência. *Cad. Pagu* [online]. 2017, n.51, e175106. Epub Jan 08, 2018. ISSN 1809-4449. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510006>.

_____. “Bala”: experiência, classe e criminalização. *Revista Direito e Práxis*, vol. 05, n. 09. Rio de Janeiro, 2014a, pp.501-537.

_____. Os ciúmes do Direito: o desejo pelas uniões homoafetivas e a repulsa a Amor Divino e Paixão Luz. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, nº. 16. Rio de Janeiro: 2014b, pp. 10 – 30.

FACCHINI, Regina; MACHADO, Sarah Rossetti. “Praticamos SM, repudiamos agressão”: classificações, redes e organização comunitária em torno do BDSM no contexto brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, [S.l.], n. 14, p. 195-228, ago. 2013. ISSN 1984-6487. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/6982>>. Acessado em: 13 abr. 2019

FELTRAN, Gabriel de Santis. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008. 363p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

FELTRAN, Gabriel dos Santis. Governo que produz crime, crime que produz governo:: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 02, n. 06, p.232-255, set. 2012. Disponível em:

<<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/118/115>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. 2º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FOUCAULT, M. 2008. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel. 2007. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramallete. 35ª ed. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade*. São Paulo: Paz & Terra, 2014. 175 p.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 02, n. 28, p.80-101, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v28n2/a05v28n2>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. *Revista Estudos Feministas*, São Carlos, v. 01, n. 01, p.143-149, jan. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15998/14498>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

GREGORI, Maria Filomena. Limites da Sexualidade: violência, gênero e erotismo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 51, n. 02, p.575-606, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27290/29062>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

GREGORI, Maria Filomena. Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 42, p.47-74, 2014.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.20, p.87-120, fev. 2003.

MELLO, Breno Marques de. *Vestida para Matar: fetiche e desejo na violência policial contra prostitutas*. 2016. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

MELLO, Breno Marques de; SANTOS, Samara Monteiro dos. O céu de *Suely*: uma análise sobre as estéticas de Estado na violência policial contra prostitutas. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p.117-134, ago. 2018.

MELLO, Breno Marques de; SANTOS, Samara Monteiro dos. O Céu de *Suely*: Uma análise sobre as estéticas de Estado na Violência Policial contra Prostitutas. *Revista Ciências de Estado (Revice)*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p.117-134, outubro 2018.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 28, p. 101-128, Junho, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100006&lng=en&nrm=iso>. acessado em 27 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.

MORAES, Fabiana. Reportagem especial: 80 anos de Casa Grande e Senzala. *Jornal do Commercio*. Recife, 15 dez. 2013. p. 00-00. Disponível em: <<http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/casagrandeesenzala/>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2011, vol.26, n.75, pp.89-101. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000100005>.

_____. Prostituição feminina e direitos sexuais... Diálogos possíveis? *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 11, Rio de Janeiro: 2012, pp. 88 – 121.

_____. *Devir puta*: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

OLIVEIRA, Luciano. Relendo ‘Vigiar e punir’. Dilemas - *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 309-338, abr. 2011. ISSN 2178-2792. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7228>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

PASSAMANI, Guilherme. “É ajuda, não é prostituição”. *Sexualidade, envelhecimento e afeto entre pessoas com condutas homossexuais no Pantanal de Mato Grosso do Sul*.

Cadernos Pagu, [s.l.], v. 175109, n. 51, p.1-18, 9 nov. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510009>.

PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/3516?show=full>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

PISCITELLI, Adriana. Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. In: *Cadernos Pagu*, v. 31, pp.29-63. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332008000200003>.

ROCHA, Luísa Câmara. *"As cumades das facções": as relações de gênero e sexualidade, dentro das facções Okaida e Estados Unidos em João Pessoa*. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

RODAS, Sérgio. *Luiz Fux mostra lado humorista em São Paulo e arranca risadas das plateias*. 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-ago-25/luiz-fux-mostrado-lado-humorista-arranca-risadas-plateia-sp>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

RUBIN, Gayle. "El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo". *Nueva Antropología*, México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, 1986.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, Peter. M; SCHNEIDER, Beth. E. (Ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998, pp. 100 – 133.

RUI, Taniele Cristina. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de doutorado em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Revista Estudos Feministas*, [s.l.], v. 13, n. 2, p.265-285, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2005000200003>. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200500020004>>.

Acesso em: 11 ago. 2018.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. *Sobre a Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 39-59, Dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 27 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702010000200003>.

Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. MARICATO, Ermínia. *São Paulo Perspec.* [online]. 2000, vol.14, n.4, pp.21-33. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000400004>.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *cadernos pagu* (37), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2011, pp.79-116.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cad. Pagu* [online]. 2017, n.51, e175101. Epub Jan 08, 2018. ISSN 1809-4449. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510001>.